



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



### Ministério do Meio Ambiente

Processo Nº 02000.002151/2015-12

Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO


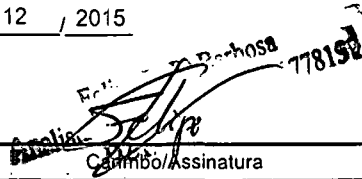
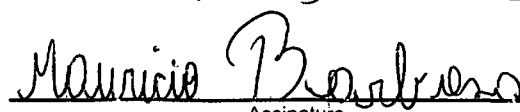
Interessado: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS  
NATURAIS

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da  
SEDR, e o Estado do Maranhão, por meio da SEMA, visando  
o fortalecimento das ações do Zoneamento Ecológico -  
Econômico (ZEE) e do Gerenciamento Costeiro do Estado do  
Maranhão. Volume I

CÓDIGO:

### MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA		SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	19			/ /
02			/ /	20			/ /
03			/ /	21			/ /
04			/ /	22			/ /
05			/ /	23			/ /
06			/ /	24			/ /
07			/ /	25			/ /
08			/ /	26			/ /
09			/ /	27			/ /
10			/ /	28			/ /
11			/ /	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

 <b>MMA</b>	<b>GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD</b>	Nº <u>01</u>
		Data: <u>Rubrica</u>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>		
Tipo e Número Ofício Nº 1162/15/GS/SEMA	<b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b> <b>Processo Nº 02000.002151/2015-12</b> <b>Unid. Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO</b> <b>Interessado: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS</b> <b>Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por meio da SEMA, visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE) e do Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão. Volume I</b>  07/12/2015 16:56:09	
Procedência Departamento de Zoneamento Territorial (DZT/SEDR)		
Registro 00000.032827/2015-00		
Interessado Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais		
<b>Assunto</b> Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por meio da SEMA, visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE) e do Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão.		
<b>PROVIDÊNCIAS</b>		
<input checked="" type="radio"/> Autuação <input type="radio"/> Arquivamento <input type="radio"/> Abertura de volume <input type="radio"/> Encerramento de volume <input type="radio"/> Desarquivamento <input type="radio"/> Reconstituição do processo nº _____ <input type="radio"/> Outros _____		
Justificativa (no caso de reconstituição do processo )		
Nome e ramal para contato após providência: Felipe Lima Ramos Barbosa - ramal 1041		
<b>AUTENTICAÇÃO</b>		
Solicitante  Data: 07 / 12 / 2015   Assinatura	Protocolo Central/Unidade Protocolizadora  Recebi em: 07/12/15 Hora: _____   Assinatura	



SEPRO  
F. 02  
M  
R. 12

## Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.032827/2015-00

Data do Protocolo: 26/11/2015

Hora do Protocolo: 16:49:03

Nº do Documento: 1162

Data do Documento: 05/11/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS]

Signatário/Cargo: MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO/Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Econômico - Ecológico - ZEE e do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão - GERCO.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º <i>to DET</i> <i>Para conhecimento e demais providências</i> <i>At, 26/11/15</i> 	2º <i>As Gerências de ZEE</i> <i>GERCO para análise</i> <i>e manifestação.</i>  Adalberto Bernard Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial SEDR/MMA
3º <i>À Angelita,</i> <i>Para análise e providências.</i> <i>Maria</i> <i>04/12/15</i>	4º
5º	6º



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO  
MARANHÃO – SEMA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

PRO  
03  
M  
11/11/15

OFÍCIO Nº. 1162/15/GS/SEMA

São Luís, 05 de novembro de 2015.

Ao Senhor

**Dr. CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar

70068-900 - Brasília – DF

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação Técnica visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Econômico-Ecológico-ZEE e do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão-GERCO.

Senhor Secretário,

O Zoneamento Econômico-Ecológico-ZEE e o Gerenciamento Costeiro-GERCO são instrumentos indispensáveis para melhor planejamento do território, os quais visam equacionar as graves problemáticas advindas do uso inadequado dos espaços, ou mesmo da ausência de gestão pública.

O Maranhão possui o seu **MacroZEE** escala de 1:1.000.000, finalizado e instituído por meio da Lei Estadual nº 10.361 de 17 de setembro de 2015 e estará iniciando o processo de elaboração do **ZEE** na escala de 1:250.000 no bioma Amazônia do seu território.

Considerando que o **Gerenciamento Costeiro** é um programa que tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural no estado, a Coordenação Estadual do Gerenciamento Costeiro é de responsabilidade desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA/MA

Sede: Rua dos Búzios, Qd 35, Lote 18, Calhau. CEP 65071-700.

Tel: (98) 3268-4184 Fax: (98) 3268-4109

Site: <http://www.sema.ma.gov.br/>





**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO**  
**MARANHÃO – SEMA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

04  
M

Recursos Naturais- Sema, tendo como objetivo prioritário, elaborar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, instituir e implementar seus instrumentos de gestão, bem como articular a coordenação costeira com os 40 municípios costeiros maranhenses.

Nesse sentido, objetivando o fortalecimento da representação deste Órgão Estadual de Meio Ambiente-Oema na Coordenação Estadual do ZEE (CEZEE) e Comissão Técnico Científica do ZEE (CTC ZEE), bem como a Coordenação Estadual do Gerenciamento Costeiro e Projeto Orla, apresentamos a seguir as considerações que resultarão em benefícios ao Estado do Maranhão:

- Incorporação das experiências adquiridas com a elaboração do MacroZEE na prática cotidiana das ações dos diversos Setores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema;
- Disseminação no Estado do Maranhão da utilização dos conhecimentos e produtos adquiridos com a elaboração do MacroZEE;
- Integração e articulação dos conhecimentos dos diversos Setores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema no processo de elaboração do ZEE;
- Implementação de ações que contemplem as orientações previstas nos instrumentos de ordenamento territorial (MacroZEE, ZEE (1:250.000) e Política Estadual de Gerenciamento Costeiro) no Estado do Maranhão e especificamente âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema;
- Fortalecimento da Gestão Costeira com a instituição de sua Política Estadual e implementação dos seus instrumentos de gestão;
- Promoção e gestão costeira dos municípios maranhenses através do Projeto Orla e outros instrumentos de gestão;
- Estabelecimento de canal permanente de apoio técnico entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema e Ministério do Meio Ambiente-MMA.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA/MA

Sede: Rua dos Búzios, Qd 35, Lote 18, Calhau. CEP 65071-700.

Tel: (98) 3268-4184 Fax: (98) 3268-4109

Site: <http://www.sema.ma.gov.br/>



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO  
MARANHÃO – SEMA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

05  
19  
Rubrica

Diante do exposto, se faz necessária a celebração de Acordo de Cooperação Técnica-ACT entre esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema e esse Ministério de Meio Ambiente-MMA, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável-SEDR, objetivando, principalmente, o fortalecimento das ações do Zoneamento Econômico-Ecológico e do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão, para o qual estamos encaminhando os documentos abaixo relacionados:

- Minuta do Acordo de Cooperação Técnica-ACT com o Plano de Trabalho em arquivo digital.
- Documentos do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão – **Marcelo de Araujo Costa Coelho**:  
RG – CPF – Comprovante de Residência – Termo de Posse – Ato de Nomeação constante do DOE nº 001 de 02.01.2015.
- Marcos Legais de criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema e que dispõem sobre o ZEE e o GERCO no Estado, como o Decreto que institui a Comissão e o Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão.  
Decreto nº 28729/2012 de 04.12.2012;  
Portaria nº 055 de 27.05.2015;  
Lei nº 10.316 de 17.09.2015.

Colocando-nos à disposição, reiteramos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

**Ministério do Meio Ambiente**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO  
AMBIENTE - MMA POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
E O ESTADO DO MARANHÃO, POR MEIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO  
AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA,  
VISANDO O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES  
DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO  
E DO GERENCIAMENTO COSTEIRO NO  
ESTADO DO MARANHÃO.**

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco B, apto. 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.736-020, portador da Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS), inscrito no CPF sob o nº 606.955.950-91 e nomeado Secretário pela Portaria nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2015, e o **ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.023.045/0001-03, com sede na Avenida dos Holandeses, nº 04, quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau, São Luís/MA, CEP 65.071-380, neste ato representada por seu Secretário, **MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua H15, nº 01, Quadra 05, Condomínio Ilhas Gregas, Torre Santorini, Apartamento 704, Olho D'Água, CEP 65.071-380 – São Luís-MA, portador da Carteira de Identidade nº 047520262013-9-SSP/MA, inscrito no CPF sob o nº 286.538.743-72 e nomeado Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais por Ato do Governador do Estado publicado no Diário Oficial do Estado em 02 de janeiro de 2015, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os Partícipes visando o fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e do gerenciamento costeiro (GERCO) sob competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Semano Estado do Maranhão.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos Partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, de acordo com a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, e o Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004;

c) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

d) assistir o Estado do Maranhão no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado do Maranhão;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado do Maranhão, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado do Maranhão;

f) colocar à disposição do Estado do Maranhão as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

g) auxiliar o Estado do Maranhão no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

h) apoiar o Estado do Maranhão no desenvolvimento dos instrumentos previstos no art. 7º do Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, quando de sua competência.

i) acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla instituída pelo Decreto Estadual nº 28.729, de 04 de dezembro de 2012.

j) discutir com o Estado do Maranhão o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

k) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado do Maranhão; e

l) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

## II – Compete ao Estado do Maranhão, por intermédio da SEMA:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pelo acompanhamento e análise dos estudos do ZEE e pela elaboração da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico dos mesmos;

b) articular Grupo de Trabalho Intersectorial e Participativo, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado;

c) realizar articulação com a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla com vistas a estabelecer ações e atividades de gerenciamento costeiro no Estado;

d) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE e da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a sua implementação;

e) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos, privados e sociedade civil para o uso e aplicação da base de informações do ZEE e do gerenciamento costeiro do Estado do Maranhão;

f) definir, conjuntamente com outras instituições partícipes do CEZEE meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado do Maranhão;

g) definir com os membros da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla os meios que garantam a divulgação, o acesso às informações do Projeto e do colegiado costeiro do Estado do Maranhão;

h) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

i) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

j) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPEES**

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

**Parágrafo Único** -Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

## **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 meses (vinte e quatro meses), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

## **CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES**

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

## **CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

## **CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Único** - Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

## **CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília,                      de    de 2015.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR

**MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
CI nº:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
CI nº:



## PLANO DE TRABALHO

## 1. DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA		<b>CNPJ/MF:</b> 05.023.045/0001-03	
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida dos Holandeses, nº 04, quadra 06, Edifício Manhattan - Calhau			
<b>CIDADE:</b> São Luís	<b>UF:</b> Maranhão	<b>CEP:</b> 65.071-380	
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Marcelo de Araújo Costa Coelho		<b>CPF:</b> 286.538.743-72	
<b>REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> 047520262013-9 (SSP/MA)			
<b>ENDEREÇO:</b> Rua H15, nº 01, quadra 05, Condomínio Ilhas Gregas, Torre Santorine, apartamento 704 – Olho D' Água – São Luís/MA – CEP 65.071-380			

## 2. OUTRO PARTICIPE

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		<b>CNPJ/MF:</b> 37.115.375/0001-07	
<b>ENDEREÇO:</b> Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”, sala 700			
<b>CIDADE:</b> Brasília	<b>UF:</b> Distrito Federal	<b>CEP:</b> 70.068-901	
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Carlos Mário Guedes de Guedes		<b>CPF:</b> 606.955.950-91	
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE:</b> 3.036.435.679	<b>ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> SSP/RS	<b>CARGO:</b> Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

**Título do Projeto:**

Fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e do gerenciamento costeiro (GERCO) sob competência da SEMA no Estado do Maranhão.

**Prazo para execução:**

24 meses.

**Identificação do objeto:**

As políticas de ordenamento territorial têm se constituído importantes instrumentos de gestão pública, em nível de planejamento e execução, além de possibilitar a resolução de conflitos socioambientais decorrentes dos diferentes usos e interesses do espaço geográfico.

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e o gerenciamento costeiro (GERCO) aparecem como instrumentos que podem servir de fio condutor para um melhor planejamento do território, equacionando as graves problemáticas advindas do uso inadequado dos espaços, ou mesmo da ausência de gestão pública.

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

O Maranhão possui o seu MacroZEE escala de 1:1.000.000, finalizado e instituído por meio da Lei Estadual nº 10.361 de 17 de setembro de 2015, e estará iniciando o processo de elaboração do ZEE na escala de 1:250.000 no bioma Amazônia do seu território.

O Gerenciamento Costeiro é um programa que tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. No estado, a Coordenação Estadual do Gerenciamento Costeiro é de responsabilidade da SEMA, tendo como objetivo prioritário, elaborar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e instituir e implementar seus instrumentos de gestão, bem como articular a gestão costeira com os 40 municípios costeiros maranhenses.

#### 4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
	<b>Ações referentes ao Zoneamento Ecológico-Econômico</b>		<b>1</b>	<b>510</b>
META 1	Apresentar plano de trabalho de acordo com as diretrizes de atuação no ZEE e GERCO/MA	Plano aprovado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial e Participativo ZEE/GERCO da SEMA (Portaria 055/2015)	1	15
META 2	Realizar levantamento sistemático da base de dados da SEMA que pode contribuir para a elaboração do ZEE e da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	Base de dados levantada	15	45
META 4	Realizar apresentações para técnicos, analistas e sociedade civil disseminando o conhecimento e a utilização do MacroZEE	Capacitações realizadas	20	100
META 5	Acompanhar os estudos do ZEE na escala de 1:250.000	Participação em reuniões técnicas convocadas pela Coordenação do ZEE	140	365
META 6	Analisar e avaliar os documentos apresentados pela empresa responsável pela elaboração do ZEE na escala de 1:250.000	Relatórios e pareceres apresentados	140	365
META 7	Elaboração de notas técnicas, relatórios e pareceres acerca do posicionamento da SEMA quanto às temáticas discutidas durante o processo de elaboração do ZEE na escala de 1:250.000	Relatórios, notas técnicas e pareceres elaborados	140	365
META 8	Estratégias de divulgação do MacroZEE e do ZEE no âmbito da SEMA.	Elaboração de materiais de divulgação e release para divulgação impressa e digital	30	365
META 9	Atualização e organização do link sobre o ZEE e o GERCO no endereço eletrônico da SEMA	Página atualizada com dados disponíveis e informações	60	250
META 10	Capacitação dos técnicos da SEMA no uso do banco de dados geográficos do MacroZEE e do ZEE	Capacitações realizadas	150	450

META 11	Desenvolvimento de plano estratégico para implementação das ações previstas no MacroZEE e no ZEE	Plano elaborado	450	510
	<b>Ações referentes ao Gerenciamento Costeiro</b>		<b>30</b>	<b>760</b>
META 12	Elaboração da minuta da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	Minuta Elaborada	30	120
META 13	Elaboração da minuta do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro	Minuta Elaborada	30	120
META 14	Atualização do Plano de Ação para o Fortalecimento do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão	Plano Elaborado	30	60
META 15	Desenvolver, executar e monitorar o Plano de Ação do Projeto Orla no Estado do Maranhão	Plano Elaborado, Relatórios de atividades	50	75
META 16	Acordo de Cooperação Técnica entre Municípios, SEMA e SPU/MP para o fortalecimento da Gestão Costeira	Termo de Referência do Acordo	360	520
META 17	Articular as ações do GERCO com as metas do Pan Manguezal	Plano de Ação compartilhado elaborado	200	300
META 18	Elaboração e desenvolvimento de projetos objetivando a captação de Recursos para promoção da Gestão Costeira	Projetos elaborados	300	330
META 19	Desenvolvimento de Plano de Ação Articulado com outras superintendências para a implementação dos instrumentos do Gerenciamento Costeiro	Plano Elaborado	30	75
META 20	Organização e execução das Oficinas Participativas nos municípios costeiros para implementação da Gestão costeira no Estado do Maranhão	Capacitações realizadas, Oficinas executadas, Atas de Reunião, Relatórios	30	630
META 21	Realização de Visitas técnicas aos municípios costeiros	Visitas realizadas, registros fotográficos, relatórios técnicos e boletins informativos	100	550

META 22	Elaboração de material de divulgação do gerenciamento costeiro e do Projeto Orla	Página específica do GERCO e do Projeto Orla no site da SEMA, mídias sociais, aplicativos, folders, releases, cartilhas, panfletos e vídeos	90	160
META 23	Disponibilizar informações sobre a balneabilidade das praias	Página específica sobre balneabilidade no portal eletrônico da SEMA elaborada e disponibilização de informações entre a página da SEMA e a do MMA	120	760
META 24	Organização de Seminário sobre Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão	Seminário realizado.	600	630
META 25	Promover e Coordenar as reuniões da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla e do GERCO	Reuniões realizadas	30	760

OBS: (\*) dias a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica

E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, de

de 2015.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR

**MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO**  
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão

TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF nº:  
CI nº:

Nome:  
CPF nº:  
CI nº:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MA1033544057





ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 047520262013-9 DATA DE EXPIRAÇÃO 07/01/2014

NOME MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO

FILIAÇÃO MILTON COELHO FILHO E MARIA DE ARAUJO COSTA COELHO

NATURALIDADE CODO - MA DATA DE NASCIMENTO 15/03/1967

DOC ORIGIN CASAM. N.20005058 FLS.252 LIV.00013

CPF 286538743-72

SAO LUIS-MA P-3

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO

DATA DE NASCIMENTO 15/03/1967

MUNICÍPIO/UF CODO/MA

DATA DE EMISSÃO 04/10/2007

ZONA 007

SEÇÃO 0034

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - CASSINHA ELEITORAL

PROTÓCOLO/SE JA  
Fls. Nº 07  
Proc. Nº 1381-13  
Rui Torres



Companhia Energética do Maranhão  
Alameda A, Od SQS, nº 106, Loteamento Orla de Ilhéus,  
Altos do Colômbio - São Luís - MA CEP: 65.071-680  
Insc. Estadual: 120.515.11-3 CNPJ: 06.272.793/0001-84

Para atendimento,  
Informe este número.  
Unidade Consumidora

Referência ao mês  
08/2015

Vencimento  
06/10/2015

CGG/SEPRO  
Fls. 13  
Rubrica

#### Dados da Unidade Consumidora

MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO

R. H, 704 - TORRE SANTORINI COND ILHASAPT 704 QD

OLHO D'ÁGUA 65000000 SÃO LUÍS - MA

CPF: 28653874372

Tipo Tarifa: CONVENCIONAL

Classificação: RESIDENCIAL

Subclasse: RESIDENCIAL NORMAL

Tensão Nominal(V): 380v

Etap/Liv/Seq: 18/000544/372

No Medidor: 1252178514

Fator de potência:

#### Demonstrativo de Faturamento

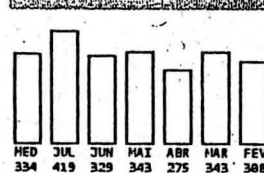
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
CONSUMO	353	0,542124	191,37
ADICIONAL BAND: VERMELHA			24,40
CIP-ILUM-PUB PREF-MUNIC			14,26
CORREÇÃO MONETÁRIA POR ATRASO			7,70
MULTA CONTA ANTERIOR			7,83
JUROS CONTA ANTERIOR			13,43

Total a pagar: 258,99

#### Composição do consumo (R\$)

Compra de Energia	Transmissão	Distribuição (Cemar)	Encargos Setoriais	Tributos	Total (R\$)
68,35	4,78	65,99	12,44	44,21	215,77

#### Histórico do Consumo (KWh)



#### Informações de tributos

Tributos	Base de cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	215,77	14,000	30,20
PIS	215,78	1,1584	2,50
COFINS	215,78	5,3360	11,51

#### Reservado ao Fisco - Período Fiscal 08/2015

B7D0.F8B1.D53B.9BF8.00D8.1DC4.61CB.6C61

#### Informações do consumo do mês

Nº Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo	Qtde. de dias	Constante	Valor (R\$)
1252178514	2338	2691	353	29	1,00	
	29/07/2015	27/08/2015				

#### Revisão de Vencimento

#### Número do Programa Social

#### Indicadores de confiabilidade

Índice	DIC	FIC	DMIC
Mês Men	6,43	3,30	3,11
Mês Tri	10,05	1,60	
Mês Anu	21,73	13,20	
Apurado Men	0,11	1,00	0,11

#### Dados

Emissão	Apresentação	Previsão próxima leitura	Conjunte: TURU
27/08/2015	27/08/2015	28/09/2015	EUSD(R\$): 86,67

#### Informações para o cliente

Período Band. Faril.: Vermelha: 30/07-27/08

MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO

UNIDADE CONSUMIDORA: 44542986 COMPETENCIA: 08/2015  
VENCIMENTO: 06/10/2015 VALOR TOTAL: R\$ 258,99

FS [1.7.51.1]

Dt Emissão: 27/08/2015  
2691-353-000-12:10:46  
01-20151880432486-84

836400000029 589900130008 001010201513 880432486848







## ESTADO DO MARANHÃO

GABINETE DO GOVERNADOR

CÓPIA

Termo de posse de

Marcelo de  
Mauro Costa Coelho  
no cargo de Secretário de  
Estado do Meio Amb.  
biente e Recursos Naturais

Aos

Dois

dias do mês

Janeiro

do ano de dois mil e

Quinze

às

Dez

horas, compareceu ao Gabinete do(a) Governador(a)

o(a) Senhor(a)

Mauro Dino de Castro  
e Costa

que, exibindo o ato de sua nomeação,

declarou que vinha prestar o compromisso de bem e fielmente servir ao Estado no

exercício do cargo de

Secretário de Estado do  
Meio Ambiente e Recursos Naturais

para o qual o nomeado(a) por ato do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Governador(a) do

Estado, datado de

dois de janeiro de dois  
mil e quinze

Aceito o compromisso, eu

P Marcelo de Mauro Costa  
Coelho

, para constar, lavrei o presente

termo, que submeto às assinaturas da autoridade empossante e do(a) empossado.





# ESTADO DO MARANHÃO

# DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CIX Nº 001 SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 02 DE JANEIRO DE 2015 EDIÇÃO DE HOJE: 34 PÁGINAS

## SUMÁRIO

Poder Executivo .....	01
Casa Civil .....	30
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão .....	33

## PODER EXECUTIVO

MENSAGEM Nº 001/2015. SÃO LUÍS, 02 DE JANEIRO DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do §1º do art. 42 da Constituição do Estado do Maranhão, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da presente Medida Provisória, que "Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências".

A Medida Provisória, na verdade, realiza a Reforma Administrativa necessária a um novo momento do Estado do Maranhão. O seu objetivo foi imprimir maior eficiência à máquina pública e permitir serviços públicos de melhor qualidade à população, inclusive com a extinção de Secretarias de Estado que atuavam de forma superposta.

Contando com o elevado espírito público dessa Casa para fornecer boa acolhida à presente iniciativa, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

FLÁVIO DINO  
Governador do Estado do Maranhão

À Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual Arnaldo Melo  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão  
LOCAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 184, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

## TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

**Art. 1º** A Administração Pública Estadual, orientada pelos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, atuará por meio de políticas públicas para o desenvolvimento humano no Estado, com vistas à inovação, à melhoria dos indicadores sociais, à redução das desigualdades regionais e ao cumprimento dos objetivos do Estado previstos no texto da Constituição Estadual.

**Art. 2º** Para a consecução dos objetivos de que trata o art. 1º, o Poder Executivo, sem prejuízo da observância das diretrizes de equilíbrio fiscal e da gestão para resultados, adotará o modelo de transparência administrativa e participação social; de qualidade do gasto, eficiência e compartilhamento na gestão; e de melhoria dos indicadores institucionais, administrativos, econômicos, sociais e humanos, com ênfase nas prioridades estratégicas do Governo, regionais ou setoriais.

### CAPÍTULO II DA EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS

**Art. 3º** Ficam extintos:

- I - Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Institucional;
- II - a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas;
- III - o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;
- IV - o Conselho Superior da Controladoria-Geral do Estado.

### CAPÍTULO III DA MISSÃO E DA ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO

**Art. 4º** A missão do Poder Executivo do Estado do Maranhão é formular, implementar, avaliar e controlar políticas públicas, planos, programas, projetos e ações que contribuam para o cumprimento da Constituição Estadual e da legislação específica, em harmonia com os Poderes e articulação com as esferas de governo.

**Art. 5º** A atuação governamental destina-se à melhoria das condições socioeconômicas da coletividade, considerando e valorizando as diversidades culturais e geoambientais bem como as potencialidades locais e regionais, visando à sua compatibilização com as políticas nacionais de desenvolvimento.

**Art. 6º** O Poder Executivo Estadual, reorganizado na forma desta Lei, é composto pelos órgãos da administração direta e pelas entidades da administração indireta, com a finalidade de prestar os serviços públicos de sua competência, objetivando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo poderá, observado o disposto na alínea "a" do inciso VI do art. 84 da Constituição da República, extinguir, mediante decreto, unidades da estrutura orgânica básica de órgãos ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional que tenham perdido sua funcionalidade, observada a conveniência e a eficiência administrativa.

**Art. 7º** Aos órgãos da administração direta compete o assessoramento direto ao Governador do Estado bem como a coordenação e controle dos negócios públicos, formulação e implementação de políticas públicas, a supervisão, coordenação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e ações.

**Parágrafo Único.** A administração direta é composta pelas Secretarias de Estado, pelos órgãos colegiados e pelos demais órgãos diretamente subordinados ao Governador.



O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Nomear MAURO JORGE GONÇALVES DE MELO para o cargo de Presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2015:

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 02 DE JANEIRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

**FLÁVIO DINO**  
Governador do Estado do Maranhão

**MARCELO TAVARES SILVA**  
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Nomear HILDELIS SILVA DUARTE JÚNIOR para o cargo de Diretor da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2015:

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 02 DE JANEIRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

**FLÁVIO DINO**  
Governador do Estado do Maranhão

**MARCELO TAVARES SILVA**  
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Nomear FELIPE MACEDO DE HOLANDA para o cargo de Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2015:

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 02 DE JANEIRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

**FLÁVIO DINO**  
Governador do Estado do Maranhão

**MARCELO TAVARES SILVA**  
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Nomear os integrantes do quadro abaixo dos cargos que especifica, devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2015:

NOME	CARGO
Augusto Barros Neto	Delegado-Geral da Polícia Civil
Coronel Marco Antônio Alves de Silva	Comandante Geral da Polícia Militar
Coronel Raimundo Nonato Santos Sá	Subcomandante Geral da Polícia Militar
Coronel Célio Roberto Pinto de Araújo	Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 02 DE JANEIRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

**FLÁVIO DINO**  
Governador do Estado do Maranhão

**MARCELO TAVARES SILVA**  
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Nomear os integrantes do quadro abaixo dos cargos que especifica, devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2015:

NOME	CARGO
Adelmo de Andrade Soares	Secretário de Estado da Agricultura Familiar
Áurea Regina dos Prazeres Machado	Secretária de Estado da Educação
Clayton Noleto Silva	Secretário de Estado da Infraestrutura
Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima	Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento
Delma Santos de Andrade	Secretária de Estado de Turismo
Felipe Costa Camarão	Secretário de Estado da Gestão e Previdência
Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira	Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
Francisca Ester de Sá Marques	Secretária de Estado da Cultura
Francisco Gonçalves da Conceição	Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
Gerson Pinheiro de Souza	Secretário de Estado Extraordinário da Igualdade Racial
Jefferson Miller Portela e Silva	Secretária de Estado da Segurança Pública
José Arimatéia Neto Evangelista	Secretário de Estado do Desenvolvimento Social
José Ribamar Fernandes Sobrinho	Secretário de Estado da Pesca
José Simplício Alves Araújo	Secretário de Estado da Indústria e Comércio
Joslene Silva Rodrigues	Secretária-Chefe do Gabinete do Governador
Laurinda Maria de Carvalho Pinto	Secretária de Estado da Mulher
Major Everaldo Ferreira Santana	Secretário-Chefe do Gabinete Militar
Marcellus Ribeiro Alves	Secretário de Estado da Fazenda
Marcelo de Araújo Costa Coelho	Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais
Marcelo Tavares Silva	Secretário de Estado Chefe da Casa Civil
Márcio Batalha Jardim	Secretário de Estado do Esporte e Lazer
Márcio Jerry Saraiva Barroso	Secretário de Estado de Assuntos Políticos e Federativos
Márcio José Honaiser	Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária
Marcos Antônio Barbosa Pacheco	Secretário de Estado da Saúde
Murilo Andrade de Oliveira	Secretário de Estado da Administração Penitenciária
Paulo Guilherme Araújo	Presidente da Comissão Central de Licitação
Robson Paz Pereira	Secretário de Estado da Comunicação Social
Rodrigo Maia Rocha	Procurador-Geral do Estado
Rodrigo Pires Ferreira Lago	Secretário de Estado da Transparência e Controle
Tatiana de Jesus Ferreira Pereira	Secretária de Estado Extraordinária da Juventude

CGG/SEPRO

Fib 16

M

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 4.014, de 26 de abril de 1979.	Órgão Auxiliar do Governador

O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS NATURAIS é organizado em 1979, e na sua estrutura tem como órgão central a **SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - SERNAT**, que é criada com a finalidade de formular e executar as políticas de proteção, conservação e aproveitamento dos recursos naturais, pesquisas e experimentações ecológicas, tecnologias dos recursos naturais e preservação do meio ambiente. Ainda nesse ano, são criadas a **Fundação Instituto de Tecnologia e Meio Ambiente - ITEMA** e a **Companhia de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - COPENAT**, órgãos integrantes do Sistema, vinculados à SERNAT.

## ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1980, é disciplinada a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão, sob a coordenação da **SERNAT**. É criada por lei a Fundação Instituto Estadual do Babaçu - **INEB**, sendo vinculado à **SERNAT** e são regulamentadas as atividades do Fundo Especial do Meio Ambiente - **FEMA**, com a finalidade de proporcionar recursos financeiros necessários à **SERNAT**.

No ano de 1984, a estrutura, composição e competências do Poder Executivo são dispostas por Lei Delegada, sendo constituído de Governadoria e Sistemas Executivos, entre eles o **SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS NATURAIS, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**, que é reorganizado, tendo como órgão central a **SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - SERNAT**.

Ainda em 1984, é extinto o ITEMA e é criado o Instituto de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - **IPENAT**, vinculado à **SERNAT**, assim como o Conselho Estadual da Pesca, que é criado em 1986.

Em 1987, por meio de lei, o Sistema Estadual de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente, passa a denominar-se **SISTEMA ESTADUAL DAS MINAS, ENERGIA E MEIO AMBIENTE** e como órgão central a **SECRETARIA DE MINAS, ENERGIA E MEIO AMBIENTE**, sendo transferidos a essa Secretaria, os direitos e responsabilidades relacionados com a área de recursos hídricos, e a área de pesquisas e estudos hídricos a cargo da Secretaria de Agricultura e Interior.

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**

Em 1991, o Poder Executivo do Estado é reestruturado apresentando o **SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO** e a **SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - SEMATUR**, sendo criada na sua organização básica a Superintendência do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhã - **CEPRAMA**.

EM 1992, é instituído o Código de Proteção do Meio Ambiente e é criado o **SISTEMA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SISEMA** para administração da qualidade ambiental.

Ainda em 1992, a **SEMATUR** é reorganizada, alterando sua estrutura nos níveis de Assessoramento, de Atuação Instrumental e de Atuação Programática.

No ano de 1993, são implantadas 05 (cinco) Delegacias Regionais de Meio Ambiente - **DREMAS**, subordinadas à Coordenadoria de Cadastro, Licenciamento e Fiscalização da **SEMATUR**.

Em 1993, o Código de Proteção do Meio Ambiente é regulamentado e a **SEMATUR** passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, deixando de atuar na área de turismo.

No ano de 1995, o Estado é reorganizado administrativamente passando a **SEMA** a integrar o grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS**, com a denominação de **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**, sendo reorganizada por meio de decreto, no mesmo ano.

É alterado o decreto de reorganização da **SEMA**, incluindo na sua estrutura, no nível de Atuação Complementar, como órgão atípico: o **Jardim Botânico do Sítio do Físico**.

É instituída, através de decreto, a desconcentração do Jardim Botânico do Sítio do Físico **JBSF**, da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**.

**COMPETÊNCIAS**

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**:

- 1) coordenar as políticas de Governo nas áreas de preservação, proteção do meio ambiente e aproveitamento dos recursos hídricos do Estado;
- 2) promover ações para exploração e preservação dos recursos hídricos de modo a contemplar os usos múltiplos;
- 3) identificar áreas de preservação;

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA**

- 4) realizar pesquisas e experimentações ecológicas e tecnológicas;
- 5) formular, implantar e avaliar as políticas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos;
- 6) captar recursos e promover articulação entre os órgãos e entidades nacionais;
- 7) definir planos e programas em sua área de abrangência;
- 8) estabelecer objetivos, diretrizes e estratégias de ação, podendo exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do seu regimento.

## **LEGISLAÇÃO**

**1968**

**LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

**1979**

**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

**LEI Nº 4.014, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Organiza o Sistema Estadual de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente, cria a Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 11

**LEI Nº 4.034, DE 30 DE ABRIL DE 1979.**

Cria a Fundação Instituto de Tecnologia e Meio Ambiente - ITEMA e dá outras providências.

DOE nº 92, de 15/05/1979, página 10

**LEI Nº 4.038, DE 30 DE ABRIL DE 1979.**

Autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - COPENAT.

DOE nº 92, de 14/05/1979, página 20

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA**

**1979**

**LEI Nº 4.110, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1979.**

Dá nova denominação à Companhia Maranhense de Pesquisa Mineral - CODEMINAS, altera e revoga dispositivos da Lei nº 3.348, de 14 de maio de 1973, com as modificações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 3.447, de 13 de novembro de 1973 e da Lei nº 3.562, de 16 de setembro de 1974, e revoga a Lei nº 4.038, de 30 de abril de 1979.

DOE nº 241, de 17/12/1979, página 01

**1980**

**LEI Nº 4.154, DE 11 DE JANEIRO DE 1980.**

Disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão.

DOE nº 17, de 24/01/1980, página 01

**LEI Nº 4.155, DE 11 DE JANEIRO DE 1980.**

Cria a Fundação Instituto Estadual do Babaçu - INEB e dá outras providências.

DOE nº 25, de 05/02/1980, página 03

**DECRETO Nº 7.556, DE 17 DE MARÇO DE 1980.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente - SERNAT.

DOE nº 68, de 10/04/1980, página 01

**DECRETO Nº 7.921, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1980.**

Regulamenta a Lei nº 4.154, de 11 de janeiro de 1980, que disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 227, de 26/11/80, página 4

**DECRETO Nº 7.903, DE 27 DE OUTUBRO DE 1980.**

Aprova o Estatuto da Fundação Instituto Estadual do Babaçu - INEB.

DOE nº 213, de 06/11/1980, página 01

**DECRETO Nº 7.921, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1980.**

Regulamenta a Lei nº 4.154, de 11 de janeiro de 1980, que disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 227, de 26/11/1980, página 04

**LEI Nº 4.223, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1980.**

Corrige numeração de capítulos e acrescenta seção e seu artigo à Lei nº 4.154, de 11 de janeiro de 1980, que disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 231, de 02/12/1980, página 08

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA**

**1980**

**LEI Nº 4.264, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1980.**

Modifica os artigos 4º e 9º da Lei nº 4.014/ 79, que criou a Secretaria de Recursos Naturais Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 242, de 18/12/1980, página 03

**1981**

**LEI Nº 4.290, DE 03 DE JUNHO DE 1981.**

Dispõe sobre a organização do Instituto Estadual do Babaçu - INEB e dá outras providências.

DOE nº 120, de 30/06/1981, página 04

**LEI Nº 4.291, DE 03 DE JUNHO DE 1981.**

Dispõe sobre a organização do Instituto de Tecnologia e Meio Ambiente - ITEMA e dá outras providências.

DOE nº 120, de 30/06/1981, página 07

**LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.**

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

**1982**

**DECRETO Nº 8.683, DE 26 DE JUNHO DE 1982.**

Altera os artigos 5º, 19 a 48, o art. 53, alínea "h", o art. 54 e o art. 55, alínea "c" do Decreto nº 7.921, de 10 de novembro de 1980.

DOE nº 148, de 09/08/1982, página 01

**DECRETO Nº 8.922, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982.**

Regulamenta as atividades do Fundo Especial do Meio Ambiente - FEMA e dá outras providências.

DOE nº 227, de 03/12/1982, página 16

**1983**

**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desdobrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

**LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.**

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA**

**1984**

**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 137, de 04/07/1984, página 15

**LEI DELEGADA Nº 180, DE 17 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 14

**LEI DELEGADA Nº 181, DE 17 DE JULHO DE 1984.**

Cria o Instituto de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - IPENAT e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 08

**LEI DELEGADA Nº 182, DE 17 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre alteração da denominação do Conselho Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais- CEPRAM e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 16

**1985**

**DECRETO Nº 9.857, DE 15 DE MAIO DE 1985.**

Aprova o Regimento do Conselho Comunitário de Preservação do Meio Ambiente.

DOE nº 99, de 28/05/1985, página 05

**DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

**1986**

**DECRETO Nº 10.182, DE 30 DE JULHO DE 1986.**

Cria o Conselho Estadual da Pesca e dá outras providências.

DOE nº 168, de 02/09/1986, página 01

**1987**

**LEI Nº 4.764, DE 06 DE ABRIL DE 1987.**

Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual das Minas e Energia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 67, de 08/04/1987, página 30



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA**

**1987**

**LEI Nº 4.779, DE 03 DE JULHO DE 1987.**

À Secretaria de Minas, Energia e Meio Ambiente são transferidos os direitos e responsabilidades relacionados com a área de pesquisas e estudos de recursos hídricos, inclusive os decorrentes de convênios, acordos, ajustes e contratos com pessoas de direito público ou privado a cargo da Secretaria de Agricultura e Interior.

DOE nº 124, de 06/07/1987, página 18

**DECRETO Nº 10.601, DE 29 DE OUTUBRO DE 1987.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Minas, Energia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 204, de 29/10/1987, página 48

**1988**

**DECRETO Nº 10.700, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988.**

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 8.683, de 26 de julho de 1982.

DOE nº 38, de 26/02/1988, página 06

**1991**

**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

**DECRETO Nº 11.817, DE 19 DE ABRIL DE 1991.**

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências

DOE nº 77, de 24/04/1991, página 04

**DECRETO Nº 11.901, DE 11 DE JUNHO DE 1991.**

Cria, no Estado do Maranhão, a área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses com limites que especifica e dá outras providências.

DOE nº 114, de 18/06/1991, página 04

**DECRETO Nº 11.915, DE 24 DE JUNHO DE 1991.**

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo - SEMATUR.

DOE nº 130, de 31/07/1991, página 05

**LEI Nº 5.117, DE 26 DE JUNHO DE 1991.**

Dispõe sobre composição do Conselho Estadual de Turismo e dá outras providências.

DOE nº 128, de 08/07/1991, página 02

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA**

**1991**

**LEI Nº 5.118, DE 26 DE JUNHO DE 1991.**

Dispõe sobre a composição do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA e dá outras providências.

DOE nº 128, de 08/07/1991, página 02

**DECRETO Nº 11.989, DE 05 DE AGOSTO DE 1991.**

Inclui a Superintendência do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão na Organização Básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 155, de 14/08/1991, página 05

**DECRETO Nº 11.992, DE 05 DE AGOSTO DE 1991.**

Regulamenta a Lei nº 5.118, de 26 de junho de 1991, que disciplina a composição do Conselho Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 155, de 14/08/91, página 10

**DECRETO Nº 11.993, DE 07 DE AGOSTO DE 1991.**

Regulamenta a Lei nº 5.117, de 26 de junho de 1991, e aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Turismo - CONSETUR.

DOE nº 158, de 19/08/1991, página 13

**DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

**1992**

**LEI Nº 5.405, DE 08 DE ABRIL DE 1992.**

Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente, dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

DOE nº 77, de 22/04/1992, página 02

**RESOLUÇÃO Nº 002, DE 25 DE SETEMBRO DE 1992.**

O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA cria a Câmara Técnica de Avaliação da Perspectiva de Recuperação Ambiental da Baixada Ocidental Maranhense.

DOE nº 210, de 03/11/1992, página 02

**DECRETO Nº 12.691, DE 16 DE OUTUBRO DE 1992.**

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 200, de 19/10/1992, página 12

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA****1992****DECRETO Nº 12.764, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1992.**

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 223, de 20/11/1992, página 19

**1993****LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

**DECRETO Nº 13.090, DE 31 DE MAIO DE 1993.**

Dispõe sobre a implantação das Delegacias Regionais de Meio Ambiente - DREMAS, no Estado do Maranhão.

DOE nº 110, de 09/06/1993, página 06

**DECRETO Nº 13.494, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993.**

Regulamenta o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. (Lei nº 5.405/92).

DOE nº 224, de 24/11/1993, página 01

**LEI Nº 5.851, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993.**

Altera a denominação e transfere competências de Secretarias de Estado e dá outras providências.

DOE nº 237, de 14/12/1993, página 03

**1994****DECRETO Nº 14.185, DE 26 DE SETEMBRO DE 1994.**

Regulamenta as atividades do Fundo Especial do Meio Ambiente - FEMA e dá outras providências.

DOE nº 189, de 30/09/1994, página 03

**1995****LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

**DECRETO Nº 14.430, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 14

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -  
SEMA**

**1995**

**DECRETO Nº 14.605, DE 09 DE JUNHO DE 1995.**

Altera o Decreto nº 14.430, de 07.02.95, que reorganiza a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências.

DOE nº 115, de 16/06/1995, página 02

**DECRETO Nº 14.606, DE 09 DE JUNHO DE 1995.**

Institui a desconcentração do Jardim Botânico do Sítio do Físico - JBSF, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências.

DOE nº 115, de 16/06/1995, página 03

**SECRETARIA DE ESTADO DO  
MEIO AMBIENTE E RECURSOS  
NATURAIS - SEMA**

Perfil da Administração Pública Vol. II  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS –  
SEMA**

**27 SECRETARIA DE ESTADO DO  
MEIO AMBIENTE E RECURSOS  
NATURAIS (SEMA)**

**27.1 NATUREZA**

Administração Direta.

**27.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO**

Lei nº 4.014, de 26 de abril de 1979.

**27.3 FINALIDADE**

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA) tem por finalidade planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, conforme disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

**27.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS**

**1995**

Por meio da Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995, os órgãos do Estado que compõem a administração do Poder Executivo passam ser agrupados com base em suas competências: Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas.

As Secretarias Programáticas são órgãos de execução, supervisão e controle das ações governamentais, nas áreas de execução e política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico; transporte, energia e edificações; preservação e melhoria do meio ambiente e exploração, aproveitamento e preservação dos recursos hídricos; desenvolvimento da indústria, comércio e turismo; pesquisa histórica, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico; desenvolvimento

comunitário e do trabalho; desportos e lazer.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) passa a integrar o grupo das Secretarias Programáticas.

Por meio do Decreto nº 14.430, de 07 de fevereiro de 1995, fica reorganizada a SEMA, integrando na sua estrutura o Conselho Estadual do Meio Ambiente e a Delegacia Regional do Meio Ambiente.

**1997**

Por meio do Decreto nº 15.607, de 11 de junho de 1997, fica aprovado o Regimento da Secretaria de Estado do Meio e Recursos Hídricos (SEMA).

**1998**

Por meio da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, fica extinta a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e é criada a Gerência de Qualidade de Vida (GQV), como órgão de formulação e avaliação de políticas públicas, com a competência de coordenar e controlar as ações relativas, às áreas de saúde, saneamento, meio ambiente, recursos hídricos

Os servidores com seus respectivos cargos efetivos, os bens patrimoniais, móveis, equipamentos e instalações, projetos, documentos e serviços existentes extintos na SEMA são transferidos para a Gerência de Qualidade de Vida (GQV).

Por meio desta Lei, a GQV tem como entidade vinculada a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão (CAEMA).

Por meio desta Lei ficam mantidos na GQV os seguintes Conselhos: Estadual de Saúde, o Estadual de Entorpecentes, o

Perfil da Administração Pública Vol. II  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS –**  
**SEMA**

Estadual do Meio Ambiente e o Estadual de Recursos Hídricos.

Por meio desta Lei ficam mantidos os Fundos: Estadual de Saúde (FES) e o Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA).

#### 1999

Em 04 de janeiro de 1999, o Decreto nº 16.679, dispõe sobre a organização da Gerência de Qualidade de Vida (GQV). Consta na estrutura no nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e como órgão Atípico, o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

O Decreto nº 16.887, de 21 de julho de 1999, dispõe sobre a reorganização da GQV, constando ainda na sua estrutura a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e como órgão Atípico o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

#### 2000

O Decreto nº 17.250, de 04 de abril de 2000, reorganiza a GQV, mantendo na sua estrutura a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e como órgão Atípico o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

#### 2002

Por meio da Lei nº 7.734 em 19 de abril de 2002, ocorre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado.

Por meio desta Lei é criada a Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a quem compete a coordenação e execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização, coordenação e controle das ações relativas à exploração e

preservação do meio ambiente e dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

A Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais passa a compor os órgãos de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.

Por meio desta Lei, passam a fazer parte da estrutura organizacional Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o FEMA.

São transferidos os bens, os direitos e as obrigações da GQV, referente às atividades do meio ambiente e os recursos hídricos ficam transferidos para a Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Os servidores da GQV, com lotação a Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos passam a compor o Quadro de Pessoal da Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

O Decreto nº 18.600, de 25 de abril de 2002, organiza a Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

#### 2003

Por meio do Decreto nº 19.401, de 24 de fevereiro de 2003, fica organizada a GEMARN, acrescentado em sua estrutura no nível de Execução Instrumental a Unidade Gestora de Atividades Meio e no nível de Execução Programática a Gerência Adjunta de Estado de Meio e Recursos Naturais e no nível de Implementação de Políticas e Controle Técnico Setorial como órgão desconcentrado o Jardim Botânico do Sítio do Físico.

Perfil da Administração Pública Vol. II  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**

244

**2004**

Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, as Gerências de Estado passam a denominarem-se Secretaria de Estado.

Os cargos de Gerentes de Estado e Gerente Adjunto passam a denominarem-se Secretário de Estado e Secretário Adjunto respectivamente.

A GEMARN por meio desta Lei passa a denominar-se Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

O Decreto nº 20.632, de 19 de julho de 2004, organiza a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), sendo alterada as denominações da Gerência Adjunta para Secretaria Adjunta e de Subgerência para Superintendência.

**2006**

Por meio da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, que reorganiza administrativamente o Estado, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, passa a compor os órgãos de Proposição, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional, com finalidade de planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Por meio desta Lei ficam mantidos na estrutura da SEMA o Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA), Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

**2007**

Por meio do Decreto nº 22.909, de 02 de janeiro de 2007, é reorganizada a SEMA.

E por este Decreto no nível de Execução Instrumental é extinta a Unidade Gestora de Atividades Meio, acrescentando a Supervisão de Atividade Meio. No nível de Execução Programática é feita a fusão da Superintendência Monitoramento e Controle da qualidade Ambiental com a Superintendência de Fiscalização e Defesa dos Recursos Naturais dando uma nova denominação para Superintendência de Monitoramento, Fiscalização e Defesa dos Recursos Naturais e no nível de Implementação de Políticas de Controle Técnico Setorial é extinto o órgão desconcentrado Jardim Botânico do Sítio do Físico.

**2009**

Por meio da Medida Provisória nº 048, de 23 de abril de 2009, convertida na Lei nº 8.973, de 02 de junho de 2009, a SEMA mantém nos órgãos de Proposição Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e Regional.

**2010**

A Medida Provisória nº 082, de 14 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 9.340, de 28 de dezembro de 2011, dispõe sobre a reforma administrativa no Poder Executivo.

A SEMA passa a fazer parte dos órgãos de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social e tendo como finalidade planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à



Perfil da Administração Pública Vol. II  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**

exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Por esta Medida Provisória fica mantido o FEMA e os Conselhos Estadual do Meio Ambiente e o Estadual de Recursos Hídricos.

## 2011

O Decreto nº 27.233, de 03 de janeiro 2011, reorganiza a SEMA, acrescentando na Unidade de Suporte Operacional a Comissão de Licitação e na Unidade de Atuação Programática, altera a denominação da Superintendência de Gestão Ambiental para a Superintendência de Gestão Florestal. A Superintendência de Monitoramento, Fiscalização e Defesa dos Recursos Naturais é desmembrada para a Superintendência de Fiscalização e Defesa de Recursos Naturais e Superintendência de Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental e o FEMA passa fazer parte dessa unidade.

Em 24 de novembro de 2011, o Decreto nº 27.871, reorganiza a SEMA, acrescentando à sua estrutura organizacional no nível de Administração Superior a Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA) e na Unidade de Assessoramento Direto ao Secretário a Ouvidoria. Na Unidade de Suporte Operacional a Unidade Gestora de Atividades Meio e o Fundo Estadual de Unidade Conservação (FEUC). Na Unidade de Atuação Programática a Secretaria-Adjunta de Licenciamento e a Secretaria-Adjunta de Desenvolvimento Sustentável.

## 27.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 1995, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 14.430, de 7 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 1995, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 15.607, de 11 de junho de 1997.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e da outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 114, de 17 de junho de 1997, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 30 de dezembro de 1998, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.679, de 4 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Qualidade de Vida e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 1999, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 16.887, de 21 de julho de 1999.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência de Qualidade de Vida, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 145, de 21 de julho de 1999, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 17.250, de 4 de abril de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da Gerência da

Perfil da Administração Pública Vol. II  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS –  
SEMA

Qualidade de Vida e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 68, de 6 de abril de 2000, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 7.734, de 19 de abril 2002.** Dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Governo do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 77, de 22 de abril de 2002, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 18.600, de 25 de abril de 2002.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 26 de abril de 2002, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 19.401, de 24 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre a organização da Gerência de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (GEMARN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2003, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração das Leis nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, 8 de julho de 2004, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 20.632, de 19 de julho de 2004.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 19 de julho de 2004, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 249, de 28 de dezembro de 2006, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 22.909, de 2 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2007, p.128.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 48, de 23 de abril de 2009.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo Estadual, altera o dispositivo da Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 78, de 24 de abril de 2009, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 82, de 14 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 14 de dezembro de 2010, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.233, de 3 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 3 de janeiro de 2011, p.37.

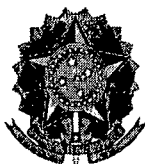
MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder

Perfil da Administração Pública Vol. II  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS -  
SEMA**

Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 3 de março de 2011, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.871, de 24 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 226, de 24 de novembro de 2006, p.24.

**SECRETARIA DE ESTADO DO  
PLANEJAMENTO E  
ORÇAMENTO - SEPLAN**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

CASEPPO  
Fis 33  
RUBRICADO

**LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**

Regulamento  
Texto compilado  
Mensagem de veto  
(Vide Decreto de 15 de setembro de 2010)

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art 1º Esta Lei, com fundamento no art. 8º, item XVII, alíneas c, h e i, da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.~~

~~Art. 1º Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII, do art. 23, e no art. 225 da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

Art 1º - Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

**DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e

biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

~~V - recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera.~~

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

## DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Art 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único - As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

## DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

~~I - Órgão Superior: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com a função de assistir o Presidente da República na formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente;~~

~~II - Órgão Central: a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, à qual cabe promover, disciplinar e avaliar a implantação da Política Nacional do Meio Ambiente;~~

~~III - Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal, direta ou indireta, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, cujas entidades estejam, total ou parcialmente, associadas às de preservação da qualidade ambiental ou de disciplinamento do uso de recursos ambientais;~~

~~IV - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e de controle e fiscalização das atividades suscetíveis de degradar a qualidade ambiental;~~

~~V - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas áreas de jurisdição.~~

~~I - Órgão Superior: o Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~II - Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, adotado nos termos desta Lei, para assessorar, estudar e propor ao Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~III - Órgão Central: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com a finalidade de coordenar, executar e fazer executar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, e a preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~IV - Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da administração federal direta e indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental ou àquelas de disciplinamento do uso de recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~IV - órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências; (Redação dada pela Lei nº 12.856, de 2013)~~

~~V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

§ 1º - Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico científico às atividades do IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

CGG/SEPRO  
Fis. 38  
Rubrica

### DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º ~~É criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, cuja composição, organização, competência e funcionamento serão estabelecidos, em regulamento, pelo Poder Executivo.~~

~~Parágrafo único - Integrarão, também, o CONAMA:~~

~~a) representantes dos Governos dos Estados, indicados de acordo com o estabelecido em regulamento, podendo ser adotado um critério de delegação por regiões, com indicação alternativa do representante comum, garantida sempre a participação de um representante dos Estados em cujo território haja área crítica de poluição, assim considerada por decreto federal;~~

~~b) Presidentes das Confederações Nacionais da Indústria, da Agricultura e do Comércio, bem como das Confederações Nacionais dos Trabalhadores na Indústria, na Agricultura e no Comércio;~~

~~c) Presidentes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza;~~

~~d) dois representantes de Associações legalmente constituídas para a defesa dos recursos naturais e de combate à poluição, a serem nomeados pelo Presidente da República.~~

Art. 7º ~~O Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA tem por finalidade assessorar o Presidente da República na formalização da Política Nacional e das diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

§ 1º ~~O Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA é presidido pelo Presidente da República, que o convocará pelo menos 2 (duas) vezes ao ano. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

§ 2º ~~São membros do Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA: (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~I - o Ministro da Justiça; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~II - o Ministro da Marinha; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~III - o Ministro das Relações Exteriores; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~IV - o Ministro da Fazenda; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~V - o Ministro dos Transportes; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~VI - o Ministro da Agricultura; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~VII - o Ministro da Educação; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~VIII - o Ministro do Trabalho; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~IX - o Ministro da Saúde; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~X - o Ministro das Minas e Energia; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~



de 1990)

~~XI — o Ministro do Interior; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~XII — o Ministro do Planejamento; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~XIII — o Ministro da Cultura; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~XIV — o Secretário Especial de Ciência e Tecnologia; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~XV — o Representante do Ministério Público Federal; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~XVI — o Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~XVII — 3 (três) representantes do Poder Legislativo Federal; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~XVIII — 5 (cinco) cidadãos brasileiros indicados pelo conjunto das entidades ambientalistas não governamentais; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~§ 3º Poderão participar das reuniões do Conselho Superior do Meio Ambiente — CSMA, sem direito a voto, pessoas especialmente convidadas pelo seu Presidente. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~§ 4º A participação no Conselho Superior do Meio Ambiente — CSMA é considerada como de relevante interesse público e não será remunerada. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~§ 5º O Ministro do Interior é, sem prejuízo de suas funções, Secretário Executivo do Conselho Superior do Meio Ambiente — CSMA. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~Art. 8º Incluir-se-ão entre as competências do CONAMA:~~

~~Art. 8º Compete ao CONAMA: (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~I - estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~II — determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis ao exame da matéria;~~

~~II — determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis; o Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA apreciará os estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios de impacto ambiental, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, nas áreas consideradas Patrimônio Nacional pela Constituição Federal; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional. (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)~~

~~III — decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo IBAMA; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989) (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)~~

IV - homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental; (VETADO);

V - determinar, mediante representação do IBAMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; (Redação dada pela Vide Lei nº 7.804, de 1989)

VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Parágrafo único. O Secretário do Meio Ambiente é, sem prejuízo de suas funções, o Presidente do Conama. (Incluído pela Lei nº 8.028, de 1990)

## DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental; (Regulamento)

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

~~VI - a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal;~~

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

Art. 9º A. ~~Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)~~

~~§ 1º A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)~~

~~§ 2º A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos~~

CGG-SEPR  
Fls. 40  
Ribeira

~~recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)~~

~~§ 3º A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)~~

~~§ 4º Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)~~

~~§ 5º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)~~

Art. 9º-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 1º O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve incluir, no mínimo, os seguintes itens: (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - objeto da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - direitos e deveres do proprietário ou possuidor instituidor; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 2º A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 3º A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 4º Devem ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente: (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - o contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 5º Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 6º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 7º As áreas que tenham sido instituídas na forma de servidão florestal, nos termos do art. 44-A da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passam a ser consideradas, pelo efeito desta Lei, como de servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

Art. 9º-B. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 1º O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 2º A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, definida no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 3º O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente,

CCG/SEP/PRO  
Fis 41

Rubrica

por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

Art. 9º-C. O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 1º O contrato referido no caput deve conter, no mínimo, os seguintes itens: (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - a delimitação da área submetida a preservação, conservação ou recuperação ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - o objeto da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - os direitos e deveres do proprietário instituidor e dos futuros adquirentes ou sucessores; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - os direitos e deveres do detentor da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

V - os benefícios de ordem econômica do instituidor e do detentor da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

VI - a previsão legal para garantir o seu cumprimento, inclusive medidas judiciais necessárias, em caso de ser descumprido. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 2º São deveres do proprietário do imóvel serviente, entre outras obrigações estipuladas no contrato: (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - manter a área sob servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - prestar contas ao detentor da servidão ambiental sobre as condições dos recursos naturais ou artificiais; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - permitir a inspeção e a fiscalização da área pelo detentor da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 3º São deveres do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato: (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - documentar as características ambientais da propriedade; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - manter relatórios e arquivos atualizados com as atividades da área objeto da servidão; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

V - defender judicialmente a servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

~~Art. 10 — A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.~~

~~Art. 10 — A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente — SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças~~

CGG/SEPRO  
Fls. 42  
Rubrica

exigíveis. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado, bem como em um periódico regional ou local de grande circulação.

§ 2º Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo ~~CCGA/SEPRO~~ dependerá de homologação da SEMA.

§ 2º Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo dependerá de homologação do IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 3º O órgão estadual do meio ambiente e a SEMA, esta em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

§ 3º O órgão estadual do meio ambiente e o IBAMA, esta em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 4º Caberá exclusivamente ao Poder Executivo Federal, ouvidos os Governos Estadual e Municipal interessados, o licenciamento previsto no "caput" deste artigo, quando relativo a pólos petroquímicos e cloroquímicos, bem como a instalações nucleares e outras definidas em lei.

§ 4º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA o licenciamento previsto no caput deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental. (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011)

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011)

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011)

§ 3º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011)

§ 4º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011)

Art 11 - Compete à SEMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 1º A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos pela SEMA, em caráter supletivo da atuação do órgão estadual e municipal competentes.

§ 1º A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos pelo IBAMA, em caráter supletivo da atuação do órgão estadual e municipal competentes. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989). (Revogado pela Lei Complementar nº 140, de 2011)

§ 2º - Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais, afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

Art 12 - As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.

Parágrafo único - As entidades e órgãos referidos no "caput" deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental

e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

Art 13 - O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - à fabricação de equipamentos antipoluidores;

III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

Parágrafo único - Os órgãos, entidades, e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

~~§ 4º Nos casos de poluição provocada pelo derramamento ou lançamento de detritos ou óleo em águas brasileiras, por embarcações e terminais marítimos ou fluviais, prevalecerá o disposto na Lei nº 5.357, de 17 de novembro de 1967. (Revogado pela Lei nº 9.966, de 2000)~~

§ 5º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

~~Art. 15 - É da competência exclusiva do Presidente da República, a suspensão prevista no inciso IV do artigo anterior por prazo superior a 30 (trinta) dias.~~

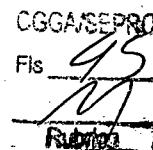
~~§ 1º - O Ministro de Estado do Interior, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente e/ou por provocação dos governos locais, poderá suspender as atividades referidas neste artigo por prazo não excedente a 30 (trinta) dias.~~

~~§ 2º - Da decisão proferida com base no parágrafo anterior caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, para o Presidente da República~~

Art. 15. O poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, ou estiver tornando mais grave situação de perigo existente, fica sujeito à pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 1º A pena e aumentada até o dobro se: (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

I - resultar: (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)



a) dano irreversível à fauna, à flora e ao meio ambiente; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

b) lesão corporal grave; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

II - a poluição é decorrente de atividade industrial ou de transporte; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

III - o crime é praticado durante a noite, em domingo ou em feriado. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 2º Incorre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

~~Art. 16 Os Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios poderão adotar medidas de emergência, visando a reduzir, nos limites necessários, ou paralisar, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, as atividades poluidoras. (Revogado pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~Parágrafo único Da decisão proferida com base neste artigo, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Ministro do Interior. (Revogado pela Lei nº 7.804, de 1989)~~

~~Art. 17 É instituído, sob a administração da SEMA, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à consultoria técnica sobre problemas ecológicos ou ambientais e à indústria ou comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.~~

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA: (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

Art. 17-A. São estabelecidos os preços dos serviços e produtos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a serem aplicados em âmbito nacional, conforme Anexo a esta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide Medida Provisória nº 687, de 2015)

~~Art. 17-B. É criada a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

~~§ 1º Constitui fato gerador da TFA, o exercício das atividades mencionadas no inciso II do art. 17 desta Lei, com a redação dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide ADI nº 2178-8, de 2000)~~

~~§ 2º São sujeitos passivos da TFA, as pessoas físicas ou jurídicas obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

Art. 17-B. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais." (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000) (Vide Medida Provisória nº 687, de 2015)

§ 1º Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 2º Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

~~Art. 17-C. A TFA será devida em conformidade com o fato gerador e o seu valor corresponderá à importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais). (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

~~§ 1º Será concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) para empresas de pequeno porte, de 90% (noventa por cento) para microempresas e de 95% (noventa e cinco por cento) para pessoas físicas. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

~~§ 2º O contribuinte deverá apresentar ao Ibama, no ato do cadastramento ou quando por ele solicitada, a comprovação da sua respectiva condição, para auferir do benefício dos descontos concedidos sobre o valor da TFA, devendo, anualmente, atualizar os dados de seu cadastro junto àquele Instituto. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

~~§ 3º São isentas do pagamento da TFA, as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, em obediência ao constante da alínea "a" do inciso IV do art. 9º do Código Tributário Nacional. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

Art. 17-C. É sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º O sujeito passivo da TCFA é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pelo IBAMA, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 2º O descumprimento da providência determinada no § 1º sujeita o infrator a multa equivalente a vinte por cento da TCFA devida, sem prejuízo da exigência desta. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 3º Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

~~Art. 17-D. A TFA será cobrada a partir de 1º de janeiro de 2000, e o seu recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao Ibama, por intermédio de documento próprio de arrecadação daquele Instituto. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide ADI nº 2178-8, de 2000)~~

Art. 17-D. A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX desta Lei." (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se: (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

I – microempresa e empresa de pequeno porte, as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições dos incisos I e II do caput do art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999; (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

II – empresa de médio porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais); (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

III – empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 2º O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo VIII desta Lei. (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 3º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado. (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

Art. 17-E. É o IBAMA autorizado a cancelar débitos de valores inferiores a R\$ 40,00 (quarenta reais), existentes até 31 de dezembro de 1999. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

~~Art. 17-F. A TFA, sob a administração do Ibama, deverá ser paga, anualmente, até o dia 31 de março, por todos os sujeitos passivos citados no § 2º do art. 17-B desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide ADI nº 2178-8, de 2000)~~

Art. 17-F. São isentas do pagamento da TCFA as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

~~Art. 17-G. O não pagamento da TFA ensejará a fiscalização do Ibama, a lavratura de auto de infração e a conseqüente aplicação de multa correspondente ao valor da TFA, acrescido de 100 % (cem por cento) desse valor, sem prejuízo da exigência do pagamento da referida Taxa. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide ADI nº 2178-8, de 2000)~~

Parágrafo único. O valor da multa será reduzido em 30% (trinta por cento), se o pagamento for efetuado

CCGA/SEPRO  
Fis. 16  
Rubrica



~~em sua totalidade, até a data do vencimento estipulado no respectivo auto de infração. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

Art. 17-G. A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo IX desta Lei, e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao IBAMA, por intermédio de documento próprio de arrecadação, até o quinto dia útil do mês subsequente. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

Parágrafo único. Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 2º Os recursos arrecadados com a TCFA terão utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

~~Art. 17-H. A TFA não recolhida até a data do vencimento da obrigação será cobrada com os seguintes acréscimos: (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide ADI nº 2178-8, de 2000)~~

~~I – juros de mora, contados do mês subsequente ao do vencimento, à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês), calculados na forma da legislação aplicável aos tributos federais; (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

~~II – multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

~~Parágrafo único. Os débitos relativos à TFA poderão ser parcelados, a juízo do Ibama, de acordo com os critérios fixados em portaria do seu Presidente. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

Art. 17-H. A TCFA não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos: (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

I – juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento; (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

II – multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento; (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

III – encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução. (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º-A. Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora. (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º Os débitos relativos à TCFA poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária, conforme dispuser o regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

~~Art. 17-I. As pessoas físicas e jurídicas, que já exerçam as atividades mencionadas nos incisos I e II do art. 17 desta Lei, com a redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989, e que ainda não estejam inscritas nos respectivos cadastros, deverão fazê-lo até o dia 30 de junho de 2000. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide ADI nº 2178-8, de 2000)~~

~~Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas, enquadradas no disposto neste artigo, que não se cadastrarem até a data estabelecida, incorrerão em infração punível com multa, ficando sujeitas, ainda, às sanções constantes do art. 17-G desta Lei, no que couber. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)~~

Art. 17-I. As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas nos incisos I e II do art. 17 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir ao da publicação desta Lei incorrerão em infração punível com multa de: (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

I – R\$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física; (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

II – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), se microempresa; (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

III – R\$ 900,00 (novecentos reais), se empresa de pequeno porte; (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

IV – R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte; (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

V – R\$ 9.000,00 (nove mil reais), se empresa de grande porte. (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

CGGAC/STN  
Fls. 40  
R. 01

Parágrafo único. Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

Art. 17-J. A multa de que trata o parágrafo único do art. 17-I terá como valor a importância correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Vide ADI nº 2178-8, de 2000) (Revogado pela Lei nº 10.165, de 2000)

Parágrafo único. O valor da multa será reduzido em 50% (cinquenta por cento) para empresas de pequeno porte, em 90% (noventa por cento) para microempresas e em 95% (noventa e cinco por cento) para pessoas físicas. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000) (Revogado pela Lei nº 10.165, de 2000)

Art. 17-L. As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

Art. 17-M. Os preços dos serviços administrativos prestados pelo IBAMA, inclusive os referentes à venda de impressos e publicações, assim como os de entrada, permanência e utilização de áreas ou instalações nas unidades de conservação, serão definidos em portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente, mediante proposta do Presidente daquele Instituto. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

Art. 17-N. Os preços dos serviços técnicos do Laboratório de Produtos Florestais do IBAMA, assim como os para venda de produtos da flora, serão, também, definidos em portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente, mediante proposta do Presidente daquele Instituto. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

Art. 17-O. Os proprietários rurais, que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental – ADA, deverão recolher ao Ibama 10% (dez por cento) do valor auferido como redução do referido Imposto, a título de preço público pela prestação de serviços técnicos de vistoria. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é opcional. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

§ 2º O pagamento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser efetivado em cota única ou em parcelas, nos mesmos moldes escolhidos, pelo contribuinte, para pagamento do ITR, em documento próprio de arrecadação do Ibama. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

§ 3º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

§ 4º O não pagamento de qualquer parcela ensejará a cobrança de juros e multa nos termos da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

§ 5º Após a vistoria, realizada por amostragem, caso os dados constantes do ADA não coincidam com os efetivamente levantados pelos técnicos do Ibama, estes lavrarão, de ofício, novo ADA contendo os dados efetivamente levantados, o qual será encaminhado à Secretaria da Receita Federal, para as providências decorrentes. (Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental – ADA, deverão recolher ao IBAMA a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º-A. A Taxa de Vistoria a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto proporcionada pelo ADA. (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 2º O pagamento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser efetivado em cota única ou em parcelas, nos mesmos moldes escolhidos pelo contribuinte para o pagamento do ITR, em documento próprio de arrecadação do IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 3º Para efeito de pagamento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 4º O inadimplemento de qualquer parcela ensejará a cobrança de juros e multa nos termos dos incisos I e II do *caput* e §§ 1º-A e 1º, todos do art. 17-H desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 5º Após a vistoria, realizada por amostragem, caso os dados constantes do ADA não coincidam com os efetivamente levantados pelos técnicos do IBAMA, estes lavrarão, de ofício, novo ADA, contendo os dados reais, o qual será encaminhado à Secretaria da Receita Federal, para as providências cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

Art. 17-P. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão de taxa de fiscalização ambiental. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º Valores recolhidos ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TCFA. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 2º A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental estadual ou distrital compensada com a TCFA restaura o direito de crédito do IBAMA contra o estabelecimento, relativamente ao valor compensado. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

Art. 17-Q. É o IBAMA autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenharem atividades de fiscalização ambiental, podendo repassar-lhes parcela da receita obtida com a TCFA." (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

~~Art 18 — São transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade da SEMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 — Código Florestal, e os pousos das aves de arribação protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações. (Revogado pela Lei nº 9.985, de 2000)~~

~~Parágrafo único — As pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer modo, degradarem reservas ou estações ecológicas, bem como outras áreas declaradas como de relevante interesse ecológico, estão sujeitas às penalidades previstas no art. 14 desta Lei. (Revogado pela Lei nº 9.985, de 2000)~~

Art 19 - (VETADO).

Art. 19. Ressalvado o disposto nas Leis nºs 5.357, de 17 de novembro de 1967, e 7.661, de 16 de maio de 1988, a receita proveniente da aplicação desta Lei será recolhida de acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989))

Art 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de agosto de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
Mário David Andreazza

Este texto não substitui o Publicado no DOU de 2.9.1981

#### ANEXO

(Incluído pela Lei nº 9.960, de 2000)

TABELA  
DE  
PREÇOS  
DOS  
SERVIÇOS  
E  
PRODUTOS  
COBRADOS  
PELO  
INSTITUTO  
BRASILEIRO  
DO

CCGAS/PRO  
Fls 40  
Rubrica

MEIO  
AMBIENTE  
E  
DOS  
RECURSOS  
NATURAIS  
RENOVÁVEIS  
-  
IBAMA

CGGA/SEPRO

Fls. 30  
14  
Rubrica

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>I - FAUNA</b>	
<b>1. LICENÇA E RENOVAÇÃO</b>	
1. Licença ou renovação para transporte nacional de fauna silvestre, partes, produtos e derivados para criadouros científicos ligados a instituições públicas de pesquisa, pesquisadores ligados a instituições públicas de pesquisa e zoológicos públicos	ISENTO
• Licença ou renovação para transporte nacional de fauna silvestre, partes, produtos e derivados da fauna exótica constante do Anexo I da Convenção sobre Comercio Internacional de Espécies da Fauna e Flora em perigo de extinção - CITES (por formulário)	21,00
• Licença ou renovação para exposição ou concurso de animais silvestres (por formulário)	32,00
• Licença para importação, exportação ou reexportação de animais vivos, partes, produtos e derivados da fauna para criadouros científicos e pesquisadores ligados a instituições públicas de pesquisa e zoológicos públicos	ISENTO
• Licença para importação, exportação ou reexportação de animais vivos, partes, produtos e derivados da fauna:	
1.5.1 Por formulário de até 14 itens	37,00
1.5.2 Por formulário adicional	6,00
<b>2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	
2.1 - Criadouro de espécimes da fauna exótica para fins comerciais:	
2.1.1 - Pessoa física	600,00

2.1.2 - Microempresa	800,00
2.1.3 - Demais empresas	1.200,00
2.2 - Mantenedor de fauna exótica :	
2.2.1 - Pessoa física	300,00
2.2.2 - Microempresa	400,00
2.2.3 - Demais empresas	500,00
2.3. Importador de animais vivos, abatidos, partes, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica:	
2.3.1. Microempresa	500,00
2.3.2. Demais empresas	600,00
2.4. Circo:	
2.4.1. Microempresa	300,00
2.4.2. Demais empresas	600,00
<b>Obs.:</b> O licenciamento ambiental da fauna será renovável a cada dois anos	
<b>3. REGISTRO</b>	
3.1. Criadouros de espécies da fauna brasileira para fins científicos:	
3.1.1. Vinculados a instituições públicas de pesquisas	ISENTO
3.1.2. Não vinculados	100,00
3.2. Criadouros de espécies da fauna brasileira para fins comerciais:	
3.2.1. Categoria A – Pessoa Física	400,00
3.2.2. Categoria B – Pessoa Jurídica	300,00

CGGA/SEPRO  
Fis 53  
Rubrica

3.3. Industria de beneficiamento de peles, partes, produtos e derivados da fauna brasileira	400,00
3.4. Zoológico Público – Categorias A, B e C	ISENTO
3.5. Zoológico privado:	
3.5.1. Categorias A	300,00
3.5.2. Categorias B	350,00
3.5.3. Categorias C	400,00
3.6. Exportador de animais vivos, abatidos, partes, produtos e derivados da fauna	300,00
3.7. Importador de animais vivos, abatidos, partes, produtos e derivados da fauna	400,00
<b>4. CAÇA AMADORISTA</b>	
4.1. Liberação de armas e demais petrechos de caça	373,00
4.2. Autorização anual de caça amadorista de campo e licença de transporte das peças abatidas	300,00
4.3. Autorização anual de caça amadorista de banhado e licença de transporte das peças abatidas	300,00
4.4. Autorização de ingresso de caça abatida no exterior (por formulário)	319,00
<b>5. VENDA DE PRODUTOS</b>	
5.1. Selo de lacre de segurança para peles, partes, produtos e derivados da fauna	1,10
<b>6. SERVIÇOS DIVERSOS</b>	
6.1. Expedição ou renovação anual de carteira da fauna para sócios de clubes agrupados à Federação Ornitófila	30,00
6.2. Identificação ou marcação de espécimes da fauna (por unidade por ano).	16,00
<b>II - FLORA</b>	

CGGA/SEPRO  
Fls. 52  
Rubrica

<b>1. LICENÇA E RENOVAÇÃO</b>	
1.1. Licença ou renovação para exposição ou concurso de plantas ornamentais	53,00
1.2. Licença ou renovação para transporte nacional de flora brasileira, partes, produtos e derivados para jardins botânicos públicos e pesquisadores ligados a instituições públicas de pesquisa	ISENTO
1.3. Licença ou renovação para transporte nacional de flora exótica constante do Anexo I da CITES (por formulário)	21,00
1.4. Licença ou renovação para importação, exportação ou reexportação de plantas vivas, partes, produtos e derivados da flora para jardins botânicos públicos e pesquisadores ligados a instituições públicas de pesquisa	ISENTO
1.5. Licença ou renovação para importação, exportação ou reexportação de plantas vivas, partes, produtos e derivados da flora:	
1.5.1. Por formulário de 14 itens	37,00
1.5.2. Por formulário adicional	6,00
1.6. Licença para porte e uso de motosserra - anual	30,00
<b>2. AUTORIZAÇÃO</b>	
2.1. Autorização para uso do fogo em queimada controlada:	
2.1.1. Sem vistoria	ISENTO

CGGA/SEPPO

Fls.

Rubrica

2.1.2. Com vistoria:	
2.1.2.1. Queimada Comunitária:	
. Área até 13 hectares	3,50
. De 14 a 35 hectares	7,00
. De 36 a 60 hectares	10,50
. De 61 a 85 hectares	14,00
. De 86 a 110 hectares	17,50
. De 111 a 135 hectares	21,50
. De 136 a 150 hectares	25,50
2.1.2.2. Demais Queimadas Controladas:	
. Área até 13 hectares	3,50
. Acima de 13 hectares	3,50

COCLASEPRO  
Fis 54  
RUBRICADO



— por hectare autorizado	
2.2. Autorização de Transporte para Produtos Florestais-ATPF	
2.2.1. Para lenha, rachas e lascas, palanques roliços, escoramentos, xaxim, óleos essenciais e carvão vegetal	5,00
2.2.2. Para demais produtos	10,00
2.3. Autorização para Consumo de Matéria Prima Florestal - m <sup>3</sup> consumido/ano	vide formula
Até 1.000 = (125, 00 + Q x 0,0020) Reais	
1.001 a 10.000 = (374,50 + Q x 0,0030) Reais	
10.001 a 25.000 = (623,80 + Q x 0,0035) Reais	
25.001 a 50.000 = (873,80 + Q x 0,0040) Reais	
50.001 a 100.000 = (1.248,30 + Q x 0,0045) Reais	
100.001 a 1.000.000 = (1. 373,30 + Q x 0,0050) Reais	
1.000.001 a 2.500.000 = (1. 550,00 + Q x 0,0055) Reais	
Acima de 2.500.000 = 22.500,00 Reais  Q = quantidade consumida em metros cúbicos	

CGGA/SEPRO

Fis

55

Rubrica

**ANEXO VIII**  
**(Incluído pela Lei nº 10.165, de 27.12.2000)**

atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais

CGEN/CEPRO  
 Fis. 56  
 [Assinatura]

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
01	Extração e Tratamento de Minerais	- pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.	AAalto
02	Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	MMédio
03	Indústria Metalúrgica	- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas	AAalto

		com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	
04	Indústria Mecânica	- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	MMédio
05	Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores, fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	MMédio
06	Indústria de Material de Transporte	- fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	MMédio
07	Indústria de Madeira	- serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.	Médio
08	Indústria de Papel e Celulose	- fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.	Alto

CGC/SEPRO  
Fis. 59  
Rubrica

09	Indústria de Borracha	- beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e recondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno
10	Indústria de Couros e Peles	- secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.	Alto
11	Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Médio
12	Indústria de Produtos de Matéria Plástica.	- fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
13	Indústria do Fumo	- fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
14	Indústrias Diversas	- usinas de produção de concreto e de asfalto.	Pequeno
15	Indústria Química	- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da	Alto

		<p>madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.</p>	
16	Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	<p>- beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de</p>	

CGGASEPRO  
Fls 59  
Rubrica

COCA-SETO

Fls. 60



		<p>conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.</p>	
17	Serviços de Utilidade	<p>- produção de energia termoeletrica; tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens; usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.</p>	Médio
18	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	<p>- transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e</p>	Alto

CGG/ASEPRO  
Fls. 61  
[assinatura]  
Rubrica

		produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.	
19	Turismo	- complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos.	Pequeno
20	<del>Uso de Recursos Naturais</del>	<del>silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia.</del>	Médio
20	Uso de Recursos Naturais	Silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas, exceto para melhoramento genético vegetal e uso na agricultura; introdução de espécies geneticamente modificadas previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente	Médio

(Redação dada pela Lei nº 11.105, de 2005)

		causadoras de significativa degradação do meio ambiente; uso da diversidade biológica pela biotecnologia em atividades previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.	
21	(VETADO)	x	x
22	(VETADO)	x	x

CCG/ASEPRO

Fls. 

RUBRICA

**ANEXO IX**  
(Incluído pela Lei nº 10.165, de 27.12.2000)

**VALORES, EM REAIS, DEVIDOS A TÍTULOS DE TCFA POR ESTABELECIMENTO POR TRIMESTRE**

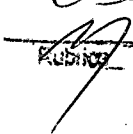
Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	-	-	112,50	225,00	450,00
Médio	-	-	180,00	360,00	900,00
Alto	-	50,00	225,00	450,00	2.250,00

\*



CGGA/SEPRO

Fis. 103

  
Rubrica



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

CCGA/SEPSO

Fis. 64

Rúbrica

**DECRETO Nº 4.297, DE 10 DE JULHO DE 2002.**

Art 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981

Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 16 e 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

**DECRETA:**

Art. 1º O Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá aos critérios mínimos estabelecidos neste Decreto.

**CAPÍTULO I**

**DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS**

Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3º O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Parágrafo único. O ZEE, na distribuição espacial das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais.

Art. 4º O processo de elaboração e implementação do ZEE:

I - buscará a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras gerações, em decorrência do reconhecimento de valor intrínseco à biodiversidade e a seus componentes;

II - contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; e

III - valorizará o conhecimento científico multidisciplinar.

Art. 5º O ZEE orientar-se-á pela Política Nacional do Meio Ambiente, estatuída nos arts. 21, inciso IX, 170, inciso VI, 186, inciso II, e 225 da Constituição, na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, pelos diplomas legais aplicáveis, e obedecerá aos princípios da função sócio-ambiental da propriedade, da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do usuário-pagador, da participação informada, do acesso equitativo e da integração.

**CAPÍTULO II**

**DA ELABORAÇÃO DO ZEE**

Art. 6º ~~Compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional ou regional, em especial quando tiver por objeto bioma considerado patrimônio nacional ou que não deva ser tratado de forma fragmentária.~~ CCG/SEP/PRO 65

~~§ 1º O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de documento apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, preenchidos os requisitos previstos neste Decreto.~~ Rubrica

~~§ 2º O ZEE executado pelos órgãos federais e Estados da Federação, quando enfocar escalas regionais ou locais, deverá gerar produtos e informações em escala 1:250.000 ou maiores, de acordo com a disponibilidade de informações da sua área de abrangência.~~

Art. 6º Compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional e regionais, quando tiver por objeto biomas brasileiros ou territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

§ 1º O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de termo apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, cumpridos os requisitos previstos neste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

§ 2º O Poder Público Federal deverá reunir e sistematizar as informações geradas, inclusive pelos Estados e Municípios, bem como disponibilizá-las publicamente. (Redação dada pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

§ 3º O Poder Público Federal deverá reunir e compatibilizar em um único banco de dados as informações geradas em todas as escalas, mesmo as produzidas pelos Estados, nos termos do § 1º deste artigo.

Art. 6-A. O ZEE para fins de reconhecimento pelo Poder Público Federal deverá gerar produtos e informações nas seguintes escalas: (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

I - ZEE nacional na escala de apresentação 1:5.000.000 e de referência 1:1.000.000; (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

II - ZEE macrorregionais na escala de referência de 1:1.000.000 ou maiores; (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

III - ZEE dos Estados ou de Regiões nas escalas de referência de 1:1.000.000 à de 1:250.000, nas Macro Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e de 1:250.000 a 1:100.000 nas Macro Regiões Sudeste, Sul e na Zona Costeira; e (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

IV - ZEE local nas escalas de referência de 1:100.000 e maiores. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

§ 1º O ZEE desempenhará funções diversas, segundo as seguintes escalas: (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

I - nas escalas de 1:1.000.000, para indicativos estratégicos de uso do território, definição de áreas para detalhamento do ZEE, utilização como referência para definição de prioridades em planejamento territorial e gestão de ecossistemas. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

II - nas escalas de 1:250.000 e maiores, para indicativos de gestão e ordenamento territorial estadual ou regional, tais como, definição dos percentuais para fins de recomposição ou aumento de reserva legal, nos termos do § 5º do art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

III - nas escalas locais de 1:100.000 e maiores, para indicativos operacionais de gestão e ordenamento territorial, tais como, planos diretores municipais, planos de gestão ambiental e territorial locais, usos de Áreas de Preservação Permanente, nos termos do art. 4º da Lei nº 4.771, de 1965. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

§ 2º Os órgãos públicos federais, distritais, estaduais e municipais poderão inserir o ZEE nos seus sistemas de planejamento, bem como os produtos disponibilizados pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, instituída pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001, e pelas Comissões Estaduais de ZEE. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

§ 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se região ou regional a área que compreende partes de um ou mais Estados. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

Art. 6º-B. A União, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais, poderá reconhecer os ZEE estaduais, regionais e locais, desde que tenham cumprido os seguintes requisitos: (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

I - referendados pela Comissão Estadual do ZEE; (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

II - aprovados pelas Assembléias Legislativas Estaduais; e (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

III - compatibilização com o ZEE estadual, nas hipóteses dos ZEE regionais e locais. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

CGGASEPRO

Fls. 66

Rubrica

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere o caput será realizado pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, ouvido o Consórcio ZEE Brasil. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

Art. 6º-C. O Poder Público Federal elaborará, sob a coordenação da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, o ZEE da Amazônia Legal, tendo como referência o Mapa Integrado dos ZEE dos Estados, elaborado e atualizado pelo Programa Zoneamento Ecológico-Econômico. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

Parágrafo único. O processo de elaboração do ZEE da Amazônia Legal terá a participação de Estados e Municípios, das Comissões Estaduais do ZEE e de representações da sociedade. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

Art. 7º A elaboração e implementação do ZEE observarão os pressupostos técnicos, institucionais e financeiros.

Art. 8º Dentre os pressupostos técnicos, os executores de ZEE deverão apresentar:

I - termo de referência detalhado;

II - equipe de coordenação composta por pessoal técnico habilitado;

III - compatibilidade metodológica com os princípios e critérios aprovados pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, instituída pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001;

IV - produtos gerados por meio do Sistema de Informações Geográficas, compatíveis com os padrões aprovados pela Comissão Coordenadora do ZEE;

V - entrada de dados no Sistema de Informações Geográficas compatíveis com as normas e padrões do Sistema Cartográfico Nacional;

VI - normatização técnica com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia para produção e publicação de mapas e relatórios técnicos;

VII - compromisso de disponibilizar informações necessárias à execução do ZEE; e

VIII - projeto específico de mobilização social e envolvimento de grupos sociais interessados.

Art. 9º Dentre os pressupostos institucionais, os executores de ZEE deverão apresentar:

I - arranjos institucionais destinados a assegurar a inserção do ZEE em programa de gestão territorial, mediante a criação de comissão de coordenação estadual, com caráter deliberativo e participativo, e de coordenação técnica, com equipe multidisciplinar;

II - base de informações compartilhadas entre os diversos órgãos da administração pública;

III - proposta de divulgação da base de dados e dos resultados do ZEE; e

IV - compromisso de encaminhamento periódico dos resultados e produtos gerados à Comissão

Coordenadora do ZEE.

CGC/ASEPRO

Fls. 67

Rubrica

Art. 10. Os pressupostos financeiros são regidos pela legislação pertinente.

### CAPÍTULO III

#### DO CONTEÚDO DO ZEE

Art. 11. O ZEE dividirá o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. A instituição de zonas orientar-se-á pelos princípios da utilidade e da simplicidade, de modo a facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo Poder Público, bem como sua compreensão pelos cidadãos.

Art. 12. A definição de cada zona observará, no mínimo:

I - diagnóstico dos recursos naturais, da sócio-economia e do marco jurídico-institucional;

II - informações constantes do Sistema de Informações Geográficas;

III - cenários tendenciais e alternativos; e

IV - Diretrizes Gerais e Específicas, nos termos do art. 14 deste Decreto.

Art. 13. O diagnóstico a que se refere o inciso I do art. 12 deverá conter, no mínimo:

I - Unidades dos Sistemas Ambientais, definidas a partir da integração entre os componentes da natureza;

II - Potencialidade Natural, definida pelos serviços ambientais dos ecossistemas e pelos recursos naturais disponíveis, incluindo, entre outros, a aptidão agrícola, o potencial madeireiro e o potencial de produtos florestais não-madeireiros, que inclui o potencial para a exploração de produtos derivados da biodiversidade;

III - Fragilidade Natural Potencial, definida por indicadores de perda da biodiversidade, vulnerabilidade natural à perda de solo, quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

IV - indicação de corredores ecológicos;

V - tendências de ocupação e articulação regional, definidas em função das tendências de uso da terra, dos fluxos econômicos e populacionais, da localização das infra-estruturas e circulação da informação;

VI - condições de vida da população, definidas pelos indicadores de condições de vida, da situação da saúde, educação, mercado de trabalho e saneamento básico;

VII - incompatibilidades legais, definidas pela situação das áreas legalmente protegidas e o tipo de ocupação que elas vêm sofrendo; e

VIII - áreas institucionais, definidas pelo mapeamento das terras indígenas, unidades de conservação e áreas de fronteira.

Art. 13-A. Na elaboração do diagnóstico a que se refere o inciso I do art. 12, deverão ser obedecidos os requisitos deste Decreto, bem como as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, aprovadas pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

Art. 13-B. Na elaboração do ZEE mencionado no inciso I do § 1º do art. 6º-A, os critérios para divisão territorial e seus conteúdos serão definidos com o objetivo de assegurar as finalidades, integração e compatibilização dos diferentes níveis administrativos e escalas do zoneamento e do planejamento territorial, observados os objetivos e princípios gerais deste Decreto. (Incluído pelo Decreto nº 7.378, de 2010).

Parágrafo único. Compete a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional - CCZEE aprovar diretrizes metodológicas com o objetivo de padronizar a divisão territorial do ZEE referido no **caput**.

CCG/SEP/PRO

Fic

Rubrica

Art. 14. As Diretrizes Gerais e Específicas deverão conter, no mínimo:

I - atividades adequadas a cada zona, de acordo com sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte ambiental e potencialidades;

II - necessidades de proteção ambiental e conservação das águas, do solo, do subsolo, da fauna e flora e demais recursos naturais renováveis e não-renováveis;

III - definição de áreas para unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável;

IV - critérios para orientar as atividades madeireira e não-madeireira, agrícola, pecuária, pesqueira e de piscicultura, de urbanização, de industrialização, de mineração e de outras opções de uso dos recursos ambientais;

V - medidas destinadas a promover, de forma ordenada e integrada, o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural, com o objetivo de melhorar a convivência entre a população e os recursos ambientais, inclusive com a previsão de diretrizes para implantação de infra-estrutura de fomento às atividades econômicas;

VI - medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas e não restritas às cidades; e

VII - planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como suas respectivas fontes de recursos com vistas a viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona.

#### CAPÍTULO IV

##### DO USO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E PUBLICIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Art. 15. Os produtos resultantes do ZEE deverão ser armazenados em formato eletrônico, constituindo banco de dados geográficos.

Parágrafo único. A utilização dos produtos do ZEE obedecerá aos critérios de uso da propriedade intelectual dos dados e das informações, devendo ser disponibilizados para o público em geral, ressalvados os de interesse estratégico para o País e os indispensáveis à segurança e integridade do território nacional.

Art. 16. As instituições integrantes do Consórcio ZEE-Brasil, criado pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001, constituirão rede integrada de dados e informações, de forma a armazenar, atualizar e garantir a utilização compartilhada dos produtos gerados pelo ZEE nas diferentes instâncias governamentais.

Art. 17. O Poder Público divulgará junto à sociedade, em linguagem e formato acessíveis, o conteúdo do ZEE e de sua implementação, inclusive na forma de ilustrações e textos explicativos, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 15, **in fine**.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. O ZEE, na forma do art. 6º, **caput**, deste Decreto, deverá ser analisado e aprovado pela Comissão Coordenadora do ZEE, em conformidade com o Decreto de 28 de dezembro de 2001.

Parágrafo único. Após a análise dos documentos técnicos do ZEE, a Comissão Coordenadora do ZEE poderá solicitar informações complementares, inclusive na forma de estudos, quando julgar imprescindíveis.

Art. 19. A alteração dos produtos do ZEE, bem como mudanças nos limites das zonas e indicação de

novas diretrizes gerais e específicas, poderão ser realizadas após decorridos prazo mínimo de dez anos de conclusão do ZEE, ou de sua última modificação, prazo este não exigível na hipótese de ampliação do rigor da proteção ambiental da zona a ser alterada, ou de atualizações decorrentes de aprimoramento técnico científico.

§ 1º Decorrido o prazo previsto no **caput** deste artigo, as alterações somente poderão ocorrer após consulta pública e aprovação pela comissão estadual do ZEE e pela Comissão Coordenadora do ZEE, mediante processo legislativo de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º Para fins deste artigo, somente será considerado concluído o ZEE que dispuser de zonas devidamente definidas e caracterizadas e contiver Diretrizes Gerais e Específicas, aprovadas na forma do § 1º.

§ 3º A alteração do ZEE não poderá reduzir o percentual da reserva legal definido em legislação específica, nem as áreas protegidas, com unidades de conservação ou não.

Art. 20. Para o planejamento e a implementação de políticas públicas, bem como para o licenciamento, a concessão de crédito oficial ou benefícios tributários, ou para a assistência técnica de qualquer natureza, as instituições públicas ou privadas observarão os critérios, padrões e obrigações estabelecidos no ZEE, quando existir, sem prejuízo dos previstos na legislação ambiental.

Art. 21. Os ZEE estaduais que cobrirem todo o território do Estado, concluídos anteriormente à vigência deste Decreto, serão adequados à legislação ambiental federal mediante instrumento próprio firmado entre a União e cada um dos Estados interessados.

§ 1º Será considerado concluído o ZEE elaborado antes da vigência deste Decreto, na escala de 1:250.000, desde que disponha de mapa de gestão e de diretrizes gerais dispostas no respectivo regulamento.

§ 2º Os ZEE em fase de elaboração serão submetidos à Comissão Coordenadora do ZEE para análise e, se for o caso, adequação às normas deste Decreto.

Art. 21-A. Para definir a recomposição da reserva legal, de que trata o § 5º do art. 16 da Lei nº 4.771, de 1965, a oitiva dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será realizada por intermédio da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de julho de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*José Carlos Carvalho*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 11.7.2002

CGA/SEPRO  
09  
11/07/2002

CGC/SEPRO  
Fis. 70  
TRABALHO





**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

CGGASEPRO  
Fls. 71  
Fúria

**LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988.**

Mensagem de veto  
Regulamento

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM e Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, fica instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC.

Art. 2º. Subordinando-se aos princípios e tendo em vista os objetivos genéricos da PNMA, fixados respectivamente nos arts. 2º e 4º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o PNGC visará especificamente a orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definida pelo Plano.

Art. 3º. O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico.

Art. 4º. O PNGC será elaborado e, quando necessário, atualizado por um Grupo de Coordenação, dirigido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM, cuja composição e forma de atuação serão definidas em decreto do Poder Executivo.

§ 1º O Plano será submetido pelo Grupo de Coordenação à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, à qual caberá aprová-lo, com audiência do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

§ 2º O Plano será aplicado com a participação da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, através de órgãos e entidades integradas ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

Art. 5º. O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização; ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

§ 1º Os Estados e Municípios poderão instituir, através de lei, os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e o disposto nesta lei, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos.

§ 2º Normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, poderão ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro, Nacional, Estadual e Municipal, prevalecendo sempre as disposições de natureza mais restritiva.

Art. 6º. O licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação,

funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, deverá observar, além do disposto nesta Lei, as demais normas específicas federais, estaduais e municipais, respeitando as diretrizes dos Planos de Gerenciamento Costeiro. CGC-GERE  
Fls. 72  
R. 10/11

§ 1º. A falta ou o descumprimento, mesmo parcial, das condições do licenciamento previsto neste artigo serão sancionados com interdição, embargo ou demolição, sem prejuízo da cominação de outras penalidades previstas em lei.

§ 2º Para o licenciamento, o órgão competente solicitará ao responsável pela atividade a elaboração do estudo de impacto ambiental e a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA; devidamente aprovado, na forma da lei.

Art. 7º. A degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado e a sujeição às penalidades previstas no art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, elevado o limite máximo da multa ao valor correspondente a 100.000(cem mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. As sentenças condenatórias e os acordos judiciais (vetado), que dispuserem sobre a reparação dos danos ao meio ambiente pertinentes a esta lei, deverão ser comunicados pelo órgão do Ministério Público ao CONAMA.

Art. 8º. Os dados e as informações resultantes do monitoramento exercido sob responsabilidade municipal, estadual ou federal na Zona Costeira comporão o Subsistema "Gerenciamento Costeiro", integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA.

Parágrafo único. Os órgãos setoriais e locais do SISNAMA, bem como universidades e demais instituições culturais, científicas e tecnológicas encaminharão ao Subsistema os dados relativos ao patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, à qualidade do meio ambiente e a estudos de impacto ambiente, da Zona Costeira.

Art. 9º. Para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, o PNGC poderá prever a criação de unidades de conservação permanente, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo.

§ 2º. A regulamentação desta lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar.

§ 3º. Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde começa um outro ecossistema.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY  
Henrique Sabóia  
Prisco Viana

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 18.5.1998.



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

CGGA/SEPRO  
Fls. 23  
RUBRICA

CGGA/SEPRO  
Fls. 23  
RUBRICA

**DECRETO Nº 5.300 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004.**

Lei nº 7.661, de 1988

Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 30 e no § 4º do art. 225 da Constituição, no art. 11 da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, no art. 5º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, no Decreto Legislativo nº 2, de 1994, no inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 4º e 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 1º do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto define normas gerais visando a gestão ambiental da zona costeira do País, estabelecendo as bases para a formulação de políticas, planos e programas federais, estaduais e municipais.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto são estabelecidas as seguintes definições:

I - colegiado estadual: fórum consultivo ou deliberativo, estabelecido por instrumento legal, que busca reunir os segmentos representativos do governo e sociedade, que atuam em âmbito estadual, podendo abranger também representantes do governo federal e dos Municípios, para a discussão e o encaminhamento de políticas, planos, programas e ações destinadas à gestão da zona costeira;

II - colegiado municipal: fórum equivalente ao colegiado estadual, no âmbito municipal;

III - conurbação: conjunto urbano formado por uma cidade grande e suas tributárias limítrofes ou agrupamento de cidades vizinhas de igual importância;

IV - degradação do ecossistema: alteração na sua diversidade e constituição física, de tal forma que afete a sua funcionalidade ecológica, impeça a sua auto-regeneração, deixe de servir ao desenvolvimento de atividades e usos das comunidades humanas ou de fornecer os produtos que as sustentam;

V - dunas móveis: corpos de areia acumulados naturalmente pelo vento e que, devido à inexistência ou escassez de vegetação, migram continuamente; também conhecidas por dunas livres, dunas ativas ou dunas transgressivas;

VI - linhas de base: são aquelas estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a partir das quais se mede a largura do mar territorial;

VII - marisma: terrenos baixos, costeiros, pantanosos, de pouca drenagem, essencialmente alagados por águas salobras e ocupados por plantas halófitas anuais e perenes, bem como por plantas de terras alagadas por água doce;

VIII - milha náutica: unidade de distância usada em navegação e que corresponde a um mil; oitocentos e cinquenta e dois metros;

IX - região estuarina-lagunar: área formada em função da inter-relação dos cursos fluviais e lagunares, em seu deságüe no ambiente marinho;

X - ondas de tempestade: ondas do mar de grande amplitude geradas por fenômeno meteorológico;

XI - órgão ambiental: órgão do poder executivo federal, estadual ou municipal, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, responsável pelo licenciamento ambiental, fiscalização, controle e proteção do meio ambiente, no âmbito de suas competências;

XII - preamar: altura máxima do nível do mar ao longo de um ciclo de maré, também chamada de maré cheia;

XIII - trecho da orla marítima: seção da orla marítima abrangida por parte ou todo da unidade paisagística e geomorfológica da orla, delimitado como espaço de intervenção e gestão;

XIV - trecho da orla marítima de interesse especial: parte ou todo da unidade paisagística e geomorfológica da orla, com existência de áreas militares, tombadas, de tráfego aquaviário, instalações portuárias, instalações geradoras e transmissoras de energia, unidades de conservação, reservas indígenas, comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos;

XV - unidade geoambiental: porção do território com elevado grau de similaridade entre as características físicas e bióticas, podendo abranger diversos tipos de ecossistemas com interações funcionais e forte interdependência.

## CAPÍTULO II

### DOS LIMITES, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, INSTRUMENTOS E

#### COMPETÊNCIAS DA GESTÃO DA ZONA COSTEIRA

##### Seção I

##### Dos Limites

Art. 3º A zona costeira brasileira, considerada patrimônio nacional pela Constituição de 1988, corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre, com os seguintes limites:

I - faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial;

II - faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira.

Art. 4º Os Municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira serão:

I - defrontantes com o mar, assim definidos em listagem estabelecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

II - não defrontantes com o mar, localizados nas regiões metropolitanas litorâneas;

III - não defrontantes com o mar, contíguos às capitais e às grandes cidades litorâneas, que apresentem conurbação;

IV - não defrontantes com o mar, distantes até cinquenta quilômetros da linha da costa, que contemplem, em seu território, atividades ou infra-estruturas de grande impacto ambiental na zona costeira ou ecossistemas costeiros de alta relevância;

V - estuarino-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar;

VI - não defrontantes com o mar, mas que tenham todos os seus limites com Municípios referidos nos incisos I a V;

VII - desmembrados daqueles já inseridos na zona costeira.

§ 1º O Ministério do Meio Ambiente manterá listagem atualizada dos Municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira, a ser publicada anualmente no Diário Oficial da União.

§ 2º Os Estados poderão encaminhar ao Ministério do Meio Ambiente propostas de alteração da

relação dos Municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira, desde que apresentada a devida justificativa para a sua inclusão ou retirada da relação.

§ 3º Os Municípios poderão pleitear, junto aos Estados, a sua intenção de integrar a relação dos Municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira, justificando a razão de sua pretensão.

## Seção II

### Dos Princípios

Art. 5º São princípios fundamentais da gestão da zona costeira, além daqueles estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente, na Política Nacional para os Recursos do Mar e na Política Nacional de Recursos Hídricos:

- I - a observância dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na matéria;
- II - a observância dos direitos de liberdade de navegação, na forma da legislação vigente;
- III - a utilização sustentável dos recursos costeiros em observância aos critérios previstos em lei e neste Decreto;
- IV - a integração da gestão dos ambientes terrestres e marinhos da zona costeira, com a construção e manutenção de mecanismos participativos e na compatibilidade das políticas públicas, em todas as esferas de atuação;
- V - a consideração, na faixa marítima, da área de ocorrência de processos de transporte sedimentar e modificação topográfica do fundo marinho e daquela onde o efeito dos aportes terrestres sobre os ecossistemas marinhos é mais significativo;
- VI - a não-fragmentação, na faixa terrestre, da unidade natural dos ecossistemas costeiros, de forma a permitir a regulamentação do uso de seus recursos, respeitando sua integridade;
- VII - a consideração, na faixa terrestre, das áreas marcadas por atividade socioeconômico-cultural de características costeiras e sua área de influência imediata, em função dos efeitos dessas atividades sobre a conformação do território costeiro;
- VIII - a consideração dos limites municipais, dada a operacionalidade das articulações necessárias ao processo de gestão;
- IX - a preservação, conservação e controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da zona costeira, com recuperação e reabilitação das áreas degradadas ou descaracterizadas;
- X - a aplicação do princípio da precaução tal como definido na Agenda 21, adotando-se medidas eficazes para impedir ou minimizar a degradação do meio ambiente, sempre que houver perigo de dano grave ou irreversível, mesmo na falta de dados científicos completos e atualizados;
- XI - o comprometimento e a cooperação entre as esferas de governo, e dessas com a sociedade, no estabelecimento de políticas, planos e programas federais, estaduais e municipais.

## Seção III

### Dos Objetivos

Art. 6º São objetivos da gestão da zona costeira:

- I - a promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão da zona costeira;
- II - o estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;
- III - a incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos, compatibilizando-as com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC;

DA SEPRO  
25  
Rubrica

IV - o controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental que ameacem a qualidade de vida na zona costeira;

V - a produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento e aprimoramento das ações de gestão da zona costeira.

#### Seção IV

##### Dos Instrumentos

CGGASEPRO  
Fls. 46  
19  
Rubrica

Art. 7º Aplicam-se para a gestão da zona costeira os seguintes instrumentos, de forma articulada e integrada:

I - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC: conjunto de diretrizes gerais aplicáveis nas diferentes esferas de governo e escalas de atuação, orientando a implementação de políticas, planos e programas voltados ao desenvolvimento sustentável da zona costeira;

II - Plano de Ação Federal da Zona Costeira - PAF: planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação;

III - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC: implementa a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC;

IV - Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC: implementa a Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC e o PEGC, devendo observar, ainda, os demais planos de uso e ocupação territorial ou outros instrumentos de planejamento municipal;

V - Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO: componente do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA, que integra informações georreferenciadas sobre a zona costeira;

VI - Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA: estrutura operacional de coleta contínua de dados e informações, para o acompanhamento da dinâmica de uso e ocupação da zona costeira e avaliação das metas de qualidade socioambiental;

VII - Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC: consolida, periodicamente, os resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e avalia a eficiência e eficácia das ações da gestão;

VIII - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC: orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão;

IX - macrodiagnóstico da zona costeira: reúne informações, em escala nacional, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais.

Art. 8º Os Planos Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro serão instituídos por lei, estabelecendo:

I - os princípios, objetivos e diretrizes da política de gestão da zona costeira da sua área de atuação;

II - o Sistema de Gestão Costeira na sua área de atuação;

III - os instrumentos de gestão;

IV - as infrações e penalidades previstas em lei;

V - os mecanismos econômicos que garantam a sua aplicação.

Art. 9º O ZEEC será elaborado de forma participativa, estabelecendo diretrizes quanto aos usos permitidos, proibidos ou estimulados, abrangendo as interações entre as faixas terrestre e marítima da zona

costeira, considerando as orientações contidas no Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. Os ZEEC já existentes serão gradualmente compatibilizados com as orientações contidas neste Decreto.

CGGA/SEPRO  
Fls. 92

Art. 10. Para efeito de monitoramento e acompanhamento da dinâmica de usos e ocupação do território na zona costeira, os órgãos ambientais promoverão, respeitando as escalas de atuação, a identificação de áreas estratégicas e prioritárias.

Rúbrica

§ 1º Os resultados obtidos no monitoramento dessas áreas pelos Estados e Municípios serão encaminhados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, que os consolidará e divulgará na forma do RQA-ZC, com periodicidade bianual.

§ 2º O monitoramento deverá considerar indicadores de qualidade que permitam avaliar a dinâmica e os impactos das atividades socioeconômicas, considerando, entre outros, os setores industrial, turístico, portuário, de transporte, de desenvolvimento urbano, pesqueiro, aquicultura e indústria do petróleo.

## Seção V

### Das Competências

Art. 11. Ao Ministério do Meio Ambiente compete:

I - acompanhar e avaliar permanentemente a implementação do PNGC, observando a compatibilização dos PEGC e PMGC com o PNGC e demais normas federais, sem prejuízo da competência de outros órgãos;

II - promover a articulação intersetorial e interinstitucional com os órgãos e colegiados existentes em âmbito federal, estadual e municipal, cujas competências tenham vinculação com as atividades do PNGC;

III - promover o fortalecimento institucional dos órgãos executores da gestão da zona costeira, mediante o apoio técnico, financeiro e metodológico;

IV - propor normas gerais, referentes ao controle e manutenção de qualidade do ambiente costeiro;

V - promover a consolidação do SIGERCO;

VI - estabelecer procedimentos para ampla divulgação do PNGC;

VII - estruturar, implementar e acompanhar os programas de monitoramento, controle e ordenamento nas áreas de sua competência.

Art. 12. Ao IBAMA compete:

I - executar, em âmbito federal, o controle e a manutenção da qualidade do ambiente costeiro, em estrita consonância com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

II - apoiar o Ministério do Meio Ambiente na consolidação do SIGERCO;

III - executar e acompanhar os programas de monitoramento, controle e ordenamento;

IV - propor ações e projetos para inclusão no PAF;

V - executar ações visando a manutenção e a valorização de atividades econômicas sustentáveis nas comunidades tradicionais da zona costeira;

VI - executar as ações do PNGC segundo as diretrizes definidas pelo Ministério do Meio Ambiente;

VII - subsidiar a elaboração do RQA-ZC a partir de informações e resultados obtidos na execução do PNGC;

VIII - colaborar na compatibilização das ações do PNGC com as políticas públicas que incidem na zona costeira;

IX - conceder o licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades de impacto ambiental de âmbito regional ou nacional incidentes na zona costeira, em observância as normas vigentes;

X - promover, em articulação com Estados e Municípios, a implantação de unidades de conservação federais e apoiar a implantação das unidades de conservação estaduais e municipais na zona costeira.

Art. 13. O Poder Público Estadual, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, planejará e executará as atividades de gestão da zona costeira em articulação com os Municípios e com a sociedade, cabendo-lhe:

I - designar o Coordenador para execução do PEGC;

II - elaborar, implementar, executar e acompanhar o PEGC, obedecidas a legislação federal e o PNGC;

III - estruturar e manter o subsistema estadual de informação do gerenciamento costeiro;

IV - estruturar, implementar, executar e acompanhar os instrumentos previstos no art. 7º, bem como os programas de monitoramento cujas informações devem ser consolidadas periodicamente em RQA-ZC, tendo como referências o macrodiagnóstico da zona costeira, na escala da União e o PAF;

V - promover a articulação intersetorial e interinstitucional em nível estadual, na sua área de competência;

VI - promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;

VII - elaborar e promover a ampla divulgação do PEGC e do PNGC;

VIII - promover a estruturação de um colegiado estadual.

Art. 14. O Poder Público Municipal, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, planejará e executará suas atividades de gestão da zona costeira em articulação com os órgãos estaduais, federais e com a sociedade, cabendo-lhe:

I - elaborar, implementar, executar e acompanhar o PMGC, observadas as diretrizes do PNGC e do PEGC, bem como o seu detalhamento constante dos Planos de Intervenção da orla marítima, conforme previsto no art. 25 deste Decreto;

II - estruturar o sistema municipal de informações da gestão da zona costeira;

III - estruturar, implementar e executar os programas de monitoramento;

IV - promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;

V - promover a compatibilização de seus instrumentos de ordenamento territorial com o zoneamento estadual;

VI - promover a estruturação de um colegiado municipal.

### CAPÍTULO III

#### DAS REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA

Art. 15. A aprovação de financiamentos com recursos da União, de fontes externas por ela avalizadas ou de entidades de crédito oficiais, bem como a concessão de benefícios fiscais e de outras formas de incentivos públicos para projetos novos ou ampliação de empreendimentos na zona costeira, que envolvam a instalação, ampliação e realocação de obras, atividades e empreendimentos, ficará condicionada à sua compatibilidade com as normas e diretrizes de planejamento territorial e ambiental do Estado e do Município, principalmente aquelas constantes dos PEGC, PMGC e do ZEEC.

Parágrafo único. Os Estados que não dispuserem de ZEEC se orientarão por meio de outros instrumentos de ordenamento territorial, como zoneamentos regionais ou agrícolas, zoneamento de unidades de conservação e diagnósticos socioambientais, que permitam avaliar as condições naturais e socioeconômicas relacionadas à implantação de novos empreendimentos.

Art. 16. Qualquer empreendimento na zona costeira deverá ser compatível com a infra-estrutura de saneamento e sistema viário existentes, devendo a solução técnica adotada preservar as características ambientais e a qualidade paisagística.



Parágrafo único. Na hipótese de inexistência ou inacessibilidade à rede pública de coleta de lixo e de esgoto sanitário na área do empreendimento, o empreendedor apresentará solução autônoma para análise do órgão ambiental, compatível com as características físicas e ambientais da área.

Art. 17. A área a ser desmatada para instalação, ampliação ou realocação de empreendimentos ou atividades na zona costeira que implicar a supressão de vegetação nativa, quando permitido em lei, será compensada por averbação de, no mínimo, uma área equivalente, na mesma zona afetada.

§ 1º A área escolhida para efeito de compensação poderá se situar em zona diferente da afetada, desde que na mesma unidade geoambiental, mediante aprovação do órgão ambiental.

§ 2º A área averbada como compensação poderá ser submetida a plano de manejo, desde que não altere a sua característica ecológica e sua qualidade paisagística.

Art. 18. A instalação de equipamentos e o uso de veículos automotores, em dunas móveis, ficarão sujeitos ao prévio licenciamento ambiental, que deverá considerar os efeitos dessas obras ou atividades sobre a dinâmica do sistema dunar, bem como à autorização da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à utilização da área de bem de uso comum do povo.

Art. 19. A implantação de recifes artificiais na zona costeira observará a legislação ambiental e será objeto de norma específica.

Art. 20. Os bancos de moluscos e formações coralíneas e rochosas na zona costeira serão identificados e delimitados, para efeito de proteção, pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. Os critérios de delimitação das áreas de que trata o caput deste artigo serão objeto de norma específica.

Art. 21. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1º O Poder Público Municipal, em conjunto com o órgão ambiental, assegurará no âmbito do planejamento urbano, o acesso às praias e ao mar, ressalvadas as áreas de segurança nacional ou áreas protegidas por legislação específica, considerando os seguintes critérios:

I - nas áreas a serem loteadas, o projeto do loteamento identificará os locais de acesso à praia, conforme competências dispostas nos instrumentos normativos estaduais ou municipais;

II - nas áreas já ocupadas por loteamentos à beira mar, sem acesso à praia, o Poder Público Municipal, em conjunto com o órgão ambiental, definirá as áreas de servidão de passagem, responsabilizando-se por sua implantação, no prazo máximo de dois anos, contados a partir da publicação deste Decreto; e

III - nos imóveis rurais, condomínios e quaisquer outros empreendimentos à beira mar, o proprietário será notificado pelo Poder Público Municipal, para prover os acessos à praia, com prazo determinado, segundo condições estabelecidas em conjunto com o órgão ambiental.

§ 2º A Secretaria do Patrimônio da União, o órgão ambiental e o Poder Público Municipal decidirão os casos omissos neste Decreto, com base na legislação vigente.

§ 3º As áreas de domínio da União abrangidas por servidão de passagem ou vias de acesso às praias e ao mar serão objeto de cessão de uso em favor do Município correspondente.

§ 4º As providências descritas no § 1º não impedem a aplicação das sanções civis, administrativas e penais previstas em lei.

#### CAPÍTULO IV

#### DOS LIMITES, OBJETIVOS, INSTRUMENTOS E COMPETÊNCIAS PARA

#### GESTÃO DA ORLA MARÍTIMA

#### Seção I

#### Dos Limites

Art. 22. Orla marítima é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar.

CGGA/SEPRO

Fls. 

Art. 23. Os limites da orla marítima ficam estabelecidos de acordo com os seguintes critérios:

I - marítimo: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos;

II - terrestre: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagoas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acréscidos.

§ 1º Na faixa terrestre será observada, complementarmente, a ocorrência de aspectos geomorfológicos, os quais implicam o seguinte detalhamento dos critérios de delimitação:

I - falésias sedimentares: cinquenta metros a partir da sua borda, em direção ao continente;

II - lagoas e lagoas costeiras: limite de cinquenta metros contados a partir do limite da praia, da linha de preamar ou do limite superior da margem, em direção ao continente;

III - estuários: cinquenta metros contados na direção do continente, a partir do limite da praia ou da borda superior da duna frontal, em ambas as margens e ao longo delas, até onde a penetração da água do mar seja identificada pela presença de salinidade, no valor mínimo de 0,5 partes por mil;

IV - falésias ou costões rochosos: limite a ser definido pelo plano diretor do Município, estabelecendo uma faixa de segurança até pelo menos um metro de altura acima do limite máximo da ação de ondas de tempestade;

V - áreas inundáveis: limite definido pela cota mínima de um metro de altura acima do limite da área alcançada pela preamar;

VI - áreas sujeitas à erosão: substratos sedimentares como falésias, cordões litorâneos, cabos ou pontais, com larguras inferiores a cento e cinquenta metros, bem como áreas próximas a desembocaduras fluviais, que correspondam a estruturas de alta instabilidade, podendo requerer estudos específicos para definição da extensão da faixa terrestre da orla marítima.

§ 2º Os limites estabelecidos para a orla marítima, definidos nos incisos I e II do caput deste artigo, poderão ser alterados, sempre que justificado, a partir de pelo menos uma das seguintes situações:

I - dados que indiquem tendência erosiva, com base em taxas anuais, expressas em períodos de dez anos, capazes de ultrapassar a largura da faixa proposta;

II - concentração de usos e de conflitos de usos relacionados aos recursos ambientais existentes na orla marítima;

III - tendência de avanço da linha de costa em direção ao mar, expressa em taxas anuais; e

IV - trecho de orla abrigada cujo gradiente de profundidade seja inferior à profundidade de dez metros.

## Seção II

### Dos Objetivos

Art. 24. A gestão da orla marítima terá como objetivo planejar e implementar ações nas áreas que apresentem maior demanda por intervenções na zona costeira, a fim de disciplinar o uso e ocupação do território.

## Seção III

### Dos Instrumentos

Art. 25. Para a gestão da orla marítima será elaborado o Plano de Intervenção, com base no reconhecimento das características naturais, nos tipos de uso e ocupação existentes e projetados,

contemplando:

I - caracterização socioambiental: diagnóstico dos atributos naturais e paisagísticos, formas de uso e ocupação existentes, com avaliação das principais atividades e potencialidades socioeconômicas;

II - classificação: análise integrada dos atributos naturais com as tendências de uso, de ocupação ou preservação, conduzindo ao enquadramento em classes genéricas e à construção de cenários compatíveis com o padrão de qualidade da classe a ser alcançada ou mantida;

III - estabelecimento de diretrizes para intervenção: definição do conjunto de ações articuladas, elaboradas de forma participativa, a partir da construção de cenários prospectivos de uso e ocupação, podendo ter caráter normativo, gerencial ou executivo.

Parágrafo único. O Plano de Intervenção de que trata o caput será elaborado em conformidade com o planejamento federal, estadual e municipal da zona costeira.

Art. 26. Para a caracterização socioambiental, classificação e planejamento da gestão, a orla marítima será enquadrada segundo aspectos físicos e processos de uso e ocupação predominantes, de acordo com as seguintes tipologias:

I - abrigada não urbanizada: ambiente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição;

II - semi-abrigada não urbanizada: ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição;

III - exposta não urbanizada: ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade natural e baixo potencial de poluição;

IV - de interesse especial em áreas não urbanizadas: ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, com instalações geradoras de energia, de unidades de conservação, tombados, de reservas indígenas, de comunidades tradicionais ou remanescentes de quilombos, cercados por áreas de baixa ocupação, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada;

V - abrigada em processo de urbanização: ambiente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição;

VI - semi-abrigada em processo de urbanização: ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição;

VII - exposta em processo de urbanização: ambiente sujeito à alta energia de ondas, ventos e correntes com baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição;

VIII - de interesse especial em áreas em processo de urbanização: ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, com instalações geradoras de energia, de unidades de conservação, tombados, de reservas indígenas, de comunidades tradicionais ou remanescentes de quilombos, cercados por áreas de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada;

IX - abrigada com urbanização consolidada: ambiente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual;

X - semi-abrigada com urbanização consolidada: ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual;

XI - exposta com urbanização consolidada: ambiente sujeito a alta energia de ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens modificadas pela atividade

CGG/CEPRO

Fls.

RUBENS

humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual;

XII - de interesse especial em áreas com urbanização consolidada: ambientes com ocorrência de áreas militares, de tráfego aquaviário, com instalações portuárias, com instalações geradoras e transmissoras de energia, de unidades de conservação, tombados, de reservas indígenas, de comunidades tradicionais ou remanescentes de quilombos, cercados por áreas de médio a alto adensamento de construções e população residente, com características de orla exposta, semi-abrigada ou abrigada.

Art. 27. Para efeito da classificação mencionada no inciso II do art. 25, os trechos da orla marítima serão enquadrados nas seguintes classes genéricas:

I - classe A: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a preservação e conservação das características e funções naturais, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de conservação e baixo potencial de poluição;

II - classe B: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a conservação da qualidade ambiental ou baixo potencial de impacto, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição;

III - classe C: trecho da orla marítima com atividades pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade ou compatíveis com um maior potencial impactante, possuindo correlação com os tipos que apresentam médio a alto adensamento de construções e população residente, com paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual.

Art. 28. Para as classes mencionadas no art. 27 serão consideradas as estratégias de ação e as formas de uso e ocupação do território, a seguir indicadas:

I - classe A: estratégia de ação preventiva, relativa às seguintes formas de uso e ocupação:

a) unidades de conservação, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, predominando as categorias de proteção integral;

b) pesquisa científica;

c) residencial e comercial local em pequenas vilas ou localidades isoladas;

d) turismo e lazer sustentáveis, representados por complexos ecoturísticos isolados em meio a áreas predominantemente nativas;

e) residencial e lazer em chácaras ou em parcelamentos ambientalmente planejados, acima de cinco mil metros quadrados;

f) rural, representado por sítios, fazendas e demais propriedades agrícolas ou extrativistas;

g) militar, com instalações isoladas;

h) manejo sustentável de recursos naturais;

II - classe B: estratégia de ação de controle relativa às formas de uso e ocupação constantes da classe A, e também às seguintes:

a) unidades de conservação, em conformidade com o SNUC, predominando as categorias de uso sustentável;

b) aquicultura;

c) residencial e comercial, inclusive por populações tradicionais, que contenham menos de cinquenta por cento do seu total com vegetação nativa conservada;

d) residencial e comercial, na forma de loteamentos ou balneários horizontais ou mistos;

e) industrial, relacionada ao beneficiamento de recursos pesqueiros, à construção e reparo naval de apoio ao turismo náutico e à construção civil;

f) militar;

COGAFERD  
Fis 12  
Rubrica

g) portuário, pesqueiro, com atracadouros ou terminais isolados, estruturas náuticas de apoio à atividade turística e lazer náutico; e

h) turismo e lazer;

III - classe C: estratégia de ação corretiva, relativa às formas de uso e ocupação constantes da classe B, e também às seguintes:

a) todos os usos urbanos, habitacionais, comerciais, serviços e industriais de apoio ao desenvolvimento urbano;

b) exclusivamente industrial, representado por distritos ou complexos industriais;

c) industrial e diversificado, representado por distritos ou complexos industriais;

d) militar, representado por complexos militares;

e) exclusivamente portuário, com terminais e marinas;

f) portuário, com terminais e atividades industriais;

g) portuário, com terminais isolados, marinas e atividades diversas (comércio, indústria, habitação e serviços); e

h) turismo e lazer, representado por complexos turísticos.

Art. 29. Para execução das ações de gestão na orla marítima em áreas de domínio da União, poderão ser celebrados convênios ou contratos entre a Secretaria do Patrimônio da União e os Municípios, nos termos da legislação vigente, considerando como requisito o Plano de Intervenção da orla marítima e suas diretrizes para o trecho considerado.

#### Seção IV

##### Das Competências

Art. 30. Compete ao Ministério do Meio Ambiente, em articulação com o IBAMA e os órgãos estaduais de meio ambiente, por intermédio da Coordenação do PEGC, preparar e manter atualizados os fundamentos técnicos e normativos para a gestão da orla marítima, provendo meios para capacitação e assistência aos Municípios.

Art. 31. Compete aos órgãos estaduais de meio ambiente, em articulação com as Gerências Regionais de Patrimônio da União, disponibilizar informações e acompanhar as ações de capacitação e assistência técnica às prefeituras e gestores locais, para estruturação e implementação do Plano de Intervenção.

Art. 32. Compete ao Poder Público Municipal elaborar e executar o Plano de Intervenção da Orla Marítima de modo participativo com o colegiado municipal, órgãos, instituições e organizações da sociedade interessados.

#### CAPÍTULO V

##### DAS REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA

Art. 33. As obras e serviços de interesse público somente poderão ser realizados ou implantados em área da orla marítima, quando compatíveis com o ZEEC ou outros instrumentos similares de ordenamento do uso do território.

Art. 34. Em áreas não contempladas por Plano de Intervenção, o órgão ambiental requisitará estudos que permitam a caracterização e classificação da orla marítima para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES

Art. 35. Para efeito de integração da gestão da zona costeira e da orla marítima, os estudos e diretrizes concernentes ao ZEEC serão compatibilizados com o enquadramento e respectivas estratégias de gestão da

CGGASEPRO

Fis

13

Rubrica

orla, conforme disposto nos Anexos I e II e nas seguintes correlações:

- I - as zonas 1 e 2 do ZEEC têm equivalência de características com a classe A de orla marítima;
- II - as zonas 3 e 4 do ZEEC têm equivalência de características com a classe B de orla marítima;
- III - a zona 5 do ZEEC tem equivalência de características com a classe C de orla marítima.

Parágrafo único. Os Estados que não utilizaram a mesma orientação para o estabelecimento de zonas, deverão compatibilizá-la com as características apresentadas nos referidos anexos.

Art. 36. As normas e disposições estabelecidas neste Decreto para a gestão da orla marítima aplicam-se às ilhas costeiras e oceânicas.

Parágrafo único. No caso de ilhas sob jurisdição estadual ou federal, as disposições deste Decreto serão aplicadas pelos respectivos órgãos competentes.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 37. Compete ao Ministério do Meio Ambiente, em articulação com o Ministério do Turismo, o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR e a Secretaria do Patrimônio da União, desenvolver, atualizar e divulgar o roteiro para elaboração do Plano de Intervenção da orla marítima.

Art. 38. Compete ao Ministério do Meio Ambiente, em articulação com o IBAMA, definir a metodologia e propor ao CONAMA normas para padronização dos procedimentos de monitoramento, tratamento, análise e sistematização dos dados para elaboração do RQA-ZC, no prazo de trezentos e sessenta dias a partir da data de publicação deste Decreto.

Art. 39. Compete ao Ministério do Meio Ambiente, em articulação com o IBAMA, elaborar e encaminhar ao CONAMA proposta de resolução para regulamentação da implantação de recifes artificiais na zona costeira, no prazo de trezentos e sessenta dias a partir da data de publicação deste Decreto.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*José Alencar Gomes da Silva*  
*Nelson Machado*  
*Marina Silva*  
*Walfrido Silvino dos Mares Guia*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.12.2004.

## ANEXO I

### QUADRO ORIENTADOR PARA OBTENÇÃO DO ZONEAMENTO

ZONAS		CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO DE ÁREAS	METAS AMBIENTAIS
1	Zona que mantém os ecossistemas primitivos em pleno equilíbrio ambiental, ocorrendo uma diversificada composição funcional capazes de manter, de forma sustentada, uma comunidade de organismos balanceada, integrada e adaptada, podendo ocorrer atividades humanas de baixos efeitos impactantes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>ecossistema primitivo com funcionamento íntegro</li> <li>cobertura vegetal íntegra com menos de 5% de alteração</li> <li>ausência de redes de comunicação local, acesso precário com predominância de trilhas, habitações isoladas e captação de água individual</li> <li>ausência de cultura com mais de 1 ha (total menor que 2%)</li> <li>elevadas declividades, (média acima de 47%, com riscos de escorregamento)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>manutenção da integridade e da biodiversidade dos ecossistemas</li> <li>manejo ambiental da fauna e flora</li> <li>atividades educativas.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>● baixadas com drenagem complexa com alagamentos permanentes/frequentes.</li> </ul>	
2	<p>Zona que apresenta alterações na organização funcional dos ecossistemas primitivos, mas capacitada para manter em equilíbrio uma comunidade de organismos em graus variados de diversidade, mesmo com a ocorrência de atividades humanas intermitentes ou de baixo impacto, em áreas terrestres, a zona pode apresentar assentamentos humanos dispersos e pouco populosos, com pouca integração entre si.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ecossistema funcionalmente pouco modificado</li> <li>● cobertura vegetal alterada entre 5 e 20% da área total</li> <li>● assentamentos nucleados com acessos precários e baixos níveis de eletrificação e de caráter local</li> <li>● captação de água para abastecimento semi-coletivas ou para áreas urbanas</li> <li>● áreas ocupadas com culturas, entre 2 e 10% da área total (roças e pastos)</li> <li>● declividade entre 30 e 47%</li> <li>● baixadas com inundação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● manutenção funcional dos ecossistemas e proteção aos recursos hídricos para o abastecimento e para a produtividade primária, por meio de planejamento do uso, de conservação do solo e saneamento simplificado</li> <li>● recuperação natural</li> <li>● preservação do patrimônio paisagístico</li> <li>● reciclagem de resíduos</li> <li>● educação ambiental.</li> </ul>
3	<p>Zona que apresenta os ecossistemas primitivos parcialmente modificados, com dificuldades de regeneração natural pela exploração ou supressão, ou substituição de alguns de seus componentes pela ocorrência em áreas de assentamentos humanos com maior integração entre si.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ecossistema primitivo parcialmente modificado</li> <li>● cobertura vegetal alterada ou desmatada entre 20 e 40%</li> <li>● assentamento com alguma infraestrutura, interligados localmente (bairros rurais)</li> <li>● culturas ocupando entre 10 e 20% da área</li> <li>● declividade menor que 30%</li> <li>● alagadiços eventuais</li> <li>● valor do solo baixo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● manutenção das principais funções do ecossistema</li> <li>● saneamento e drenagem simplificados</li> <li>● reciclagem de resíduos</li> <li>● educação ambiental</li> <li>● recuperação induzida para controle da erosão manejo integrado de bacias hidrográficas</li> <li>● zoneamento urbano, turístico e pesqueiro.</li> </ul>
4	<p>Zona que apresenta os ecossistemas primitivos significativamente modificados pela supressão de componentes, descaracterização dos substratos terrestres e marinhos, alteração das drenagens ou da hidrodinâmica, bem como pela ocorrência em áreas terrestres de assentamentos rurais ou periurbanos descontínuos interligados, necessitando de intervenções para sua regeneração parcial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ecossistema primitivo muito modificado</li> <li>● cobertura vegetal desmatada ou alterada entre 40 e 50% da área</li> <li>● assentamentos humanos em expansão relativamente estruturados</li> <li>● infra-estrutura integrada com as áreas urbanas</li> <li>● glebas relativamente bem definidas</li> <li>● obras de drenagem e vias pavimentadas</li> <li>● valor do solo baixo a médio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● recuperação das principais funções do ecossistema/ monitoramento da qualidade das águas</li> <li>● conservação ou recuperação do patrimônio paisagístico</li> <li>● zoneamento urbano, industrial, turístico e pesqueiro</li> <li>● saneamento ambiental localizado.</li> </ul>
5	<p>Zona que apresenta a maior parte dos componentes dos ecossistemas primitivos, degradada ou suprimida e organização funcional eliminada devido ao desenvolvimento de áreas urbanas e de expansão urbana contínua, bem como atividades industriais, de apoio, terminais de grande porte, consolidados e articulados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ecossistema primitivo totalmente modificado</li> <li>● cobertura vegetal remanescente, mesmo que alterada, presente em menos de 40% da área, descontinuamente</li> <li>● assentamentos urbanizados com rede de área consolidada</li> <li>● infra-estrutura de corte</li> <li>● serviços bem desenvolvidos</li> <li>● pólos industriais</li> <li>● alto valor do solo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● saneamento ambiental e recuperação da qualidade de vida urbana, com reintrodução de componentes ambientais compatíveis</li> <li>● controle de efluentes</li> <li>● educação ambiental</li> <li>● regulamentação de intervenção (reciclagem de resíduos) na linha costeira (diques, molhes, piers, etc)</li> <li>● zoneamento urbano/industrial</li> <li>● proteção de mananciais.</li> </ul>

## ANEXO II

## QUADRO ORIENTADOR PARA CLASSIFICAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA

TIPOLOGIA	CLASSES	ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PREDOMINANTES
-----------	---------	--

<ul style="list-style-type: none"> <li>- abrigada não urbanizada</li> <li>- exposta não urbanizada</li> <li>- semi-abrigada não urbanizada</li> <li>- especial não urbanizada</li> </ul>	<p><b>CLASSE A</b></p> <p>Trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a preservação e conservação das características e funções naturais; possui correlação com os tipos que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de conservação e baixo potencial de poluição.</p>	<p><b>PREVENTIVA</b></p> <p>Pressupondo a adoção de ações para conservação das características naturais existentes.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- abrigada em processo de urbanização</li> <li>- exposta em processo de urbanização               <ul style="list-style-type: none"> <li>- semi-abrigada em processo de urbanização</li> </ul> </li> <li>- especial em processo de urbanização</li> </ul>	<p><b>CLASSE B</b></p> <p>Trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a conservação da qualidade ambiental ou baixo potencial de impacto; possui correlação com os tipos que apresentam baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição.</p>	<p><b>CONTROLE</b></p> <p>Pressupondo a adoção de ações para usos sustentáveis e manutenção da qualidade ambiental.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- abrigada com urbanização consolidada</li> <li>- exposta com urbanização consolidada               <ul style="list-style-type: none"> <li>- semi-abrigada com urbanização consolidada</li> </ul> </li> <li>- especial com urbanização consolidada</li> </ul>	<p><b>CLASSE C</b></p> <p>Trecho da orla marítima com atividades pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade ou compatíveis com um maior potencial impactante; possui correlação com os tipos que apresentam médio a alto adensamento de construções e população residente, com paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual.</p>	<p><b>CORRETIVA</b></p> <p>Pressupondo a adoção de ações para controle e monitoramento dos usos e da qualidade ambiental.</p>

86

17



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

CÓDIGO DE PROTEÇÃO DE MEIO AMBIENTE  
DO ESTADO DO MARANHÃO

LEI ESTADUAL Nº 5.405 DE 08.04.92  
PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL Nº 077/92 DE 22.04.92  
COM AS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI ESTADUAL Nº 6.272 DE 06.02.95  
PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL 027/95 DE 07.02.95

DECRETO ESTADUAL Nº 13.492 DE 12.11.93  
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL Nº 249/93

3ª Edição

PUBLICADO COM RECURSOS DO CONVÊNIO MMA/PPG-7/SPRN

SÃO LUÍS - MA  
1997  
3ª Edição

CCG 55.201  
F. 10  
17  
F. 101

§ 2º - O Estado, nos termos do regulamento e ouvidos os municípios, definirá padrões de uso e ocupação do solo, em áreas nas quais ficará vedada a localização de indústrias, com vista à preservação de mananciais de águas superficiais e subterrâneas e à proteção de áreas especiais de interesse ambiental, em razão de suas características ecológicas, paisagísticas e culturais.

§ 3º - A localização, implantação, operação, ampliação e alteração de atividades industriais dependerão de licença ambiental, nos termos do regulamento desta lei.

Art. 131 - Os assentamentos urbanos, mediante o parcelamento do solo e implantação de empreendimentos de caráter social, atenderão aos princípios e normas desta lei e seus regulamentos, observadas ainda as seguintes disposições:

I - proteger, mediante índices urbanísticos apropriados, as áreas de mananciais destinados ao abastecimento urbano, bem como de suas áreas de contribuição imediata;

II - impedir o lançamento de esgotos urbanos nos cursos d'água, sem prévio tratamento adequado que compatibilize seus afluentes com a classificação do curso d'água receptor;

III - prever a disposição final dos detritos sólidos urbanos, industriais, domésticos e hospitalares, através de métodos apropriados e de forma adequada a não comprometer a saúde pública e os mananciais de abastecimento urbano, superficiais ou subterrâneos, respeitando a natureza da ocupação e das atividades desenvolvidas no local de deposição.

Parágrafo Único - Os assentamentos urbanos, nos termos deste artigo, serão objeto de licença ambiental, expedida pelo órgão estadual do meio ambiente previamente à licença municipal pertinente, nos termos do regulamento.

## SEÇÃO IX

### DO GERENCIAMENTO COSTEIRO

Art.132 - A Zona Costeira é espaço físico-territorial especialmente protegido, objeto de gerenciamento costeiro com o fim de planejar, disciplinar, controlar e fiscalizar as atividades, empreendimentos e processos que causem ou possam causar degradação ambiental, observada a legislação Estadual e Federal.

Art. 133 - O espaço físico-territorial, objeto do gerenciamento costeiro, denominado Zona Costeira do Estado, abrange a totalidade dos municípios litorâneos do Estado, e as costeiras.

Art. 134 - O gerenciamento costeiro será realizado com base nas políticas nacional e estadual do meio ambiente, observados os seguintes princípios:

I - compatibilização dos usos e atividades, visando a harmonização dos interesses econômicos, sociais e ambientais;

II - controle do uso e ocupação do solo em toda Zona Costeira, objetivando a harmonização do interesse local com os interesses ambientais de caráter regional;

III - defesa e verificação de áreas significativas e representativas dos ecossistemas costeiros, bem como a restauração das áreas que se encontrem degradadas ou descaracterizadas;

IV - garantia de livre acesso às praias, conforme a legislação pertinente.

Art. 135 - O gerenciamento costeiro, atendendo aos princípios estabelecidos no artigo anterior, observará os seguintes objetivos:

I - compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com dinâmica dos ecossistemas costeiros, de forma a assegurar o desenvolvimento econômico e social, a melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio do meio ambiente;

II - assegurar a preservação, controle, recuperação e utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira, garantindo-se o seu aproveitamento pelas populações locais, especialmente as comunidades tradicionais

III - planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades antrópicas na Zona Costeira.

Art. 136 - Visando dar cumprimento à política estadual de gerenciamento costeiro, serão adotados os seguintes instrumentos:

I - zoneamento ecológico-econômico;

II - planos regionais de gerenciamento costeiro,

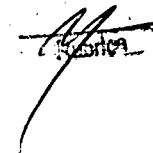
III - planos de gestão

IV - planos de monitoramento;

V - sistema de informações;

VI - licença ambiental.

Art. 137 - Os ecossistemas costeiros têm como suporte espaços territoriais a serem especialmente protegidos e sua organização e utilização far-se-ão segundo



critérios previstos em lei, dependendo de prévia licença e em condições que assegurem a proteção ambiental.

§ 1º - Os projetos de parcelamento do solo, nas áreas urbanas ou rurais dos municípios integrantes da Zona Costeira, deverão ser, obrigatoriamente, submetidos à análise e aprovação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, objetivando atender às condições e restrições indispensáveis à proteção ambiental costeira, nos termos que puser o regulamento.

§ 2º - Os parcelamentos regularmente aprovados e registrados, não implantados, total ou parcialmente, serão considerados e declarados desconformes, se os respectivos projetos forem contrários às disposições ambientais vigentes.

§ 3º - Declarada a desconformidade, nos termos do parágrafo anterior, o Estado, através de seu órgão normativo e executivo, estabelecerá medidas objetivando a correção necessária à recuperação ou adaptação da área objeto da referida declaração, a serem providenciadas pelos responsáveis do parcelamento ou pelos adquirentes dos lotes.

§ 4º - O Estado, mediante lei, em consonâncias com seus objetivos de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, estabelecerá parâmetros urbanísticos de interesse regional, expressos através de índices, aos quais ficarão sujeitos os empreendimentos urbanos.

Art. 138 - No caso de conflitos quando do uso da Zona Costeira, prevalecerá o uso compatível com a proteção e a valorização da função produtiva pesqueira e dos ecossistemas, ressalvada deliberação contrária do CONSEMA.

Art. 139 - Devem ser adotados, com a participação dos municípios e da União, medidas, planos e programas de recuperação das áreas costeiras que, pela densidade de ocupação, ausência de normalização e de investimentos, estejam degradadas e descaracterizadas.

Art. 140 - As praias são bens públicos de uso comum do povo, devendo ser assegurado sempre o livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados áreas protegidas por legislação específica.

## CAPÍTULO V

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 141 - Constitui infração, para os efeitos desta lei, qualquer ação ou omissão que importe a inobservância de seus preceitos, bem como das normas regulamentares e das medidas dela decorrentes.

CGG/ANEXO  
Fis. 91  
R. 1



Parágrafo único. Todas as deliberações do Comitê Estadual serão registradas em ata.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 4 DE DEZEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA  
Secretário-Chefe da Casa Civil

LUIZA DE FÁTIMA AMORIM OLIVEIRA  
Secretária de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania

**DECRETO Nº 28.727, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Dispõe sobre o recesso funcional durante as festividades do Natal e do Ano Novo.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Os servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Estado terão recesso funcional durante as festividades do Natal e do Ano Novo, nos períodos compreendidos entre 19 a 24 e 26 a 31 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. Os servidores escolherão um dos períodos mencionados no caput deste artigo, cabendo ao chefe imediato a fixação da escala de recesso, de acordo com a conveniência do serviço.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 4 DE DEZEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA  
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA  
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

**DECRETO Nº 28.728, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Dispõe sobre a promoção de Delegado de Polícia Civil.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das disposições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual, na forma da Lei nº 9.130, de 24 de março de 2010, e tendo em vista o Processo nº 5978/2012-SSPMA, de 28 de setembro de 2012, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica promovida, por merecimento, da 2ª Classe para a 1ª Classe, a Delegada de Polícia do Grupo Ocupacional Atividades de Polícia Civil, KATHERINE SILVA CHAVES LIMA, Matrícula nº 1097468, admitida em 4 de novembro de 1998.

**Art. 2º** As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de créditos orçamentários próprios.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 4 DE DEZEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA  
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA  
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**DECRETO Nº 28.729, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Dispõe sobre a criação da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, incisos III a VI, da Constituição do Estado do Maranhão, e

Considerando os objetivos propostos pelo Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria do Patrimônio da União no âmbito do Estado do Maranhão;

Considerando a necessidade de responder a uma série de desafios como reflexo da fragilidade dos ecossistemas de orla, do crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes, bem como outras mudanças globais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica criada a Comissão Técnica do Projeto Orla do Estado do Maranhão - CTE, para o acompanhamento do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla a que se refere a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, composta por órgãos e entidades governamentais e não-governamentais, cujas áreas de atuação têm estreita relação com os objetivos do Projeto Orla.

**Art. 2º** Compõem a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla representantes dos seguintes órgãos e instituições:

I - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;

II - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID;

III - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN;

CGG-SE  
Fis. 92  
R. 107



IV - Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA;

V - Secretaria de Estado do Turismo - SETUR;

VI - Superintendência do Patrimônio da União no Maranhão - SPU/MA;

VII - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA;

VIII - Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão - CBMMA;

IX - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

X - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA;

XI - São Luís Convention & Visitores Bureau - SLC&VB;

XII - Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA/PMMA;

XIII - Universidade Federal do Maranhão - UFMA;

XIV - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA;

XV - Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA;

XVI - Federação dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM;

XVII - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

XVIII - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA;

XIX - Associação Comercial do Maranhão - ACM;

XX - Capitania dos Portos do Maranhão - CPMA;

XXI - União dos Escoteiros do Brasil - Região do Maranhão - UEB-MA;

XXII - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos da CTE obedecerá à metodologia do Projeto Orla disposta no Manual Guia de Implementação, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

**Art. 3º** Compete à Comissão Técnica Estadual o acompanhamento do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima no Maranhão, desenvolvendo, dentre outras relacionadas com a sua esfera de competência, as seguintes atribuições:

I - divulgar o Projeto e mobilizar municípios, parceiros e a sociedade civil;

II - elaborar agenda de reuniões para instrumentalização de municípios potenciais, apresentando as bases técnicas, conceituais, benefícios e sistemática de implementação do Projeto;

III - analisar a composição dos grupos locais a serem capacitados;

IV - complementar, quando necessário, critérios de inserção e analisar as propostas de adesão dos municípios ao Projeto;

V - relacionar os municípios prioritários e submeter a relação à deliberação da Comissão Técnica Estadual - CTE;

VI - levantar base de dados e informações disponíveis em cada instituição envolvida na CTE;

VII - definir agenda comum junto aos municípios e à Coordenação Nacional, para capacitação e meios a serem disponibilizados por cada parte envolvida;

VIII - destacar instrutores para aplicação da metodologia do Projeto;

IX - assistir os municípios na capacitação e consolidação dos Planos de Gestão.

**Art. 4º** Os representantes e respectivos suplentes dos órgãos governamentais serão indicados por designação dos respectivos órgãos, e os das instituições serão indicados por seus representantes legais, por meio de ofício.

**Art. 5º** A participação na Comissão Técnica Estadual - CTE do Projeto Orla é considerada atividade de relevante interesse público, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 4 DE DEZEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA  
Secretário-Chefe da Casa Civil

CARLOS VICTOR GUTERRES MENDES  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

**DECRETO Nº 28.730, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Regulamenta e consolida normas sobre a concessão, aplicação e comprovação de adiantamento a servidor por meio de Cartão Corporativo de Débito, e dá outras providências.

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** A concessão de adiantamento a servidor de órgão ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, bem como das sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais, no que couber, reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Decreto.

**Art. 2º** Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição de servidor público, para atendimento de despesas do órgão ou entidade a que esteja vinculado, que, por sua natureza ou urgência, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Parágrafo único. O adiantamento de numerário para realização exclusiva de despesas prevista neste Decreto será feito a partir de crédito a servidor devidamente credenciado, em conta especial no Banco do Brasil S/A, sempre precedido por Nota de Empenho, na dotação



# ESTADO DO MARANHÃO

# DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CVII Nº 177 SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2013 EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

## SUMÁRIO

Poder Executivo .....	01
Casa Civil .....	03
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência .....	03
Secretaria de Estado da Comunicação Social .....	12
Secretaria de Estado da Fazenda .....	12
Secretaria de Estado da Saúde .....	25
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais .....	25
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar .....	26
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior .....	27
Secretaria de Estado da Educação .....	37
Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária ...	43
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania .....	46

## PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 29.358, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o remanejamento de cargo em comissão para a estrutura do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/MA) e dá outras providências.

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual e o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica remanejado da Casa Civil para a estrutura do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/MA), um cargo em comissão de Símbolo DAI-2, que passa a denominar-se Auxiliar de Serviços I.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU  
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA  
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

ALUISIO GUIMARÃES MENDES FILHO  
Secretário de Estado da Segurança Pública

### DECRETO Nº 29.359, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Institui a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão e o Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 64, incisos III e V da Constituição Estadual e de acordo com os arts. 27, 48 e 66 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão - CEZEE/MA, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão - MACROZEE/MA, na escala de 1:1.000.000 e do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão - ZEE/MA, na escala de 1:250.000.

**Art. 2º** Os trabalhos do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE serão conduzidos de acordo com os seguintes princípios:

I - visão sistêmica que propicie a análise das relações de interdependência entre os meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional;

II - abordagem interdisciplinar que vise à sustentabilidade ambiental, econômica e social, compatibilizando o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras gerações;

III - ampla participação de todos os entes sociais interessados, com a organização de fóruns para discussões acerca dos resultados do MACROZEE/MA e do ZEE/MA.

**Parágrafo único.** O MACROZEE/MA e o ZEE/MA obedecerão às Constituições Federal e Estadual, às Políticas Nacional e Estadual do Meio Ambiente e orientar-se-ão pelos princípios da função socioambiental da propriedade, da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do usuário-pagador, do protetor-recebedor, da participação informada, do acesso equitativo, da integração e do desenvolvimento sustentável, tendo os seguintes objetivos:

I - ampliar o nível de conhecimento institucional e social sobre os meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do Estado do Maranhão;



II - subsidiar a formulação e espacialização de planos estaduais e municipais de planejamento e ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social;

III - propor soluções de desenvolvimento que considerem a melhoria da qualidade de vida das populações, com geração de emprego e renda, o fortalecimento das atividades produtivas, o respeito ao meio ambiente, a redução dos riscos de perda do patrimônio natural e cultural e a manutenção e recuperação dos serviços ambientais dos ecossistemas naturais do Estado do Maranhão.

**Art. 3º** Compete à CEZEE/MA:

I - planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

II - promover a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento governamental, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, às diretrizes do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

III - promover mecanismos de permanente participação dos entes sociais interessados durante a elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

IV - identificar e promover parcerias institucionais destinadas à elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

V - participar de debates acerca da compatibilização do MACROZEE/MA e do ZEE/MA com os programas desenvolvidos pelo Governo Federal no âmbito da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional – CCZEE.

**Art. 4º** A CEZEE/MA será composta por dois representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN;

II - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;

III - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAGRIMA;

IV - Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SEDINC;

V - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES;

VI - Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA;

VII - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID;

VIII - Secretaria de Estado de Minas e Energia - SEME;

IX - Secretaria de Estado do Turismo - SETUR;

X - Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura - SEPAQ;

XI - Secretaria de Estado de Assuntos de Políticos - SEAP.

§ 1º Compete à SEPLAN coordenar os trabalhos da CEZEE/MA.

§ 2º As deliberações da CEZEE/MA serão tomadas por um número mínimo de seis membros, incluindo-se, obrigatoriamente, os representantes da SEPLAN e da SEMA.

§ 3º A CEZEE/MA será assessorada tecnicamente pelo Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, de que trata o art. 6º deste Decreto.

**Art. 5º** Compete à Coordenação da CEZEE/MA:

I - convocar reuniões ordinárias, em um número mínimo de quatro reuniões anuais, e extraordinárias, disponibilizando os documentos necessários para o bom andamento dos trabalhos;

II - elaborar atas das reuniões da CEZEE/MA e relatórios de acompanhamento das atividades da CEZEE/MA, do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

III - analisar os produtos gerados ao longo do processo de elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

IV - constituir grupos de trabalho e estudo e comissões temáticas temporárias para apreciar matérias apresentadas pela e à CEZEE/MA;

V - convidar representantes de outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como organizações da sociedade civil organizada, para participarem das reuniões da Comissão, com direito a voz, mas sem direito a voto.

Parágrafo único. A operacionalização das atividades a cargo da Coordenação da CEZEE/MA será exercida por equipe designada pela SEPLAN, remunerada durante a execução do MACROZEE/MA e do ZEE/MA pelo trabalho desenvolvido.

**Art. 6º** Fica instituído o Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, com as seguintes atribuições:

I - servir como órgão de assessoria técnica da CEZEE/MA;

II - auxiliar a definição das diretrizes metodológicas para a elaboração do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

III - orientar a elaboração do termo de referência para a elaboração do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

IV - assistir a Coordenação da CEZEE/MA na análise dos produtos gerados ao longo do processo de elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

V - coordenar o intercâmbio técnico e metodológico junto a outros órgãos da Administração Pública Federal e Estadual.

**Art. 7º** O Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão será integrado por dois representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN;

II - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;

III - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC;





IV - Universidade Federal do Maranhão - UFMA;

V - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA;

VI - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, unidade Cocais;

VII - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, unidade estadual do Maranhão.

§ 1º As atividades do Comitê Técnico-Científico serão executadas na respectiva área de atuação de cada órgão nele representado.

§ 2º O Comitê Técnico-Científico poderá contar com o apoio de outros órgãos para subsidiá-lo no estudo dos temas que lhe compete analisar.

§ 3º Compete à SEPLAN coordenar os trabalhos e convocar as reuniões do Comitê Técnico-Científico.

**Art. 8º** Compete à SEPLAN armazenar, integrar, gerenciar e disponibilizar a base de dados gerada no âmbito do MACROZEE/MA e do ZEE/MA.

**Art. 9º** A participação na CEZEE/MA e no Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão é considerada prestação de serviço público, obrigatória e relevante.

**Parágrafo único.** As atividades técnico-científicas realizadas no âmbito da CEZEE/MA e do Comitê Técnico-Científico, a critério de cada órgão, poderão ser remuneradas sob a forma de gratificação técnico-científica (GTC).

**Art. 10.** Revogam-se os Decretos nºs 24.256, de 1º de julho de 2008, Decreto nº 25.806, de 21 de outubro de 2009, e o Decreto nº 29.195, de 3 de julho de 2013.

**Art. 11.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU  
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL  
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

#### CASA CIVIL

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Nomear DOMINGOS PASCOAL CANTANHEDE LOPES para o cargo em comissão de Chefe do Escritório Regional de Itapecuru-Mirim, Símbolo DANS-3, da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU  
Secretário-Chefe da Casa Civil

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO  
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Tornar sem efeito o ato que nomeou MARCIA CRISTINA MENDES CERQUEIRA para o cargo em comissão de Chefe do Escritório Regional de Itapecuru-Mirim, Símbolo DANS-3, da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão, publicado na Edição nº 170 do Diário Oficial do Estado, de 2 de setembro de 2013.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU  
Secretário-Chefe da Casa Civil

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO  
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar

#### SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

#### EDITAL Nº 36, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

Retificação do Edital de Convocação para matrícula no Curso de Formação e Investigação Social de Soldado do Corpo de Bombeiros Militar

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA, em exercício, conforme art. 67 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, na qualidade de Presidente da Comissão Central de Concurso Público, criada por meio do Decreto Estadual nº 28.608, de 28 de setembro de 2012, torna pública a retificação do citado Edital do concurso público de Soldado do Corpo de Bombeiros Militar, regido pelo edital nº 03, de 10 de outubro de 2012, a seguir:



# ESTADO DO MARANHÃO

## DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CIX Nº 173 SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2015 EDIÇÃO DE HOJE: 38 PÁGINAS

### SUMÁRIO

Poder Executivo .....	01
Casa Civil .....	11
Comissão Central Permanente de Licitação .....	16
Procuradoria Geral do Estado .....	16
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência .....	17
Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos .....	36
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais .....	36
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar .....	36
Secretaria de Estado da Cultura .....	37
Secretaria de Estado da Mulher .....	38

### PODER EXECUTIVO

LEI Nº 10.316, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão e dá outras providências.

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

**Art. 1º** Fica instituído o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Estado do Maranhão, na forma do que estabelece o art. 242 da Constituição do Estado do Maranhão, o qual passa a reger-se, doravante, por esta Lei.

**Art. 2º** O MacroZEE do Estado do Maranhão constitui documento balizador do uso e ocupação do solo e da utilização racional dos recursos naturais, cujas diretrizes passam a nortear as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à promoção do bem-estar da população do Estado do Maranhão.

#### CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MACROZONEAMENTO

**Art. 3º** O MacroZEE do Estado do Maranhão tem por objetivo orientar a formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos, públicos e privados, de elevação da qualidade de vida da população levando em consideração as potencialidades, as vulnerabilidades, as restrições de uso e a necessidade de proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento econômico de forma sustentável.

**Art. 4º** A implementação do MacroZEE do Estado do Maranhão será realizada com base em suas Zonas e respectivas diretrizes, definidas para efeito de planejamento das ações a serem desenvolvidas.

### CAPÍTULO III DAS ZONAS

**Art. 5º** Para fins de planejamento territorial, ficam estabelecidas quatro Zonas, além das áreas urbanas e dos corpos d'água continentais, para o Estado do Maranhão.

Parágrafo único. As Zonas, Áreas Urbanas e Corpos d'água, bem como suas respectivas diretrizes, ficam indicados a seguir:

**I - ZONA 1** - São áreas caracterizadas pela maior potencialidade social e menor vulnerabilidade natural, que se encontram em processo de consolidação das atividades produtivas (agropecuária, industrial, mineral, florestal) e que concentram a porção mais dinâmica da economia estadual, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sustentabilidade ambiental, social e econômica:

a) Diretrizes: Deve ser estimulado o desenvolvimento de atividades primárias nas áreas já desmatadas ou convertidas para outros usos agropecuários, com práticas adequadas de manejo no uso dos recursos naturais, especialmente o solo, preservando os remanescentes de vegetação natural e recuperando áreas degradadas, de preservação permanente (APP's) e de reserva legal, incluindo o aproveitamento alternativo da vegetação secundária. A maior parte desta Zona deve ser objeto de projetos de melhoria e ampliação da rede logística (transportes, nos diferentes modais, geração e transmissão de energia, armazenamento da produção), buscando o adensamento e a agregação de valor das cadeias produtivas que demonstrem capacidade competitiva de atendimento ao mercado interno e externo, com atenção ao desenvolvimento tecnológico e cuidados ambientais. O pagamento por serviços ambientais deve ser incentivado para manter os remanescentes de vegetação nativa. Deve-se fomentar a realização de estratégias de comunicação dirigida para as populações tradicionais presentes nesta Zona, em especial as comunidades quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu e ribeirinhos, com ênfase no levantamento da situação atual dessas populações, no mapeamento de suas localizações, no seu cadastramento (quando for o caso) e na implementação participativa da produção sustentável;

**II - ZONA 2** - São áreas caracterizadas pela menor potencialidade social e maior vulnerabilidade ambiental em relação a ZONA 1, com alto potencial de recursos naturais, em alguns casos consideradas relevantes para a conservação ou preservação ambiental dadas a sua vulnerabilidade natural, a beleza cênica, a importância para a prestação de determinados serviços ecossistêmicos ou o contexto de sua localização espacial:

a) Diretrizes: Devem ser estimulados os usos alternativos dos recursos naturais. As ações devem ser adequadas, considerando as deficiências de natureza social, técnico-produtiva, infraestrutural e institucional, que indicam a necessidade investimentos para gerar e fortalecer cadeias produtivas compatíveis com seus potenciais e fragilidades naturais. Enfoque especial deve ser dado à recuperação de áreas degradadas, de preservação permanente (APP's) e de reserva legal. São



áreas prioritárias para estudos complementares e mais detalhados voltados à avaliação de suas características socioeconômicas e ecológicas. É recomendada a adoção de políticas públicas compensatórias que visem salvaguardar os recursos naturais, especialmente exercendo o licenciamento eficiente para que somente as atividades que atendam os critérios da legislação ambiental vigente efetivem-se nestas áreas e que suas atividades sejam eficientes acompanhada pelos órgãos estatais competentes;

**III - ZONA 3** - São áreas de influência costeira, predominantemente caracterizadas pela baixada litorânea, planície de deflação, áreas de dunas e áreas tabulares costeiras do Estado do Maranhão, complexos estuarinos, restingas, manguezais, praias, baías, ilhas, enseadas, dunas fixas e móveis, sistemas deltaicos, estuarinos e bacias lacustres. São áreas com potencialidade social predominantemente baixa, caracterizadas por processos centenários de ocupação e uso, onde habitam uma parcela significativa da população maranhense:

a) Diretrizes: As características naturais desta Zona configuram um quadro de maior fragilidade ambiental em cenários de uso mais intensivo. Portanto, devem ser priorizados os usos e aproveitamentos compatíveis com as características socioambientais e com os potenciais naturais observados em cada situação. Estimulando-se os usos racionais dos recursos naturais, tais ações devem ser adequadas, considerando as deficiências de natureza social, técnico-produtiva, infraestrutural e institucional, que indicam a necessidade investimentos para gerar e fortalecer cadeias produtivas compatíveis com seus potenciais e fragilidades naturais. É possível a utilização de outros sistemas de produção desde que atendam os critérios de licenciamento ambiental vigentes. Os planos, programas, políticas e projetos regionais devem ser fomentados visando o aproveitamento de seu potencial produtivo e o bem-estar da população, respeitando as fragilidades ambientais observadas em cada situação. Em especial, os projetos de aproveitamento energético (gás, petróleo, energia eólica), logística e de desenvolvimento do ecoturismo, da aquicultura e dos recursos pesqueiros devem ser planejados, implementados e monitorados de forma compatível com as características dos locais (potenciais e limitações) de influência dos projetos. As atividades das comunidades locais devem ser apoiadas, uma vez que carecem de ordenamento, organização, controle e desenvolvimento. São áreas prioritárias para estudos complementares e mais detalhados sobre os impactos das mudanças climáticas na dinâmica costeira e, por conseguinte, na configuração de seus atributos ambientais e na distribuição espacial das atividades econômicas;

**IV - ZONA 4** - São áreas institucionais de usos especiais, compostas por áreas especialmente protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas militares), previstas em lei e instituídas pela União, pelo estado ou pelos municípios, com usos e restrições de uso definidos por legislação específica:

a) Diretrizes: Devem ser estimuladas atividades que busquem garantir a manutenção e recuperação da integridade dos ecossistemas, o fortalecimento das áreas protegidas existentes, inclusive por meio da elaboração de planos de manejo e de planos de gestão ambiental e territorial das terras indígenas e da criação de corredores ecológicos para contribuir com a proteção da biodiversidade, mitigar os efeitos das mudanças climáticas, garantir a segurança do patrimônio genético e manter um ambiente equilibrado;

**V - Áreas Urbanas** - São constituídas por áreas compreendidas no perímetro urbano dos municípios com as maiores densidades populacionais do Estado do Maranhão:

a) Diretrizes: O uso dessas áreas é definido e orientado pelos respectivos planos diretores municipais, pelas leis orgânicas dos municípios e pelas leis de uso e ocupação do solo. Contudo, tal como estabelece o inciso IX do Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 140, 08 de dezembro de 2011, os planos diretores devem ser elaborados e revisados observando os zoneamentos ambientais existentes, assim como aos demais planos, programas e projetos estaduais, regionais e federais;

**VI - Corpos d'água continentais** - São constituídos por corpos d'água de rios, lagos e represas em áreas continentais:

a) Diretrizes: Deve ser estimulada a utilização planejada, racional e integrada dos recursos hídricos disponíveis, assegurando à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos (consumo humano, dessedentação de animais, desenvolvimento energético, transporte aquaviário, irrigação agrícola, entre outros), observando a legislação específica.

**Art. 6º** As Zonas instituídas nos termos do artigo anterior poderão ser alteradas em futuras atualizações do MacroZEE do Estado do Maranhão, inclusive por Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, em escalas cartográficas mais detalhadas.

## **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO MACROZEE DO ESTADO DO MARANHÃO**

**Art. 7º** Ficam aprovados os contornos das Zonas do MacroZEE do Estado do Maranhão, constantes em mapa de subsídios à gestão territorial, elaborado na escala ao milionésimo (1:1.000.000), na forma do disposto no Anexo desta Lei.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através de regulamento próprio, a implementar o MacroZEE do Estado do Maranhão de acordo com cartogramas na escala 1:1.000.000 e em consonância com as diretrizes de cada Zona, bem como a definir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei, as diretrizes setoriais a serem cumpridas pelo Poder Público com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do Estado e os critérios para orientar os investimentos e a ocupação e utilização do território pela população em geral.

§ 2º O Poder Executivo deverá elaborar documentação descritiva, sob a forma de textos com linguagem acessível ao público em geral, para a divulgação, sensibilização e informação acerca das estratégias e diretrizes do MacroZEE do Estado do Maranhão.

§ 3º Os cartogramas a que se refere o § 1º deste artigo deverão ser capazes de garantir a identificação e a visualização das seguintes informações, consideradas imprescindíveis ao planejamento e à orientação a ser prestada ao público:

I - usos da terra, atuais e potenciais;

II - tipos de vegetação;

III - tipos de solo;

IV - geomorfologia;

V - aptidão agrícola;

VI - vulnerabilidade natural;

VII - potencialidade social;

VIII - rede logística;

IX - espaços territoriais especialmente protegidos, tais como as unidades de conservação criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, as terras indígenas, as áreas militares e as áreas de preservação permanente;

X - recursos hídricos.

**Art. 8º** Para efeito de formulação das diretrizes mencionadas no § 1º do art. 7º, deverão ser consideradas variáveis fundamentais, tais como:



I - as características geológicas, geomorfológicas, pedológicas, faunísticas e da cobertura vegetal, considerando seu potencial florestal e agrícola, bem como todos os aspectos socioeconômicos das Zonas, a fim de identificar as potencialidades e as vulnerabilidades dos ecossistemas sob consideração, bem como a necessidade de atender o bem-estar humano;

II - a definição dos usos atuais e potenciais, bem como a formulação de recomendações quanto às ações mais adequadas a serem adotadas nas Zonas, de acordo com a capacidade e limitação dos recursos ambientais, particularmente do solo, subsolo, águas superficiais e subterrâneas, da flora e da fauna;

III - a necessidade de proteção ambiental e conservação das águas, dos solos, do subsolo e dos demais recursos naturais renováveis e não-renováveis, em função da ordenação do território, inclusive através da indicação de áreas a serem reservadas para a criação de unidades de conservação de proteção integral da biodiversidade ou voltadas para o uso sustentável de seus recursos;

IV - a indicação de critérios alternativos para orientar processos de extrativismo madeireiro e não-madeireiro, turismo em suas diversas modalidades, agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, piscicultura, carcinicultura, urbanização, industrialização em geral, inclusive as indústrias florestais, minerações, exploração de gás natural, petróleo, energia eólica e outras opções de utilização dos recursos ambientais;

V - sugestões quanto à melhor distribuição dos investimentos públicos capazes de beneficiar, prioritariamente, os setores e regiões de menores rendas, bem como as localidades menos favorecidas, de forma compatível às diretrizes do MacroZEE do Estado do Maranhão, a fim de corrigir e superar o desequilíbrio intra-estadual;

VI - medidas destinadas a promover o desenvolvimento do setor rural de forma ordenada e integrada, com o objetivo de melhorar as condições de adaptabilidade das populações ao meio agrícola, inclusive com o estabelecimento de diretrizes para implementação da infraestrutura considerada necessária ao fomento dessas atividades;

VII - a necessidade de que os municípios elaborem e implementem planos diretores e documentos pormenorizados de aplicação das respectivas leis orgânicas para ordenar o desenvolvimento urbano, através, dentre outros meios, de estímulo e de cooperação para a efetiva institucionalização dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente;

VIII - sugerir medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento municipais de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos municípios, visando compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, funções conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais mais amplas do que em nível das cidades, como os consórcios públicos multifinalitários;

IX - a viabilidade de oferecimento de estímulos com vistas à desconcentração de atividades econômicas, inclusive no que se refere à localização de atividades industriais, sempre com o objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico através do aproveitamento dos recursos naturais em harmonia com medidas de proteção ambiental, no território do Estado;

X - a descentralização administrativa, para que haja uma adequada participação não apenas do Estado, mas dos municípios e da sociedade civil, nas tarefas de implementação e monitoramento do MacroZEE do Estado do Maranhão;

XI - a garantia e o estímulo à ampla participação do público, em todas as etapas de implementação das diretrizes para as Zonas, inclusive como forma de promover a conscientização de todos os segmentos da sociedade quanto aos princípios e objetivos do MacroZEE do Estado do Maranhão.

Art. 9º Serão permitidas alterações nos limites de abrangência e nas diretrizes das Zonas instituídas por esta Lei, bem como das diretrizes de uso e ocupação da terra, antecedidas de novos estudos técnicos, inclusive o Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE, em escala cartográfica mais detalhada.

Parágrafo único. Em casos de divergências entre o MacroZEE e o ZEE, prevalecerá o de escala mais detalhada.

## CAPÍTULO V

### DA COMISSÃO ESTADUAL DO ZEE E DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO MACROZEE DO ESTADO DO MARANHÃO

Art. 10. O Poder Executivo, por intermédio de Decreto, regulamentará a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE), que será o órgão colegiado encarregado de promover as medidas relativas à integração interinstitucional para a realização dos objetivos do MacroZEE do Estado do Maranhão.

§ 1º A CEZEE promoverá a participação de todos os segmentos que possam ser afetados pelas medidas adotadas para cumprimento das diretrizes fixadas para desenvolvimento das zonas.

§ 2º A CEZEE se pronunciará tecnicamente acerca de todas as propostas de modificação do macrozoneamento estabelecido na presente Lei.

Art. 11. O MacroZEE do Estado do Maranhão servirá de referência técnica à elaboração do Plano Plurianual do Estado, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, das Leis Orçamentárias Anuais e procedimentos administrativos dos órgãos e entidades da Administração Estadual Direta e Indireta.

Art. 12. Todos os documentos técnicos do MacroZEE do Estado do Maranhão, mapas, relatórios e banco de dados geoespaciais deverão estar disponíveis no sítio eletrônico do Governo do Estado do Maranhão, para ampla divulgação e fácil acesso aos interessados.

Parágrafo único. A atualização dos documentos de que trata o caput deste artigo caberá ao Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Durante os procedimentos administrativos de obtenção de Autorizações, Alvarás, Certidões ou Licenças, as análises técnicas baseadas em levantamentos detalhados de campo, in loco, prevalecerão sobre os mapas do MacroZEE, em caso de divergência.

Art. 14. Projetos de relevante interesse público, devidamente motivado, poderão se instalar em qualquer Zona, desde que atendam à legislação vigente aplicável.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

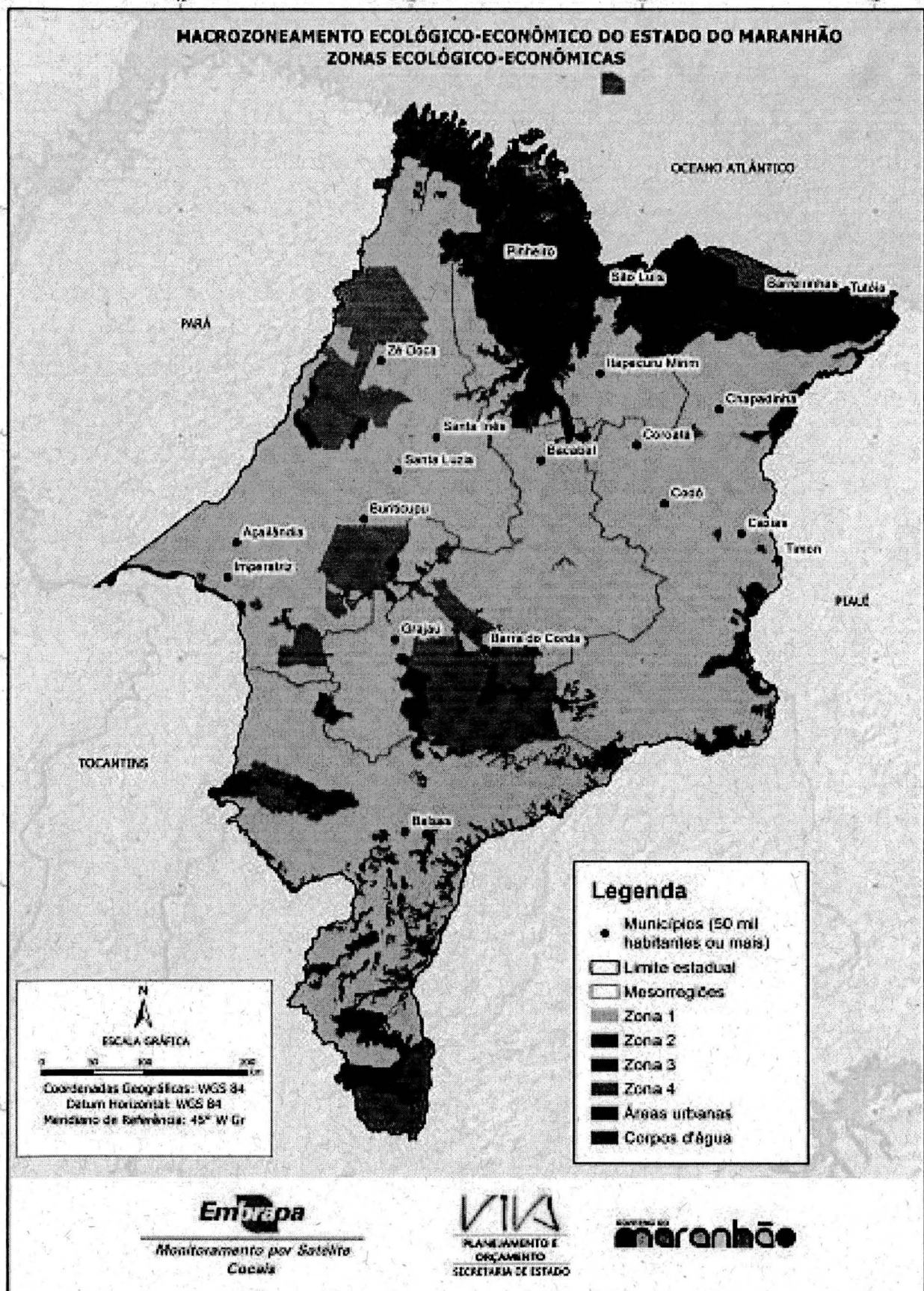
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,  
EM SÃO LUÍS, 17 DE SETEMBRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO  
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA  
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO







Considerando que o reajuste tarifário aprovado através da Resolução ANTAQ nº 4.093/2015 teve como base estudos realizados em 2012;

Considerando o valor de mercado da tarifa de energia elétrica;

Considerando a Resolução nº 051/2015 da DIREX, de 15/05/2015 que aprovou a aplicação do reajuste nas tarifas portuárias do Porto do Itaqui.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o desconto de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do item 2 da Tabela VII do Anexo à Portaria nº 230/2015 de 28 de maio de 2015.

Art. 2º - Aprovar o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor do item 8.a da Tabela VII do Anexo à Portaria nº 230/2015 de 28 de maio de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015 e tem validade até 31 de maio de 2016.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se.

São Luís - MA, 29 de maio de 2015.

**EDUARDO DE CARVALHO LAGO FILHO**  
Presidente da EMAP

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**

**PORTARIA Nº 055, DE 27 DE MAIO DE 2015.**

Dispõe sobre a instituição do Grupo de Trabalho Intersetorial e Participativo-GTIP, visando à elaboração da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão-GERCO, o acompanhamento e análise dos Produtos do Zoneamento Econômico Ecológico do Maranhão-ZEE/MA Escala 1:250.000 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso II do art. 69 da Constituição Estadual;

Considerando o §1º do art. 5º da Lei nº 7.661, de 16 de Maio de 1988, que trata da instituição dos Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro e da designação dos órgãos competentes para a execução de tais planos;

Considerando a necessidade de atingir os objetivos da Gestão da Zona Costeira estabelecidos no art. 6º do Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro 2004;

Considerando a importância da dimensão ambiental na condução do processo de elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico-ZEE, conforme estabelecido pelos artigos 3º, § único e artigo 4º, Inciso I da Lei Federal 4.297 de 10 de junho de 2002 que o regulamenta;

Considerando a necessidade de promover a ampla participação dos diversos setores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema como forma de garantir a plena inclusão dos aspectos ambientais em toda a sua abrangência, assegurando assim o disposto no Artigo 4º, inciso II, da Lei Federal 4.297 de 10 de junho de 2002;

Considerando os objetivos do referido Grupo de Trabalho de conferir ao Estado o estabelecimento de uma Política de Gestão da Zona Costeira, favorecendo assim a preservação e/ou conservação dessa estratégica faixa territorial, bem como assegurar uma ampla e efetiva participação de todos os setores desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema no processo de elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE na escala 1:250.000;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Sema, o Grupo de Trabalho Intersetorial e Participativo-GTIP para o desenvolvimento da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão-GERCO, Acompanhamento e Análise dos produtos do Zoneamento Econômico e Ecológico-ZEE escala 1:250.000 (GT-GERCO/ZEE/MA).

**Parágrafo Único** - O GT-GERCO/ZEE tem por objetivos: contribuir com a Coordenação Estadual do Gerenciamento Costeiro-GERCO na elaboração da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e auxiliar os representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema no Comitê Técnico Científico do ZEE no que tange ao acompanhamento e análise dos estudos e produtos do ZEE escala 1:250.000.

**Artigo 2º** - O Grupo Institucional de Trabalho (GT-GERCO/ZEE) será coordenado pela Superintendência de Planejamento e Monitoramento Ambiental, através da Supervisão de Planejamento Ambiental, e terá a seguinte composição:

I- um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Biodiversidade de Áreas Protegidas;

II- um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Licenças Ambientais;

III- um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Fiscalização;

IV- um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Recursos Hídricos;

V - um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Educação Ambiental;

VI - um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Recursos Florestais;

VII - um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Economia Verde;

VIII - um Representante e respectivo Suplente da Superintendência de Gestão de Resíduos;

§ 1º O Representante e Suplente mencionados dos incisos I ao VIII serão designados pelos Superintendentes dos respectivos setores.

§ 2º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviços relevantes, não remunerada.

§ 3º Durante a elaboração da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, fica facultado ao Grupo de Trabalho convidar representantes de outras instituições do Poder Público, Setor Privado, Sociedade Civil e OSCIP's que atuem direta ou indiretamente nas ações desenvolvidas pelo Grupo, com o intuito de participar do processo de elaboração dessa Política, sendo tal participação não remunerada.



**Artigo 3º** - A Coordenação do Grupo de Trabalho será composta por três membros; sendo um coordenador, um assistente técnico e um secretário, a serem designados em reunião específica do GT.

**Parágrafo Único** - Na ausência do Coordenador do Grupo de Trabalho, este será substituído por seu Assistente, e na falta ou impedimento de ambos, por qualquer um dos membros representantes das Superintendências.

**Artigo 4º** - A base física de reunião do Grupo de Trabalho será no auditório do prédio Anexo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, órgão ao qual compete o apoio administrativo para o bom desempenho dos trabalhos.

**Artigo 5º** - Caberá ao Grupo de Trabalho, quando das reuniões, elaborar os Relatórios e planilhas de acompanhamento a serem estabelecidos conforme os respectivos Planos de Trabalho.

**Artigo 6º** - O Grupo de Trabalho reunir-se-á ordinariamente na primeira quinta-feira de cada mês, quando será apresentado pela Coordenação do GT Relatório síntese dos estudos e ações já desenvolvidas.

**Parágrafo Único** - O Grupo de Trabalho poderá reunir-se, extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação, ou pela maioria simples de seus membros.

**Artigo 7º** - A duração do Grupo de Trabalho estender-se-á Durante todo o período necessário à elaboração e criação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão, assim como a conclusão do ZEE e aprovação da Lei do Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado na escala 1:250.000

**Artigo 8º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS-SEMA EM SÃO LUÍS (MA), 27 DE MAIO DE 2015.**

**MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO**

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

**SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA**

**PORTARIA Nº 47, DE 27 DE MAIO DE 2015**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA,** no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE

**Art. 1º** - Criar Comissão de Apuração Sumária, para examinar despesas de exercícios anteriores e apurar as responsabilidades por sua geração, conforme art. 1º, inciso II, do Decreto Estadual nº.27.255, de 10 de fevereiro de 2011, presidida pelo servidor Kassio Adriano Menezes Gusmao, matrícula nº.2473932, e composta pelos seguintes membros, a saber: Magno Moreira Pinto Junior, matrícula nº 2473510, e Joici Kelle Dias Silva, matrícula nº.2482065.

**Art. 2º** - Determinar que os atos emanados pela Comissão devam ser firmados por todos os seus integrantes.

**Art. 3º** - Designar as servidoras Belliza Mendanha Varejao de Freitas, matrícula nº. 2489672, e Kezia Letícia da Silva Veloso, matrícula nº.2500908, para acompanharem, com orientação jurídica, a Comissão de Apuração Sumária.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA, EM SÃO LUÍS, 27 DE MAIO DE 2015.**

**JOSÉ RIBAMAR FERNANDES SOBRINHO**

Secretário de Estado de Pesca e Aquicultura

**PORTARIA Nº 48, DE 29 DE MAIO DE 2015**

Instala o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC no âmbito da Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA DO MARANHÃO,** no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011 e na Lei nº 10.217 do Estado do Maranhão, de 23 de março de 2015, especialmente o disposto em seu art. 8º, §1º, pela presente portaria:

### RESOLVE

**Art. 1º** - Instalar o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC atendendo ao disposto no art. 7º, inciso I, da Lei nº. 10.217 do Estado do Maranhão, de 23 de março de 2015, da Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura.

**Art. 2º** - O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC desta Secretaria será constituído por órgão central, ao qual se vinculará a unidade de atendimento ao cidadão, que funcionará no seguinte endereço e espaço físico: Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura, End. Rua do Norte, nº 756, Centro, CEP. 65.015-330, São Luís/MA, telefone: (98) 3221-5631.

**Parágrafo único** - No prazo de trinta dias o local de funcionamento do atendimento ao cidadão desta Secretaria deverá ser devidamente identificado.

**Art. 3º** - Designar os seguintes servidores para a gestão do serviço de Informações ao Cidadão - SIC e para atendimento ao cidadão, sem prejuízo de suas funções ordinárias:

GESTÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC			
Nome/Cargo	Matrícula/CPF	Email/Telefone	Função SIC
Patrick Souza Freire Assessor Especial	Matrícula nº.2473544 CPF nº.000.409.883-84	patrickfreires@gmail.com Telefone: (98) 3221-5631 Telefone: (98) 9914-1329 Telefone: (98) 98211-1360	Responsável - Gestão SIC
Guilherme Rodrigues da Silva Superintendente de Desenvolvimento da Pesca	Matrícula nº.2473494 CPF nº.014.009.543-80	guilhermersilva@live.com Telefone: (98) 98148-6772 Telefone: (98)98808-5293	Suplente - Gestão SIC
			Auxiliar Gestão SIC
UNIDADES DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO VINCULADAS AO SIC			
ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SEDE DA SECRETARIA			
Augusto César Bulcão Coordenador de Apoio a Pesca Artesanal	Matrícula nº.2473452 CPF nº. 067.229.113-49	cesarbulcao@yahoo.com.br Telefone: (98) 98714-8831 Telefone: (98) 3221-5631	Responsável - Atendimento ao Cidadão
Vitoria Milhomem Melo Assessor Junior	Matrícula nº.2476422 CPF nº. 046.995.033-14	vitormilhomem@hotmail.com Telefone: (98) 3221-5631 Telefone: (98) 98325-4349	Suplente - Atendimento ao Cidadão

**INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias não é de uso obrigatório. Conforme a legislação, a comprovação do cumprimento das exigências para conveniar poderá ocorrer mediante a entrega de documentos impressos diretamente ao órgão concedente.

As informações disponibilizadas serão obtidas:

- a) de cadastros ou sistemas de registro de adimplência mantidos por órgãos ou entidades federais cuja responsabilidade esteja definida em lei;
- b) de sistemas subsidiários de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal, consideradas suficientes para verificação do atendimento de requisitos fiscais; e
- c) por meio de documentação impressa, apresentada diretamente aos órgãos.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias pesquisa informações relativas a pessoas jurídicas, segundo seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cada ente federado subnacional é responsável pela relação, constante no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, de registros no CNPJ dos órgãos da sua Administração Direta e das entidades da sua Administração Indireta.

Unidade Federativa: MA - MARANHÃO

Data da

pesquisa: 07/12/2015

CNPJ Pesquisado: 05.023.045/0001-03 - ESTADO DO MARANHÃO - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO

AMBIÉ

**Atendimento aos Requisitos Fiscais:**

Requisitos Fiscais	Fonte da informação/atualização	Atendimento	Validade
<b>I - Obrigações de Adimplência Financeira</b>			
1.1 Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	PGFN/RFB Cadastro de Registro de Adimplência	ATENÇÃO [**]	
1.3 Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	CAIXA Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	15/12/2015
1.4 Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	STN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	07/12/2015
1.5 Regularidade perante o Poder Público Federal	CADIN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	07/12/2015
<b>II - Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios</b>			
2.1 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	SIAFI/Subsistema Transferências Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	07/12/2015
	SICONV Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	07/12/2015

[\*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

[\*\*] ATENÇÃO: a comprovação do item 1.1 do CAUC, referente à regularidade quanto a tributos, a contribuições previdenciárias federais e à dívida ativa da União está temporariamente desabilitada na página do CAUC. A consulta referente a este item deve ser realizada no site da RFB, em <http://www.receita.fazenda.gov.br/APLICACOES/ATSP/CERTIDAO/CNDCONJUNTAINTER/INFORMANICERTIDAO.ASP?TIPO=1>

Imprimir

Imprimir Itens

Exportar

Voltar

**SOBRE O TESOIRO NACIONAL****POLÍTICA FISCAL****DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL**Sobre o Tesouro Nacional

Missão

Quem é quem

Galeria dos Secretários

Modelo de gestão

Organograma

Nossa marca

Trabalhe no Tesouro Nacional

Conheça o Tesouro Nacional

Prêmio Tesouro Nacional

Textos para discussão

Política Fiscal

Prefeituras e Governos Estaduais

Contabilidade Pública

Fundo Soberano

Lei de Responsabilidade Fiscal

Sobre a Dívida Pública Federal

Gestão da Dívida Pública Federal

Mercado Interno

Mercado Externo

Publicações

Relacionamento com Investidor

**NOVIDADES****CENTRAL DE INFORMAÇÕES****IMPRENSA****PERGUNTAS FREQUENTES****GLOSSÁRIO****FALE CONOSCO**

Tesouro Nacional - Todos os direitos reservados  
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bloco  
P - CEP 70.048-900 Brasília - DF  
Problemas com o Portal? [portal.geifo@fazenda.gov.br](mailto:portal.geifo@fazenda.gov.br)



Ministério do Meio Ambiente

SEPRO/DSG/CGSG/CGGA

CONFERIDO

Processo autuado com 101 peças(s)

Data: 07/12/15

Mauricio

Servidor



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**



**Processo nº 02000.002151/2015-12**

**DESPACHO - DZT**

Brasília/DF, 17 de dezembro de 2015.

À Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU

Cumprimentando-a cordialmente, solicitamos a gentileza de colher a assinatura da Sr<sup>a</sup>. Secretária da SRHU na manifestação técnica elaborada por esse Departamento com vista a estabelecer Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre este Ministério e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema/MA), com vistas a fortalecer as ações do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e do Gerenciamento Costeiro no âmbito estadual.

Após a pretendida assinatura, solicitamos o direcionamento do processo ao gabinete da SEDR para análise e assinatura de seu Sr. Secretário na manifestação técnica deste Departamento, e posterior encaminhamento do processo à CONJUR para as análises devidas quanto à celebração deste instrumento de cooperação, ressaltando que as 2 (duas) minutas do ACT encontram-se acostadas na contracapa deste processo.

Atenciosamente,

*Nazare Soares*  
**NAZARÉ SOARES**

Diretora do Departamento de Zoneamento Territorial - Substituta



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO**  
**CHEFIA DE GABINETE**

**PROCESSO Nº: 02000.002151/2015-12**

**DESPACHO – GAB/SRHU**

Brasília, 22 de fevereiro de 2016.

Ao Gab da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR

1. Encaminho os autos do processo nº 02000.002151/2015-12, para assinatura do Sr. Secretário e posterior encaminhamento do processo à Conjur, conforme despacho fl. 102.

Atenciosamente,

  
**LUCIANA GONZAGA**  
Chefe de Gabinete

EM BRANCO

Recebido GAB/SEDR

23/02/16

As 16 h 02

Suzanclayr



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**



**NOTA TÉCNICA nº 22 /2015/GAB/SEDR/MMA**

Brasília/DF, 16 de dezembro de 2015.

**ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão – Processo nº 02000.002151/2015-12**

**1. DESTINATÁRIO**

Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente

**2. INTERESSADO**

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

**3. REFERÊNCIA**

**3.1.** Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

**3.2.** Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências;

**3.3.** Lei estadual nº 5.405 de 08 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção de Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão;

**3.4.** Decreto s/n, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado Consórcio ZEE Brasil, e dá outras providências;

**3.5.** Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências;

3.6. Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências;

3.7. Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências;

3.8. Decreto estadual nº 28.729, de 04 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a criação da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla;

3.9. Decreto estadual nº 29.359, de 11 de setembro de 2013, que institui a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão e o Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, e dá outras providências;

3.10. Portaria SEMA nº 55, de 27 de maio de 2015, que dispõe sobre a instituição do Grupo de Trabalho Intersetorial e Participativo – GTIP, visando à elaboração da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão – GERCO, o acompanhamento e análise dos Produtos do Zoneamento Econômico-Ecológico do Maranhão;

3.11. Lei estadual nº 10.316, de 17 de setembro de 2015, que institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER**

4.1. A presente Nota Técnica tem por objetivo analisar a pertinência quanto à celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema).

4.2. A Sema, por meio do Ofício nº 1.162/15/GS/SEMA, de 05 de novembro de 2015, formalizou interesse em celebrar instrumento de cooperação técnica de interesse mútuo, estruturado em (ACT, a ser assinado entre o MMA e o Governo do Estado do Maranhão. O expediente tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e do Gerenciamento Costeiro (GERCO), agendas de competência da Sema no Estado do Maranhão. Nesse sentido, os expedientes encaminhados apresentam um plano de trabalho contendo duas fases, subdivididas em 24 metas, com prazo de execução previsto de dois anos, contendo as especificações, indicadores físicos de monitoramento e duração, em observância à estrutura prevista nas próprias orientações da Conjur/MMA.

4.3. De acordo com o previsto no ACT, competirá ao MMA, dentre outras competências estabelecidas no escopo do instrumento: (i) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do ZEE do Brasil, de acordo com os decretos nº 4.297/02 e nº 6.288/07; (ii) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, de acordo com a lei nº 7.661/88 e o decreto nº



5.300/04; (iii) disponibilizar as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo; e (iv) acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla instituída de decreto estadual nº 28.729/12.

4.4. Por outro lado, competirá à Sema, dentre outras competências estabelecidas no escopo do instrumento: (i) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pelo acompanhamento e análise dos estudos do ZEE e pela elaboração da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico dos mesmos (ii) realizar articulação com a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla com vistas a estabelecer ações e atividades de gerenciamento costeiro no Estado; (iii) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE e da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a sua implementação.

4.5. Junto ao citado ofício, foi encaminhada (i) legislação correlata à estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e o histórico dos marcos legais correlatos às agendas ambientais no Estado do Maranhão; (ii) a documentação do Secretário da Sema, Sr. Marcelo de Araújo Costa Coelho: ato de nomeação e termo de posse, bem como demais informações pessoais – documento de identidade, CPF e comprovante de endereço – necessárias a esse procedimento administrativo. Ademais, também foram apensados ao processo: (i) o decreto nº 28.729/12 que dispõe sobre a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla e estabelece a participação da Sema na agenda; (ii) o decreto nº 29.359/13, que institui o modelo de gestão do ZEE no Estado do Maranhão, e estabelece a participação da Sema no processo de zonificação estadual; e (iii) a portaria SEMA nº 055/15 que estabelece grupo de trabalho com vistas à elaboração da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (Gerco) e o acompanhamento do recente processo estadual de ZEE na escala de 1:250.000.

4.6. Além dos mencionados documentos comprobatórios encaminhados com vistas a atender o procedimento de celebração desse instrumento de cooperação, foi realizada consulta ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferência Voluntárias (Cauc) com a finalidade de verificar as pendências do proponente junto, principalmente, ao Cadastro do Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), visto que, segundo orientações da própria consultoria jurídica dessa pasta, entende-se como incoerente a celebração de um ajuste dessa natureza com pessoa jurídica pública ou privada que se encontre em situação de pendência perante o Poder Público Federal. No momento de elaboração desse expediente técnico, o proponente não possui pendências conforme consulta no mencionado sistema informacional.

4.7. Cabe ressaltar que a Sema é membro da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (CEZEE/MA), que tem por finalidade planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão, sendo responsável também pela elaboração da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão. Nesse sentido, e tomando como base os documentos mencionados no parágrafo 4.5, justifica-se a capacidade jurídica do proponente quanto ao presente pleito solicitado ao MMA, tipificando o interesse mútuo entre as partes frente às políticas públicas ora consideradas.

**4.8.** O plano de trabalho proposto visa criar segurança jurídica entre as partes envolvidas, principalmente com vistas à continuidade do processo de ZEE do Estado e à coordenação do Gerenciamento Costeiro, como pode ser percebido na própria estrutura proposta de fases, a saber: (i) acompanhar os estudos do ZEE na escala de 1:250.000 e desenvolver plano de implementação; (ii) elaborar a minuta da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.

**4.9.** Tradicionalmente, as políticas públicas brasileiras são caracterizadas pela baixa coordenação, coerência e consistência das ações desenvolvidas. As instâncias responsáveis pela formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas ainda carecem de uma maior troca de informações e perspectivas para a construção de estratégias de intervenção transversais e mais abrangentes. Como resultado, a trajetória das políticas públicas é profundamente marcada por direções relativamente autônomas e fragmentadas, pautadas por visões distintas e, por vezes contraditórias, dos problemas e soluções.

**4.10.** Contudo, a percepção de que no núcleo dos obstáculos ao desenvolvimento está a falta de uma abordagem integrada aos problemas que atingem a sociedade, faz crescer uma tendência de se instaurar um novo modelo de gestão pautado na conciliação e no esforço mútuo dos resultados e dos meios institucionais para seu alcance, cabendo ao ZEE e aos instrumentos previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, dentre os quais o próprio zoneamento, papel fundamental nesse processo.

**4.11.** O ZEE, previsto no art. 9º da lei nº 6.938/81 e regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando suas relações econômicas, sociais e ambientais. Ao fornecer um diagnóstico sobre os meios físico-biótico, socioeconômico e sobre sua organização jurídico-institucional, oferece diretrizes de ação de acordo com as fragilidades e potencialidades do território, além de refletir os diferentes interesses da sociedade. Para tanto, sua elaboração demanda um amplo esforço de articulação institucional, objetivando a integração das ações e políticas públicas setoriais, bem como um diálogo com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território sob a óptica da sustentabilidade. Desse modo, contribui para um sistema de planejamento mais eficaz, onde os investimentos e esforços são aplicados de acordo com as peculiaridades do território, entendido como elemento central para o planejamento, tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada.

**4.12.** Considerando a estrutura de governança da agenda de ZEE a nível federal (decreto s/n, de 28 de dezembro de 2001), cabem à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e ao Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil) a articulação (art.1º, II), a coordenação do intercâmbio técnico e metodológico e a assessoria técnica (art. 6º, VI e VII) aos Estados apoiando-os na execução dos seus respectivos trabalhos de zoneamento ecológico-econômico, inclusive compatibilizando seus trabalhos com aqueles executados pelo Governo Federal. Assim, fica claro o interesse mútuo de cooperação entre o MMA, nesse caso no papel institucional de coordenador de ambos os colegiados, e o Estado do Maranhão, com vistas ao apoio técnico no processo de elaboração e implementação da citada iniciativa estadual de zoneamento.

**4.13.** No que concerne ao ambiente costeiro e marinho, por sua vez, o MMA é responsável pela coordenação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela lei





nº 7.661/88, de forma articulada com os estados e municípios, bem como pelo cumprimento de diversas convenções internacionais assinadas com os mais variados países-membros. Tal como a Política Nacional do Meio Ambiente, o PNGC prevê, além do ZEE, inúmeras outras ferramentas de orientação para o processo de planejamento e gestão territorial, necessárias para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira e como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão.

4.14. Dessa forma, o ACT em pleito é uma peça de cooperação mútua fundamental para garantir a segurança jurídica do apoio técnico do MMA nessa importante etapa na agenda do ZEE do Estado do Maranhão, bem como do acompanhamento do Gerenciamento Costeiro Estadual. Vale ressaltar, contudo, que tal apoio não implicará na transferência de recursos financeiros entre os partícipes.




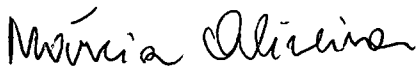
4.15. O acordo será celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Sema, com vistas a ordenar as atribuições de cada partícipe com o objetivo de alcance do objeto pactuado, conforme expresso no parágrafo 4.2.

## 5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

5.1. A partir das manifestações técnicas argumentadas na seção 4, bem como os princípios do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação tais como a aqui analisada. As disposições contidas na minuta do Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo plano de trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4.297/02 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, além do decreto nº 5.300/04.

5.2. Tendo em perspectiva essas manifestações, esse Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do Processo nº 02000.002151/2015-12 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

À consideração superior,

ASSINATURAS	
Responsáveis pela elaboração da Nota Técnica	
 <b>FELIPE LIMA RAMOS BARBOSA</b> Analista Ambiental SEDR/MMA	 <b>ANGELITA S. COELHO</b> Analista Ambiental
Gerente	Gerente
 <b>BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL</b> Gerente de Projeto	 <b>MÁRCIA REGINA LIMA DE OLIVEIRA</b> Gerente de Projeto

Márcia Regina Lima de Oliveira  
Gerente de Projeto  
SEDR/MMA

Diretora Substituta	Secretário
<p><i>Nazare Soares</i></p> <p><b>NAZARÉ SOARES</b></p> <p>Diretora do Departamento de Zoneamento Territorial - Substituta</p> <p><small>Nazare Soares Diretora Substituta do Departamento de Zoneamento Territorial SEDER/MMA</small></p>	<p><i>[Assinatura]</i></p> <p><b>CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES</b></p> <p>Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável</p> <p><i>29/02/16</i></p>

**De acordo.** Encaminhe-se para as providências necessárias.

*[Assinatura]*

**CASSANDRA MARONI NUNES**  
Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano



**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL  
GABINETE**



**Processo nº 02000.002151/2015-12**

Em 24/02/2016

**À Conjur/MMA,**

Encaminho os autos para análise jurídica da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada à contracapa.

Atenciosamente,

**RAIMUNDA HELENA NAHUM GOMES**  
Chefe de Gabinete



## PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
0200.002151/2015-12	24/02/16	11:34	SE02

*Clayton*  
Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

### DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à(o):

<input type="checkbox"/> Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos	<input checked="" type="checkbox"/> Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes	<input type="checkbox"/> Apoio Administrativo
--	--	---

**OBS:**

Brasília, 24 / 02 / 2016

*Jose Mauro de Lima O' Almeida*  
JOSE MAURO DE LIMA O' ALMEIDA  
Advogado da União  
Consultor Jurídico

### DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

<input type="checkbox"/> Fernanda Fernandes	<input type="checkbox"/> Rodrigo Magalhães	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Gustavo Carolino	<input type="checkbox"/> Tânia Arrais	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Olavo Medeiros	<input type="checkbox"/> Tayse Oliveira	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Pedro Allemann	<input type="checkbox"/> Thais Madruga	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Rafael Amorim	<input type="checkbox"/> Tiago Mendes	<input type="checkbox"/>

**OBS:** Ao Setor de Apoio Administrativo CONJUR/MMA, providenciar o cadastramento no SAPIENS. Após retornar à este CGAE

Brasília, 31/3/2016

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

*Tania Arrais Monteiro*  
TANIA ARRAIS MONTEIRO  
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

### DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

### Assessoria Técnica

Nome: Maria Amélia

Data: 26/02/2016

### RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Advogado(a)/Servidor(a)

### DEVOLUÇÃO

Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com: \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

Advogado(a)/Servidor(a)

### ARQUIVO/SAA



## **Relatório de Operações do SAPIENS:**

**As seguintes operações foram realizadas com sucesso:**

Tarefa criada com sucesso no NUP 02000.002151/2015-12 para TÂNIA MARA ARRAIS MONTEIRO!



**PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA**

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
02000-002358/2015-32	04/03/2016	14:32	SEDR

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

**DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO**

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☐ Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☐ Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐ Apoio Administrativo

**OBS:**

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

\_\_\_\_\_  
Consultor Jurídico

**DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL**

Distribuíam-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐ Fernanda Fernandes  
☐ Gustavo Carolino  
☐ Olavo Medeiros  
☐ Pedro Allemand  
☐ Rafael Amorim

☐ Rodrigo Magalhães  
☐ Tânia Arrais  
☐ Tayse Oliveira  
☐ Thais Madruga  
☐ Tiago Mendes

☐ \_\_\_\_\_  
☐ \_\_\_\_\_  
☐ \_\_\_\_\_  
☐ \_\_\_\_\_  
☐ \_\_\_\_\_

**OBS:**

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

\_\_\_\_\_  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

\_\_\_\_\_  
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

**DISTRIBUIÇÃO**

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/201\_\_

\_\_\_\_\_  
Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

**Assessoria Técnica**

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

**RECEBIMENTO**

Recebi os presentes autos.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)/Servidor(a)

**DEVOLUÇÃO**

Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com: \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)/Servidor(a)

**ARQUIVO/SAA**

**TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO**

Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente

Nesta data fazo a juntada dos seguintes autos de seguinte manifestação:

☒ Parecer ☐ Nota ☐ Carta ☐ Informação ☐ Despacho ☐ Outros

nº 13 /2013, de fls. 111 a 113, tendo como signatário(a) o(s) Dr(a)

DRA - TANIA

Brasília, 08 03 / 16 às 10.40

  
Assinatura e Carimbo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES - CONJUR

**PARECER n. 00013/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.002151/2015-12**

**INTERESSADOS: ESTADO DO MATO GROSSO - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - IMPLEMENTAÇÃO DO ZEE**

**REFERÊNCIA: Nota Técnica nº 22/2015/GAB/SEDR/MMA**

**EMENTA: CGCA. ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DO ESTADO DO MARANHÃO. COOPERAÇÃO PARA FORTALECER AS AÇÕES DO ZEE E DO GERCO NO ESTADO DO MARANHÃO. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. VIABILIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.**

I- A LC nº 140/ 2011 fixa a competência administrativa da União para a elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, cabendo aos Estados elaborar o ZEE de âmbito estadual;

II- O Código Florestal brasileiro- Lei nº 12.651/2012, determina o prazo de cinco anos para que todos os Estados elaborem e aprovem seus ZEÊs, de conformidade com a metodologia unificada estabelecida em norma federal.

Senhor Consultor Jurídico,

**I - RELATÓRIO**

97



Cuida-se da celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Maranhão, através da sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), cujo objeto é o estabelecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e do gerenciamento costeiro (GERCO) do Estado do Maranhão.

2. A SEMA-MA demonstrou interesse no estabelecimento de parceria com este Ministério para implementação do ZEE e GERCO, conforme se verifica no documento de fl. 03.

3. Sob o aspecto técnico da proposta de Cooperação a ser firmada com o Estado do Maranhão, a área técnica deste Ministério manifestou-se por meio da Nota Técnica nº 22/2015/GAB/SEDR/MMA (fls. 104/106).

4. Consta dos autos a seguinte documentação: (i) Ofício nº 1162/2015, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (fl.03); (ii) Minuta de Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho (contracapa); (iii) documentos da SEMA-MA e do seu representante legal necessários à formalização do ajuste (fls. 12/33-91/101); (iv) Nota Técnica nº 22/2015/GAB/SEDR/MMA (fls. 104/106) entre outros.

5. Eis o breve relatório, passa-se à apreciação da matéria em apreço.

## **II - APRECIÇÃO JURÍDICA**

6. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais das minutas acostadas aos autos.

7. A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos partícipes e tem por escopo estabelecer as condições da cooperação, visando o fortalecimento das ações do ZEE e do GERCO no Estado do Maranhão.

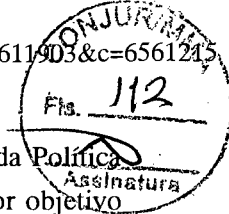
8. A área técnica do MMA se pronunciou sobre a conveniência e oportunidade da assinatura do presente Acordo de Cooperação- Nota Técnica nº 22/2015/GAB/SEDR/MMA (fls. 104/106), manifestando-se pela sua viabilidade, senão vejamos:

(...)

5.1. A partir das manifestações técnicas argumentadas na seção 4, bem como os princípios do Sistema Nacional de meio Ambiente (Sisnama), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação tais como aqui analisada. As disposições contidas na minuta de Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4.297/02 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, além do decreto nº 5.300/04.

5.2. Tendo em perspectiva essas manifestações, esse Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do processo nº 02000.002151/2015-12 à Consultoria jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

9. Registre-se que será sempre da inteira responsabilidade do setor técnico competente a avaliação acerca da conveniência e oportunidade, bem como a apreciação dos motivos que determinarão a celebração dos instrumentos administrativos, cuja validade, consoante a Teoria dos Motivos Determinantes, fica condicionada a existência dos motivos.



10. Impende ressaltar que o Zoneamento Ecológico- Econômico é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, consoante previsto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/81, que tem por objetivo estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental, com vistas a assegurar a qualidade do meio ambiente, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo, assim, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população[1].

11. Trata-se de um instrumento de organização territorial que deve ser obrigatoriamente seguido quando da implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas[2].

12. O Zoneamento Ambiental constitui ato de competência comum das três esferas governamentais (União, estados e municípios) como pode ser observado nos artigos 7º à 9º da Lei Complementar nº 140/2011, que dispõe sobre as normas de cooperação entre os referidos entes nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

13. Assim, afigura-se como competência da União elaborar o zoneamento ambiental de âmbito nacional e regional; aos estados elaborar o zoneamento ambiental de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional e aos municípios elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais, nos termos do art. 7º, 8º e 9º da LC nº 140/2011, respectivamente.

14. A cooperação para elaboração e execução do ZEE no âmbito dos Estados tem respaldo no art. 6º, parágrafo primeiro, do Decreto nº 4.297/2010, que assim dispõe:

§ 1º O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de documento apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, preenchidos os requisitos previstos neste Decreto.

15. No que diz respeito ao gerenciamento costeiro, este Ministério é responsável pela coordenação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), devendo atuar em articulação com os Estados e Municípios- Lei nº 7.661/88 e Decreto nº 5.300/04.

16. No que concerne à minuta apresentada à contracapa dos autos, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 4.297/2002. **Sugiro, contudo, que a redação da Cláusula Primeira- Do objeto, seja mais específica quanto as ações da cooperação a ser firmada, tornando-a menos ampla, para que possa compatibilizar-se com as demais cláusulas do instrumento e do próprio objeto descrito no Plano de Trabalho.** Por exemplo, afirmar que a cooperação visa a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico- Econômico (ZEE) e do Gerenciamento Costeiro no estado do Maranhão, determinando as regiões e sub-regiões abrangidas pelas ações, escalas da ZEE e MacroZEE, eventual articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal ou outro bioma envolvido, etc.

17. Quanto aos demais requisitos jurídico-formais, verifica-se que os autos **foram instruídos** com a documentação necessária à formalização do instrumento, consoante disposto na Nota nº 072/2013 /CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta, que dispõe sobre as Orientações Jurídicas para a elaboração dos Acordos de Cooperação Técnica no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, **sendo recomendável**, contudo, que se acoste aos autos consulta realizada junto ao CADIN e SIAFI, demonstrando que não há quaisquer pendências do proponente junto à União, entidades da Administração Pública Federal Indireta ou a elas vinculadas.

18. Ressalte-se que o instrumento a ser firmado não prevê qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

7

### III - CONCLUSÃO

19. Ante o exposto, considerando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada à contracapa dos autos, opino favoravelmente à celebração do ajuste pretendido, **observadas as recomendações constantes neste opinativo, especialmente nos seus itens 16 e 17.**

À consideração superior e após sugiro o encaminhamento dos autos à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para as providências decorrentes.

Brasília, 07 de março de 2016.



TÂNIA MARA ARRAIS MONTEIRO

PROCURADOR FEDERAL

COORDENADORA-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

CONJUR/MMA

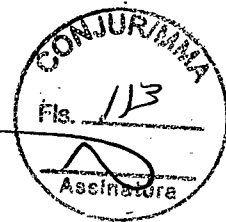
---

[1] Art. 2º do Decreto 4297/02, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

1. [2] Op. Cit...

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000002151201512 e da chave de acesso 276368ef



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

**DESPACHO n. 00128/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.002489/2013-11**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**

**ASSUNTOS: CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES**

1. Aprovo **PARECER n. 00012/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU.**
2. Encaminhem-se conforme sugerido.

Brasília, 07 de março de 2016.

**JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**

**ADVOGADO DA UNIÃO**

**CONSULTOR JURÍDICO**

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000002489201311 e da chave de acesso bfb5ea6f

TERMO DE REMESSA  
Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente  
Nesta data faço a remessa dos presentes autos à(s)

SEDR

Brasília 08, 03, 16 de 10.41

Assinatura e Carimbo

RECEBIDO NA SEDR

Em 08/08/16

As 11:07

Lucas Fraga

TERMO DE REMESSA  
Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente  
Nesta data faço a remessa das presentes autos à(o)

SCBR

Brasília 08, 03, 16 de 10.41

Assinatura e Carimbo

BIDO NA SEDR

8/03/16

11:07

frança



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL  
GABINETE



Processo nº 02000.002151/2015-12


Fls. 114

Em 08/03/2016

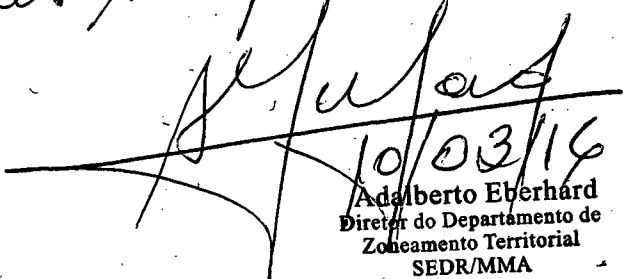
Ao DZT,

Encaminhamos o presente processo para conhecimento do Parecer nº 13/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU e demais providências.

Atenciosamente,

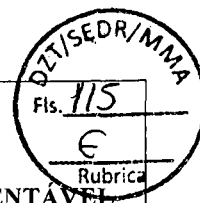
  
**RAIMUNDA HELENA NAHUM GOMES**  
Chefe de Gabinete

*Gerência de SEE  
para análise e providên-  
cias no que couber.*

  
10/03/16  
**Adalberto Eberhard**  
Diretor do Departamento de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA




**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**



Processo nº 02000.002151/2015-12

**DESPACHO - DZT**

Brasília/DF,  de março de 2016.

À Sr<sup>a</sup>. Chefe de Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Cumprimentando-a cordialmente, e fazendo referência ao despacho dos autos a este Departamento (fl. 114), informamos que as sugestões apresentadas no âmbito do Parecer nº 00013/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU (fls. 111 a 113) foram devidamente incorporadas no Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

Cabe ressaltar que a sugestão apresentada no parágrafo 17 da respectiva manifestação jurídica, recomendando a incorporação de consulta do CNPJ do proponente ao Cadastro Informativo de Créditos Não-quitados do setor público federal (CADIN) e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) nos autos do processo, já se encontra registrada na folha 101, momento em que foi verificada a comprovação de adimplência do proponente junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC).

Solicitamos, portanto, o encaminhamento das duas vias do mencionado ACT, acostadas à contracapa deste processo, para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão com vistas a assinatura do instrumento. Nesse sentido, minuta de ofício enviando as vias do ACT ao Estado do Maranhão também se encontra presente na contracapa do processo.

Atenciosamente,

  
**ADALBERTO EBERHARD**  
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial  
Adalberto Eberhard  
Diretor do Departamento de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar Sala 700 Brasília-DF CEP: 70068-900  
Tel: (61) 2028-1091

SEDR/MMA

Fls. 116

rubrica

Ofício n.º 51 /2016/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 31 de março de 2016

A Sua Senhoria

**MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão

Rua dos Búzios, Qd 35, Lote 18, Calhau.

**65.071-700 – São Luís/MA**

**Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Maranhão**

Prezado Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos para assinatura duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais, visando apoiar o fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE), especificamente no tocante ao processo de elaboração do ZEE (1:250.000) na porção estadual do bioma amazônico, bem como do gerenciamento costeiro (GERCO).

2. Assim, na expectativa de que o presente instrumento de cooperação contribua para o aprofundamento da parceria entre o MMA e o Estado do Maranhão, reiteramos nossos votos de estima e consideração e solicitamos que, após a assinatura das duas vias do Acordo de Cooperação Técnica e seu respectivo Plano de Trabalho, as mesmas sejam remetidas novamente ao MMA para as providências de publicação no Diário Oficial da União.

3. Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

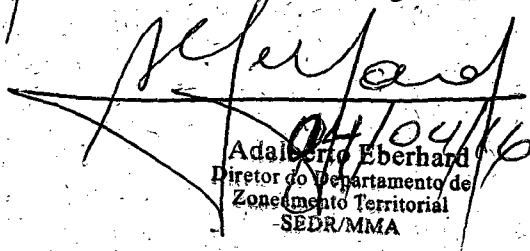
AO 027,

PARA CONHECIMENTO 05/04/16



OZIL JUNIOR  
CHEFE DE DIVISÃO - SUBSTITUTO  
MATRICULA: 1787065

A Guência de ZEE para  
acompanhamento.



Adalberto Eberhard  
Diretor do Departamento de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA



## Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.012422/2016-00

Data do Protocolo: 07/06/2016

Hora do Protocolo: 14:55:38

Nº do Documento: 0605

Data do Documento: 24/05/2016

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO]

Signatário/Cargo: MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO/Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Resumo: Encaminha Acordo de Cooperação Técnica visando o fortalecimento das ações de Zoneamento Econômico - ZEE e do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão - GERCO.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

<p>1º</p> <p>AO DZT, p/ ajustes devidos.</p> <p>Att. Rafael S. F. Gangana Chefe de Gabinete/SEDR Instituto</p> <p>107/06/16</p>	<p>2º</p> <p>À Gerência do ZEE, para as demais providências, atentando à mudança na direção da SEDR.</p> <p>Att.</p> <p>09/06/16</p> <p>Buap. Sabe Diretor (a) Substituto (a) Departamento de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</p>
<p>3º</p> <p>Informo que os respectivos autos foram devidamente incorporado no processo nº 02000.002151/2015-12.</p> <p>Att.</p> <p>10/06/16</p> <p>Felipe R. Barbosa Analista Ambiental - Siapa 177815.</p>	<p>4º</p>
<p>5º</p> <p>DZT/SEDR/MMA</p>	<p>6º</p>



**\* GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO**  
**MARANHÃO – SEMA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**URGENTE**



**OFÍCIO Nº. 0605/16/GS/SEMA**

São Luís, 24 de maio de 2016.

Ao Senhor

**Dr. CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar

70068-900 - Brasília – DF

**ASSUNTO:** Encaminha Acordo de Cooperação Técnica visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Econômico-Ecológico-ZEE e do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão-GERCO.

Senhor Secretário,

Estamos encaminhando a V.Sa. em anexo, **02 vias originais** do Acordo de Cooperação Técnica, devidamente assinadas pelo titular desta Pasta, que tem por objeto o Fortalecimento das Ações do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão, para fins de subscrição e formalidades de praxe.

Colocando-nos à disposição, reiteramos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais



**Ministério do Meio Ambiente**



**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO E DO GERENCIAMENTO COSTEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO.**

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco B, apto. 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.736-020, portador da Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS), inscrito no CPF sob o nº 606.955.950-91 e nomeado Secretário pela Portaria nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2015, e o **ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.023.045/0001-03, com sede na Avenida dos Holandeses, nº 04, quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau, São Luís/MA, CEP 65.071-380, neste ato representada por seu Secretário, **MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua H15, nº 01, quadra 05, Condomínio Ilhas Gregas, Torre Santorine, apartamento 704, Olho D'Água, São Luís/MA, CEP 65.071-380, portador da Carteira de Identidade nº 047520262013-9 (SSP/MA), inscrito no CPF sob o nº 286.538.743-72 e nomeado Secretário por Ato do Governador do Estado publicado no Diário Oficial do Estado em 02 de janeiro de 2015, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os Partícipes visando o fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) – especificamente no tocante ao processo de elaboração do ZEE, na escala de 1:250.000, na porção estadual do bioma amazônico, de forma articulada ao MacroZEE da Amazônia Legal e ao MacroZEE do Estado do Maranhão – e do gerenciamento costeiro (GERCO) – em especial no que diz respeito ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e ao Projeto Orla – sob competência da SEMA no Estado do Maranhão.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES**

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos Partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, de acordo com a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, e o Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004;

c) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

d) assistir o Estado do Maranhão no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado do Maranhão;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado do Maranhão, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado do Maranhão;

f) colocar à disposição do Estado do Maranhão as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua

responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

g) auxiliar o Estado do Maranhão no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

h) apoiar o Estado do Maranhão no desenvolvimento dos instrumentos previstos no art. 7º do Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, quando de sua competência;

i) acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla instituída pelo Decreto Estadual nº 28.729, de 04 de dezembro de 2012;

j) discutir com o Estado do Maranhão o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

k) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado do Maranhão; e

l) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

## II – Compete ao Estado do Maranhão, por intermédio da SEMA:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pelo acompanhamento e análise dos estudos do ZEE e pela elaboração da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico dos mesmos;

b) articular Grupo de Trabalho Intersectorial e Participativo, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado;

c) realizar articulação com a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla com vistas a estabelecer ações e atividades de gerenciamento costeiro no Estado;

d) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE e da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a sua implementação;

e) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos, privados e sociedade civil para o uso e aplicação da base de informações do ZEE e do gerenciamento costeiro do Estado do Maranhão;

f) definir, conjuntamente com outras instituições partícipes do CEZEE meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado do Maranhão;



g) definir com os membros da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla os meios que garantam a divulgação, o acesso às informações do Projeto e do colegiado costeiro do Estado do Maranhão;

h) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

i) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

j) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPEES**

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

**Parágrafo único.** Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de





2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 meses (vinte e quatro meses), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

#### **CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES**

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

#### **CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

#### **CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

#### **CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.


## CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de de 2016.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR

  
**MARCELO DE ARAÚJO COSTA COÊLHO**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do  
Maranhão – SEMA

TESTEMUNHAS:

Licene Soares Pereira  
Nome:  
CPF nº: 373.801.173-00  
CI nº: 1000.173-SSP-RJ

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
CI nº:



## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA		<b>CNPJ/MF:</b> 05.023.045/0001-03
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida dos Holandeses, nº 04, quadra 06, Edifício Manhattan - Calhau		
<b>CIDADE:</b> São Luís	<b>UF:</b> Maranhão	<b>CEP:</b> 65.071-380
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Marcelo de Araújo Costa Coêlho		<b>CPF:</b> 286.538.743-72
<b>REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> 047520262013-9 (SSP/MA)		
<b>ENDEREÇO:</b> Rua H15, nº 01, quadra 05, Condomínio Ilhas Gregas, Torre Santorine, apartamento 704 – Olho D' Água – São Luís/MA – CEP 65.071-380		

### 2. OUTRO PARTÍCIPE

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		<b>CNPJ/MF:</b> 37.115.375/0001-07
<b>ENDEREÇO:</b> Esplanadas dos Ministérios – Bloco "B", sala 700		
<b>CIDADE:</b> Brasília	<b>UF:</b> Distrito Federal	<b>CEP:</b> 70.068-901
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Carlos Mário Guedes de Guedes		<b>CPF:</b> 606.955.950-91
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE:</b> 3.036.435.679	<b>ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> SSP/RS	<b>CARGO:</b> Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

**Título do Projeto:**

Fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) – especificamente no tocante ao processo de elaboração do ZEE, na escala de 1:250.000, na porção estadual do bioma amazônico, de forma articulada ao MacroZEE da Amazônia Legal e ao MacroZEE do Estado do Maranhão – e do gerenciamento costeiro (GERCO) – em especial no que diz respeito ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e ao Projeto Orla – sob competência da SEMA no Estado do Maranhão.

**Prazo para execução:**

24 meses.

**Identificação do objeto:**

As políticas de ordenamento territorial têm se constituído importantes instrumentos de gestão pública, em nível de planejamento e execução, além de possibilitar a resolução de conflitos socioambientais decorrentes dos diferentes usos e interesses do espaço geográfico.

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e o gerenciamento costeiro (GERCO) aparecem como instrumentos que podem servir de fio condutor para um melhor planejamento do território, equacionando as graves problemáticas advindas do uso inadequado dos espaços, ou mesmo da ausência de gestão pública.

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

O Maranhão possui o seu MacroZEE escala de 1:1.000.000, finalizado e instituído por meio da lei estadual nº 10.361 de 17 de setembro de 2015, e estará iniciando o processo de elaboração do ZEE na escala de 1:250.000 na porção do bioma Amazônia localizada em seu território.

O Gerenciamento Costeiro, por sua vez, é um programa que tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. No estado, a Coordenação Estadual do Gerenciamento Costeiro é de responsabilidade da SEMA, tendo como objetivo prioritário, elaborar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e instituir e implementar seus instrumentos de gestão, bem como articular a gestão costeira com os 40 municípios costeiros maranhenses.



#### 4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
	<b>Ações referentes ao Zoneamento Ecológico-Econômico</b>		<b>1</b>	<b>510</b>
META 1	Apresentar plano de trabalho de acordo com as diretrizes de atuação no ZEE e GERCO/MA	Plano aprovado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial e Participativo ZEE/GERCO da SEMA (Portaria 055/2015)	1	15
META 2	Realizar levantamento sistemático da base de dados da SEMA que possam contribuir para a elaboração do ZEE e da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	Base de dados levantada	15	45
META 4	Realizar apresentações para técnicos, analistas e sociedade civil disseminando o conhecimento e a utilização do MacroZEE do Estado do Maranhão	Capacitações realizadas	20	100
META 5	Acompanhar os estudos do ZEE na escala de 1:250.000 na porção estadual do bioma amazônico	Participação em reuniões técnicas convocadas pela coordenação do ZEE	140	365
META 6	Analisar e avaliar os documentos apresentados pela responsável pela elaboração do ZEE na escala de 1:250.000	Relatórios e pareceres apresentados	140	365
META 7	Elaboração de notas técnicas, relatórios e pareceres acerca do posicionamento da SEMA quanto às temáticas discutidas durante o processo de elaboração do ZEE na escala de 1:250.000	Relatórios, notas técnicas e pareceres elaborados	140	365
META 8	Estratégias de divulgação do MacroZEE e do ZEE do bioma amazônico no âmbito da SEMA.	Elaboração de materiais de divulgação e release para divulgação impressa e digital	30	365
META 9	Atualização e organização do link sobre o ZEE e o GERCO no endereço eletrônico da SEMA	Página atualizada com dados disponíveis e informações	60	250

META 10	Capacitação dos técnicos da SEMA no uso do banco de dados geográficos do MacroZEE e do ZEE do bioma amazônico	Capacitações realizadas	150	450
META 11	Desenvolvimento de plano estratégico para implementação das ações previstas no MacroZEE e no ZEE do bioma amazônico	Plano elaborado	450	510
<b>Ações referentes ao Gerenciamento Costeiro</b>			<b>30</b>	<b>760</b>
META 12	Elaboração da minuta da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	Minuta elaborada	30	120
META 13	Elaboração da minuta do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro	Minuta elaborada	30	120
META 14	Atualização do Plano de Ação para o fortalecimento do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão	Plano elaborado	30	60
META 15	Desenvolver, executar e monitorar o Plano de Ação do Projeto Orla no Estado do Maranhão	Plano elaborado, relatórios de atividades	50	75
META 16	Acordo de Cooperação Técnica entre municípios, SEMA e SPU/MP para o fortalecimento da Gestão Costeira	Termo de referência do Acordo	360	520
META 17	Articular as ações do GERCO com as metas do Pan Manguezal	Plano de ação compartilhado elaborado	200	300
META 18	Elaboração e desenvolvimento de projetos objetivando a captação de recursos para promoção da Gestão Costeira	Projetos elaborados	300	330
META 19	Desenvolvimento de Plano de Ação Articulado com outras superintendências para a implementação dos instrumentos do Gerenciamento Costeiro	Plano elaborado	30	75
META 20	Organização e execução das oficinas participativas nos municípios costeiros para implementação da gestão costeira no Estado do Maranhão	Capacitações realizadas, Oficinas executadas, Atas de Reunião, Relatórios	30	630

META 21	Realização de visitas técnicas aos municípios costeiros	Visitas realizadas, registros fotográficos, relatórios técnicos e boletins informativos	100	550
META 22	Elaboração de material de divulgação do gerenciamento costeiro e do Projeto Orla	Página específica do GERCO e do Projeto Orla no site da SEMA, mídias sociais, aplicativos, folders, releases, cartilhas, panfletos e vídeos	90	160
META 23	Disponibilizar informações sobre a balneabilidade das praias	Página específica sobre balneabilidade no portal eletrônico da SEMA elaborada e disponibilização de informações entre a página da SEMA e a do MMA	120	760
META 24	Organização de seminário sobre Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão	Seminário realizado.	600	630
META 25	Promover e coordenar as reuniões da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla e do GERCO	Reuniões realizadas	30	760

OBS: (\*) dias a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica

E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, de

de 2016.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR



**MARCELO DE ARAÚJO COSTA COÊLHO**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do  
Maranhão – SEMA

TESTEMUNHAS:

Lime Soares Pereira

Nome:

CPF nº: 393801-193-00

Cl nº: 1.000-193-SSP-PJ.

Nome:

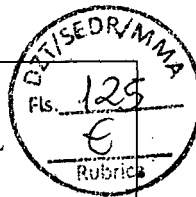
CPF nº:

Cl nº:





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**



**Processo nº 02000.002151/2015-12**

**DESPACHO - DZT**

Brasília/DF, de junho de 2016.

Ao Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

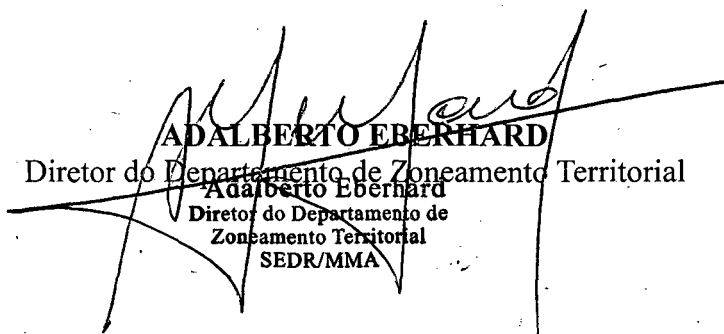
Cumprimentando-o cordialmente, e fazendo referência ao Ofício nº 0605/16/GS/SEMA de 24 de maio de 2016 (fl. 118), encaminhamos novamente para assinatura as duas vias do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), a ser firmado entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais, visando apoiar o fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e do gerenciamento costeiro.

Este processo se faz necessário visto as recentes mudanças no âmbito do Governo Federal, especialmente quanto à representação formal da SEDR. Assim, o citado instrumento de cooperação, acostado à contracapa deste processo, foi retificado com vistas a garantir a atual representação interina da Secretária, no caso a Sr.<sup>a</sup> Juliana Ferreira Simões.

Neste sentido, solicitamos a assinatura da Sr.<sup>a</sup> Secretária Substituta no mencionado instrumento e seu posterior envio para assinatura por parte do representante legal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão. Ademais, quando do retorno das duas vias do ACT, solicitamos o envio de seu extrato, também acostado na contracapa do processo, para a devida publicação no Diário Oficial da União (DOU). Por fim, solicitamos uma cópia do ofício, a ser assinado, para monitoramento da agenda junto aos representantes do estado.

Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos e complementações.

Atenciosamente,

  
**ADALBERTO EBERHARD**  
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial  
Adalberto Eberhard  
Diretor do Departamento de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar Sala 700 Brasília-DF CEP: 70068-900  
Tel: (61) 2028-1091

Ofício n.º 118 /2016/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 17 de junho de 2016

Ao Senhor

**MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão

Rua dos Búzios, Qd 35, Lote 18, Calhau

65.071-700 – São Luís/MA

**Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Maranhão.**

Senhor Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, e fazendo referência ao Ofício n.º 0605/16/GS/SEMA de 24 de maio de 2016, encaminhamos novamente para assinatura as duas vias do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser firmado entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais, visando apoiar o fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE), especificamente no tocante ao processo de elaboração do ZEE (1:250.000) na porção estadual do bioma amazônico, bem como do gerenciamento costeiro (GERCO).
2. Este processo se faz necessário em razão das recentes mudanças no âmbito do Governo Federal, especialmente quanto à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Assim, o citado ACT foi retificado com vistas a garantir a atual representação, no caso a Senhora Juliana Ferreira Simões.
3. Neste sentido, segue anexo duas vias assinadas do ACT e solicitamos que, após a assinatura das duas vias do Acordo de Cooperação Técnica e seu respectivo Plano de Trabalho, uma delas seja remetida novamente ao MMA para as providências de publicação no Diário Oficial da União.
4. Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**JULIANA FERREIRA SIMÕES**  
Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Substituta



SEDR/MMA  
Fls. 127  
*[Assinatura]*  
rubrica

## Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.019584/2016-00

Data do Protocolo: 23/08/2016

Hora do Protocolo: 11:21:51

Nº do Documento: 0929

Data do Documento: 10/08/2016

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS]

Signatário/Cargo: MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO/Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Resumo: Referência: Ofício nº 118/2016/GAB/SEDR/MMA de 17/06/2016 - Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Maranhão.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º Ao DZT, p/ ciência e demais providências. Att, Rafael S. F. Ganga, 23/08/16 Rafael S. F. Ganga Chefe de Gabinete/SEDR Substituto.	2º
3º	4º
5º	6º



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO Nº. 0929/16/GS/SEMA

São Luís, 10 de agosto de 2016.

A Senhora

**Dra. JULIANA FERREIRA SIMÕES**

Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Substituta  
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável -SEDR  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS  
RENOVÁVEIS – IBAMA  
SCEN Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA – Cx. Postal nº 09566  
70818-900 – Brasília-DF

**REFERÊNCIA:** Ofício nº 118/2016/GAB/SEDR/MMA de 17.06.2016 - Acordo de  
Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente-MMA e o Estado do  
Maranhão.

Senhora Secretária,

Apraz-nos encaminhar a V.Sa. em anexo, para providências quanto à  
publicação, **01** (via ) via do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o  
Ministério do Meio Ambiente-MMA por intermédio da Secretaria de Extrativismo e  
Desenvolvimento Rural Sustentável e o Estado do Maranhão, por meio da  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema, visando o  
fortalecimento das ações do Zoneamento Ecológico-Econômico e do  
Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão.

Ao ensejo renovamos a V.Sa. protestos de estima consideração.

Atenciosamente,

**MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA/MA**

**Sede:** Avenida dos Holandeses, Quadra 06, nº 04, Edifício Manhattan – Calhau – 65071-380 –  
São Luís-MA – Fone: 98-3194-8900/3194-8937/8911.

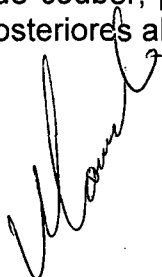
**Site:** <http://www.sema.ma.gov.br/>

**E-mail:** gabinete@sema.ma.gov.br

**Ministério do Meio Ambiente**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO  
AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL,  
E O ESTADO DO MARANHÃO, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO  
DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS  
NATURAIS, VISANDO O FORTALECIMENTO  
DAS AÇÕES DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-  
ECONÔMICO E DO GERENCIAMENTO  
COSTEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO.**

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por sua Secretária Substituta, **JULIANA FERREIRA SIMÕES**, brasileira, casada, residente e domiciliada na SQS 405, Bloco N, apto. 103, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.239-140, portador da Carteira de Identidade nº 1.283.701 (SSP/DF), inscrita no CPF sob o nº 022.105.677-77 e nomeada Secretária Substituta pela Portaria nº 231, publicada no Diário Oficial da União em 21 de julho de 2015, e o **ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.023.045/0001-03, com sede na Avenida dos Holandeses, nº 04, quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau, São Luís/MA, CEP 65.071-380, neste ato representada por seu Secretário, **MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua H15, nº 01, quadra 05, Condomínio Ilhas Gregas, Torre Santorini, apartamento 704, Olho D'Água, São Luís/MA, CEP 65.071-380, portador da Carteira de Identidade nº 047520262013-9 (SSP/MA), inscrito no CPF sob o nº 286.538.743-72 e nomeado Secretário por Ato do Governador do Estado publicado no Diário Oficial do Estado em 02 de janeiro de 2015, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:



## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os Partícipes visando o fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) – especificamente no tocante ao processo de elaboração do ZEE, na escala de 1:250.000, na porção estadual do bioma amazônico, de forma articulada ao MacroZEE da Amazônia Legal e ao MacroZEE do Estado do Maranhão – e do gerenciamento costeiro (GERCO) – em especial no que diz respeito ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e ao Projeto Orla – sob competência da SEMA no Estado do Maranhão.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos Partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, de acordo com a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, e o Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004;

c) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

d) assistir o Estado do Maranhão no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado do Maranhão;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado do Maranhão, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado do Maranhão;

f) colocar à disposição do Estado do Maranhão as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua

responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

g) auxiliar o Estado do Maranhão no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

h) apoiar o Estado do Maranhão no desenvolvimento dos instrumentos previstos no art. 7º do Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, quando de sua competência;

i) acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla instituída pelo Decreto Estadual nº 28.729, de 04 de dezembro de 2012;

j) discutir com o Estado do Maranhão o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

k) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado do Maranhão; e

l) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado do Maranhão, por intermédio da SEMA:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pelo acompanhamento e análise dos estudos do ZEE e pela elaboração da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico dos mesmos;

b) articular Grupo de Trabalho Intersetorial e Participativo, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado;

c) realizar articulação com a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla com vistas a estabelecer ações e atividades de gerenciamento costeiro no Estado;

d) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE e da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado do Maranhão em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a sua implementação;

e) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos, privados e sociedade civil para o uso e aplicação da base de informações do ZEE e do gerenciamento costeiro do Estado do Maranhão;

f) definir, conjuntamente com outras instituições partícipes do CEZEE meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado do Maranhão;



g) definir com os membros da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla os meios que garantam a divulgação, o acesso às informações do Projeto e do colegiado costeiro do Estado do Maranhão;

h) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

i) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

j) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPES**

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

**Parágrafo único.** Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de



2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 meses (vinte e quatro meses), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

#### **CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES**

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

#### **CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.


#### **CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

#### **CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



## CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

## CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, 25 de agosto de 2016.



**JULIANA FERREIRA SIMÕES**

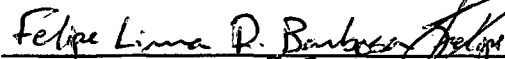
Secretária Substituta de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR



**MARCELO DE ARAÚJO COSTA COÊLHO**

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do  
Maranhão – SEMA

TESTEMUNHAS:



Nome: Felipe Lima D. Barbosa  
CPF nº: 002.969.837-60  
CI nº: 2560160-SSP/DF



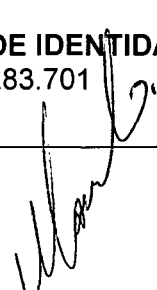
Nome: FÁBIO DE ALMEIDA A. PADUA  
CPF nº: 091094067-35  
CI nº: 108694605 - IFP/RJ

## PLANO DE TRABALHO

## 1. DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA		<b>CNPJ/MF:</b> 05.023.045/0001-03
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida dos Holandeses, nº 04, quadra 06, Edifício Manhattan - Calhau		
<b>CIDADE:</b> São Luís	<b>UF:</b> Maranhão	<b>CEP:</b> 65.071-380
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Marcelo de Araújo Costa Coêlho	<b>CPF:</b> 286.538.743-72	
<b>REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> 047520262013-9 (SSP/MA)		
<b>ENDEREÇO:</b> Rua H15, nº 01, quadra 05, Condomínio Ilhas Gregas, Torre Santorine, apartamento 704 - Olho D' Água - São Luís/MA - CEP 65.071-380		

## 2. OUTRO PARTÍCIPE

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		<b>CNPJ/MF:</b> 37.115.375/0001-07
<b>ENDEREÇO:</b> Esplanadas dos Ministérios - Bloco "B", sala 700		
<b>CIDADE:</b> Brasília	<b>UF:</b> Distrito Federal	<b>CEP:</b> 70.068-901
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Juliana Ferreira Simões	<b>CPF:</b> 022.105.677-77	
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE:</b> 1.283.701 	<b>ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> SSP/DF	<b>CARGO:</b> Secretária Substituta de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

**Título do Projeto:**

Fortalecimento das ações do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) – especificamente no tocante ao processo de elaboração do ZEE, na escala de 1:250.000, na porção estadual do bioma amazônico, de forma articulada ao MacroZEE da Amazônia Legal e ao MacroZEE do Estado do Maranhão – e do gerenciamento costeiro (GERCO) – em especial no que diz respeito ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e ao Projeto Orla – sob competência da SEMA no Estado do Maranhão.

**Prazo para execução:**

24 meses.

**Identificação do objeto:**

As políticas de ordenamento territorial têm se constituído importantes instrumentos de gestão pública, em nível de planejamento e execução, além de possibilitar a resolução de conflitos socioambientais decorrentes dos diferentes usos e interesses do espaço geográfico.

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e o gerenciamento costeiro (GERCO) aparecem como instrumentos que podem servir de fio condutor para um melhor planejamento do território, equacionando as graves problemáticas advindas do uso inadequado dos espaços, ou mesmo da ausência de gestão pública.

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsidio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

O Maranhão possui o seu MacroZEE escala de 1:1.000.000, finalizado e instituído por meio da lei estadual nº 10.361 de 17 de setembro de 2015, e estará iniciando o processo de elaboração do ZEE na escala de 1:250.000 na porção do bioma Amazônia localizada em seu território.

O Gerenciamento Costeiro, por sua vez, é um programa que tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. No estado, a Coordenação Estadual do Gerenciamento Costeiro é de responsabilidade da SEMA, tendo como objetivo prioritário, elaborar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e instituir e implementar seus instrumentos de gestão, bem como articular a gestão costeira com os 40 municípios costeiros maranhenses.



## 4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
	<b>Ações referentes ao Zoneamento Ecológico-Econômico</b>		<b>1</b>	<b>510</b>
META 1	Apresentar plano de trabalho de acordo com as diretrizes de atuação no ZEE e GERCO/MA	Plano aprovado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial e Participativo ZEE/GERCO da SEMA (Portaria 055/2015)	1	15
META 2	Realizar levantamento sistemático da base de dados da SEMA que possam contribuir para a elaboração do ZEE e da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	Base de dados levantada	15	45
META 3	Realizar apresentações para técnicos, analistas e sociedade civil disseminando o conhecimento e a utilização do MacroZEE do Estado do Maranhão	Capacitações realizadas	20	100
META 4	Acompanhar os estudos do ZEE na escala de 1:250.000 na porção estadual do bioma amazônico	Participação em reuniões técnicas convocadas pela coordenação do ZEE	140	365
META 5	Analisar e avaliar os documentos apresentados pela responsável pela elaboração do ZEE na escala de 1:250.000	Relatórios e pareceres apresentados	140	365
META 6	Elaboração de notas técnicas, relatórios e pareceres acerca do posicionamento da SEMA quanto às temáticas discutidas durante o processo de elaboração do ZEE na escala de 1:250.000	Relatórios, notas técnicas e pareceres elaborados	140	365
META 7	Estratégias de divulgação do MacroZEE e do ZEE do bioma amazônico no âmbito da SEMA.	Elaboração de materiais de divulgação e release para divulgação impressa e digital	30	365
META 8	Atualização e organização do link sobre o ZEE e o GERCO no endereço eletrônico da SEMA	Página atualizada com dados disponíveis e informações	60	250

META 9	Capacitação dos técnicos da SEMA no uso do banco de dados geográficos do MacroZEE e do ZEE do bioma amazônico	Capacitações realizadas	150	450
META 10	Desenvolvimento de plano estratégico para implementação das ações previstas no MacroZEE e no ZEE do bioma amazônico	Plano elaborado	450	510
<b>Ações referentes ao Gerenciamento Costeiro</b>			<b>30</b>	<b>760</b>
META 11	Elaboração da minuta da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	Minuta elaborada	30	120
META 12	Elaboração da minuta do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro	Minuta elaborada	30	120
META 13	Atualização do Plano de Ação para o fortalecimento do Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão	Plano elaborado	30	60
META 14	Desenvolver, executar e monitorar o Plano de Ação do Projeto Orla no Estado do Maranhão	Plano elaborado, relatórios de atividades	50	75
META 15	Acordo de Cooperação Técnica entre municípios, SEMA e SPU/MP para o fortalecimento da Gestão Costeira	Termo de referência do Acordo	360	520
META 16	Articular as ações do GERCO com as metas do Pan Manguezal	Plano de ação compartilhado elaborado	200	300
META 17	Elaboração e desenvolvimento de projetos objetivando a captação de recursos para promoção da Gestão Costeira	Projetos elaborados	300	330
META 18	Desenvolvimento de Plano de Ação Articulado com outras superintendências para a implementação dos instrumentos do Gerenciamento Costeiro	Plano elaborado	30	75
META 19	Organização e execução das oficinas participativas nos municípios costeiros para implementação da gestão costeira no Estado do Maranhão	Capacitações realizadas, Oficinas executadas, Atas de Reunião, Relatórios	30	630

META 20	Realização de visitas técnicas aos municípios costeiros	Visitas realizadas, registros fotográficos, relatórios técnicos e boletins informativos	100	550
META 21	Elaboração de material de divulgação do gerenciamento costeiro e do Projeto Orla	Página específica do GERCO e do Projeto Orla no site da SEMA, mídias sociais, aplicativos, folders, releases, cartilhas, panfletos e vídeos	90	160
META 22	Disponibilizar informações sobre a balneabilidade das praias	Página específica sobre balneabilidade no portal eletrônico da SEMA elaborada e disponibilização de informações entre a página da SEMA e a do MMA	120	760
META 23	Organização de seminário sobre Gerenciamento Costeiro no Estado do Maranhão	Seminário realizado.	600	630
META 24	Promover e coordenar as reuniões da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla e do GERCO	Reuniões realizadas	30	760

OBS: (\*) dias a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica

E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 25 de agosto

de 2016.

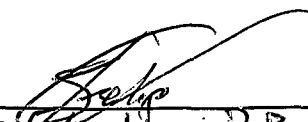
  
**JULIANA FERREIRA SIMÕES**

Secretária Substituta de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR

  
**MARCELO DE ARAÚJO COSTA COÊLHO**

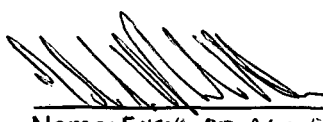
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do  
Maranhão – SEMA

TESTEMUNHAS:



---

Nome: Felipe Lima P. Barbosa  
CPF nº: 002.969.831-60  
CI nº: 2.560.160-559/DF



---

Nome: Fátima de Almeida Azevedo  
CPF nº: 091.099.067-35  
CI nº: 1.076.946.05-1FP-RJ





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.023.045/0001-03, com sede na Avenida dos Holandeses, nº 04, quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau, São Luís/MA. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por intermédio da SEMA, visando o fortalecimento das ações do Zoneamento Ecológico-Econômico e do gerenciamento costeiro. c) Assinado: 25/08/2016. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Sr.<sup>a</sup> Juliana Ferreira Simões, Secretária Substituta de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Carteira de Identidade nº 1.283.701 (SSP/DF) e CPF nº 022.105.677-77, e Sr. Marcelo de Araújo Costa Coelho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Carteira de Identidade nº 047520262013-9 (SSP/MA) e CPF nº 286.538.743-72.



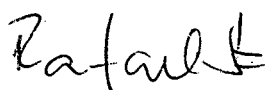
**JULIANA FERREIRA SIMÕES**

Secretária Substituta de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Autorizo a publicação do Extrato de Acordo de Cooperação Técnica conforme minuta acima apresentada. Encaminhe-se o presente processo à Coordenação Geral de Apoio Administrativo do Gabinete do Ministro – CGAA/GM para providências quanto à publicação do referido Extrato no Diário Oficial da União, Seção 3.

Brasília, de

de 2016



**RAFAEL SALDANHA GANGANA**  
Chefe de Gabinete Substituto

publicado no D.O.U. de 26/08/16  
pág. 3  
137-138

Publ. que se

*mml*

Leonardo Margonato Ribeiro Lima  
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo  
Gabinete do Ministro/MMA

25.08.16

Publicado no D.O.U. de 26/08/16  
Folha 3 Pág. 137-138  
*[Handwritten mark]*

MMA - Protocolo GABIN

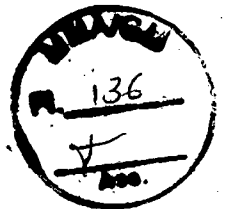
Recebido em:

25/08/2016

Assinatura

Nome

*Marlene flus*



INTERESSADO	CNPJ	Nº PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO	TERMO DE APRENSÃO
Indústria Rodízio de Santos	12061472409	0301900132701116	74761-D	82636-D
				624352

O Intimado poderá ter vistas ao respectivo processo junto ao NUIP da Superintendência do IBAMA em Pernambuco, sito à Av. 17 de Agosto, nº 1057 - Casa Forte - Recife-PE, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

ANA PAULA C. DE PONTES

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

## EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA os interessados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido ao cometimento da infração com abuso do direito de licença, permitindo ao autorizar, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
GUILHERME PEDER SARTO	1201112824	12.000,00	2015	02023092201601
ROSE GABRIEL BAIMAKI ME	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, COMUNICA aos interessados a seguir relacionados, que por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, do CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO abaixo relacionado, com lavratura de novo auto de infração em substituição. Poderá ser inaproveitado recurso voluntário, no prazo de 20 (vinte) dias a partir da publicação do presente, e deverá ser dirigido à autoridade julgadora que proferiu a decisão na defesa.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
VALDIR EMBREDO DE OLIVEIRA	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA os interessados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido a erro no valor inicialmente atribuído, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
VALDIR EMBREDO DE OLIVEIRA	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA os interessados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido a erro no valor inicialmente atribuído, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
MIGUEL ALCANTARA DE SOUZA	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA os interessados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido a erro no valor inicialmente atribuído, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
KAROLINE CAMARATTA	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

INSTITUTO CHICO MENDES  
DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2016 UASG 443055

Processo 02152000025201417, DISPENSA Nº 19/2016. Contratante INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, CNPJ Contratado: 11395655000151. Contratado: ALE & DAN SERVICOS CONSERVACAO F LIMPEZA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo e operacional, como representante do Pregão nº 10/2014, Fundamento Legal: Art. 24, XI e Art. 54 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 31/07/2016 a 08/09/2016. Valor Total: R\$1.400.647,29. Fonte: 100000000 - 2016NE000321. Fonte: 100000000 - 2016NE000350. Fonte: 100000000 - 2016NE000320. Data de Assinatura: 28/07/2016.

(SICRON - 25/08/2016) 443033-44207-2016NE000100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/maquiagem/assinatura>, pelo código 00032016082600137

INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO  
DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2016 UASG 443020

Numero do Contrato: 30/2012 Processo 02011000121201277, PRE-GÃO SRP Nº 116/2014. Contratante: INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ Contratado: 00604122000197. Contratado: TRIVAI E ADMINISTRACAO LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato original, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 10/08/2016, e em conformidade com o disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 57, inciso II. Vigência: 10/08/2016 a 10/08/2017. Data de Assinatura: 10/08/2016.

(SICRON - 25/08/2016) 443020-40206-2016NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2016 UASG 443020

Processo: 02011000162201610. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de café, açúcar e água, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos Total de Itens Licitados: 09/03. Edital: 26/08/2016 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço:

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, NOTIFICA os interessados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, do levantamento do Termo de Embargo, liberando a área chamada Invernada Capela exclusivamente para uso pecuario.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
EDUI ROME PEDER SARTO	1201112824	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, COMUNICA aos interessados a seguir relacionados, que por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido ao cometimento da infração com abuso do direito de licença, permitindo ao autorizar, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
LEOPOLDA CAPITIVA E COMERCIO	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601
DE FERRAZ LIMA	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, COMUNICA aos interessados a seguir relacionados, que por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido ao cometimento da infração com abuso do direito de licença, permitindo ao autorizar, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
PAEAF BORGES DAS NEVES	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, COMUNICA aos interessados a seguir relacionados, que por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido a erro no valor inicialmente atribuído, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
WILMA MATINA SASSI	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

O Superintendente Substituto do IBAMA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, COMUNICA aos interessados a seguir relacionados, que por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, correspondência devolvida não procurada, da instauração de processos administrativos em decorrência de penalidades impostas por autos de infração, lavrados em virtude de descumprimento da legislação ambiental. Informa que, em atendimento ao disposto no artigo 123 do Decreto 6.514/2008 e arts. 57 e 59 da Instrução Normativa 10/2012-IBAMA, fica a parte interessada notificada da indicação de MAJORAÇÃO, devido a erro no valor inicialmente atribuído, devendo manifestar-se no prazo das alegações finais (10 dias). Transcorrido o prazo de manifestação, o auto de infração será julgado, podendo ou não ser homologado com a indicação. E para que chegue aos interessados foi expedido o presente edital publicado pela Imprensa Oficial.

Interessado	CNPJ	Sendo Multa em Reais	Ano de infração	Processo Administrativo
SUA WORLD AQUARIOS LTDA-ME	12023092201601	12.000,00	2015	02023092201601

Vistas e cópias dos processos poderão ser obtidos junto ao SAC do IBAMA no Estado do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Miguel Teixeira, 126, Cidade Baixa, Porto Alegre - RS.

KURIKIN HUMBERTO TOSCAN

Rua Major Rubens Vaz, 122, Gavea - RIO DE JANEIRO - RJ ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/443020-05-7-2016](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/443020-05-7-2016). Entrega das Propostas: a partir de 26/08/2016 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 08/09/2016 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

GUSTAVO KLOTZ IATO  
Pregoeiro

(SIDE - 25/08/2016) 443020-44206-2016NE000001

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO  
E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília-DF, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.023.045/0001-03, com sede na Avenida dos Holandaes, nº 04,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24-08-2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



138

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 165, sexta-feira, 26 de agosto de 2016

quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau, São Luís/MA. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por intermédio da SEMA, visando o fortalecimento das ações do Zonamento Ecológico-Econômico e do gerenciamento costeiro. c) Assinado: 25-08-2016. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Srª Juliana Ferreira Simões, Secretária Substituta de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Carteira de Identidade nº 1.283.701 (SSP/DF) e CPF nº 022.103.677.37, e Sr. Marcelo de Araújo Costa Coelho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Carteira de Identidade nº 047520262013-9 (SN/MA) e CPF nº 286.538.743-72.

## Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

### SECRETARIA/EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXISTENTES SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM RONDÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2016 - UASG 101062

Nº Processo: 031250017-1 - 169 - PREGÃO SIISP Nº 3/2016. Contratante: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP. CNPJ Contratado: 06.045.632/0001-58. Contrato: OI S.A. - Objeto: Prestação de serviços de Telefonia fixo-comunicação - STFC, para atender a SAMP/RO. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Vigência: 12/11/2016 a 12/11/2017. Valor total: R\$ 15.500,00. Fonte: 100000000 - 2016NE00590. Data de Assinatura: 25-08-2016.

(SICON - 25/08/2016)

### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2016

O Pregoeiro do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão torna público e notório o resultado do Pregão Eletrônico (SRP) nº 18/2016, Processo nº 03120.000070/2016-32. Objeto: Registro de Preços para contratação da plataforma QustSystems, compreendendo fornecimento e locação de licença de software, suporte técnico, treinamento e serviço de mentoria, de acordo com as especificações e os padrões de desempenho e qualidade estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) no Edital e seus Anexos. Comunica que no Pregão Eletrônico (SRP) nº 18/2016, se sagrou vencedora do certame a empresa: True Change Tecnologia Ltda. CNPJ nº 14.467.292/0001-81 para o grupo 1 com o valor total de R\$ 19.943.420,88 e para o grupo 2 com valor total de R\$ 44.564.899,68.

DEIVISSON MATHEUS SIQUEIRA PINHEIRO  
Pregoeiro

(SIDEI - 25/08/2016) 201604-00001-2016NE00238

### BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO - OCS Nº 379/2016 (SRM 400002169)

CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. CONTRATADO: ZAMBO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME (CNPJ: 06.045.632/0001-58). MODALIDADE: Concurso (Lei nº 8.666/1993). NÚMERO DO PROCESSO: Concurso AA nº 04/2015. OBJETO: A apresentação do espetáculo "Célio Fonseca Solo", na sede de serviços do BNDES, conforme especificações constantes no Edital e no Formulário de Inscrição subscrito pela CONTRATADA. ESPÉCIE: Serviços. PREÇO: Valor global de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). PRAZO: 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3101.8000-40, centro de custo nº BN20002000. DATA DA ASSINATURA: 24/08/2016. Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2016. Raphael Domingues de Moraes Zyngier - Gerente da Gerência de Licitações 3 - DELIC/AA.

EXTRATO DE CONTRATO - OCS Nº 380/2016 (SRM 400002168)

CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. CONTRATADO: ZINGARLIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME (CNPJ: 14.169.258/0001-20). MODALIDADE: Concurso (Lei nº 8.666/1993). NÚMERO DO PROCESSO: Concurso AA nº 04/2015. OBJETO: A apresentação do espetáculo "Tudo mundo é bom", na sede de serviços do BNDES, conforme especificações constantes no Edital e no Formulário de Inscrição subscrito pela CONTRATADA. ESPÉCIE: Serviços. PREÇO: Valor global de até R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). PRAZO: 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3101.8000-40, centro de custo nº BN20002000. DATA DA ASSINATURA: 24/08/2016. Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2016. Raphael Domingues de Moraes Zyngier - Gerente da Gerência de Licitações 3 - DELIC/AA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.m.gov.br/licitacoes>, pelo código 00032016082600138.

EXTRATO DE CONTRATO - OCS Nº 381/2016 (SRM 400002167)

CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. CONTRATADO: SOCIEDADE MUSICAL BACHIANA BRASILEIRA (CNPJ: 73665135-0001-40). MODALIDADE: Concurso (Lei nº 8.666/1993). NÚMERO DO PROCESSO: Concurso AA nº 04/2015. OBJETO: A apresentação do espetáculo "Música das Américas", na sede de serviços do BNDES, conforme especificações constantes no Edital e no Formulário de Inscrição subscrito pela CONTRATADA. ESPÉCIE: Serviços. PREÇO: Valor global de até R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais). PRAZO: 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3101.8000-40, centro de custo nº BN20002000. DATA DA ASSINATURA: 24/08/2016. Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2016. Raphael Domingues de Moraes Zyngier - Gerente da Gerência de Licitações 3 - DELIC/AA.

EXTRATO DE CONTRATO - OCS Nº 389/2016 (SRM 400002183)

CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. CONTRATADO: KRISTINA NEVES AUGUSTIN (CPF: 846.973.357-20). MODALIDADE: Concurso (Lei nº 8.666/1993). NÚMERO DO PROCESSO: Concurso AA nº 04/2015. OBJETO: A apresentação do espetáculo "Fantasias para duas violas da Gamba", na sede de serviços do BNDES, conforme especificações constantes no Edital e no Formulário de Inscrição subscrito pela CONTRATADA. ESPÉCIE: Serviços. PREÇO: Valor global de até R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). PRAZO: 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3101.8000-40, centro de custo nº BN20002000. DATA DA ASSINATURA: 24/08/2016. Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2016. Raphael Domingues de Moraes Zyngier - Gerente da Gerência de Licitações 3 - DELIC/AA.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 124/2016

CONTRATADO: SOCIEDADE BRASILEIRA DE MICROELETRÔNICA - SBMicro. (CNPJ nº 55.166.888-0001-29). CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. OBJETO: Patrocinio para a realização do projeto "Mountain Chip on the Mountains 2016, que ocorrerá de 29 de agosto a 12 de setembro de 2016, em Belo Horizonte (MG). ESPECIFICAÇÃO: contrato administrativo. PREÇO: valor total de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). PRAZO: o ceteris, contado da data da assinatura do contrato. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3101.8000-40, Apoio a Eventos e Publicações de Terceiros. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 21.06.1993. PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: NOTA GP/DEJUR nº 114/2016, de 23.08.2016, emitida à IP GP/DECOM/GPATRO nº 03/2016, emitida em 23.08.2016. RATO DE RATIFICAÇÃO: do Chefe de Departamento de Contratações e Gestão do Gabinete da Presidência do BNDES, de 25/08/2016.

### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato de aditivo nº 01 ao contrato OCS nº 284/2016. CONTRATANTE: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. CONTRATADO: CSC BRASIL Sistemas Ltda. CNPJ: 30.156.228/0001-36. OBJETO: aquisição de licenças de uso para a suite de aplicativos Remedy, incluindo a prestação dos serviços correlatos de suporte técnico e manutenção para as novas licenças e para as licenças já adquiridas anteriormente pelo BNDES por meio do Contrato OCS nº 315/2009. FINALIDADES DO ADITIVO: i) prorrogar a vigência do Contrato pelo período de 24 meses, a contar de 16/10/2014, sem término previsto para 15/10/2018 para o suporte técnico e manutenção das licenças adquiridas através deste Contrato e pelo período de 25 meses e 15 dias, a contar de 01/09/2016, com término previsto para 15/10/2018, para o suporte técnico e manutenção das licenças adquiridas através do Contrato OCS nº 315/2009, com a consequente renovação da garantia prestada pelo CONTRATADO, mantendo assegurados 5% do valor global do Contrato; ii) promover a alteração qualitativa do Contrato referente ao serviço de manutenção e suporte técnico da solução BMC Discovery Solution, de forma a excluir das ferramentas que compõem a suite Remedy a "BMC BMC BladeLogic Client Automation 5.1.01", bem como a redução do valor global do Contrato para até R\$ 1.155.782,70; e iii) alterar as Cláusulas Décima Primeira ("OBRIGAÇÕES DO BNDES"), Décima Oitava ("RESCISÃO") e incluir a Cláusula Décima Oitava ("DA CONDUÇÃO ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES"), em virtude de novas normativas vigentes no âmbito do Sistema BNDES. VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: até R\$ 2.804.653,74. VALOR ATUAL DO CONTRATO: até R\$ 1.155.782,70. FUNDAMENTO LEGAL: arts. 57, II, e 65, II, da Lei nº 8.666/93. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3101700021. DATA DA ASSINATURA: 16/08/2016.

Extrato de aditivo nº 02 ao contrato OCS nº 255/2014 (SAP nº 4400000721). (ORIGEM PREGÃO ELETRÔNICO 010/2014 AA - BNDES). CONTRATADA: KOBAY MICROGRAFIA LTDA. CNPJ DA CONTRATADA: 00.774.113/0001-44. CONTRATANTE: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. OBJETO: prestação continuada de serviços técnicos de microfilmagem e digitalização de documentos do sistema BNDES. FINALIDADE DO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato OCS nº 255/2014, pelo período de 3 (três) meses, com início em 26/08/2016 e término em 25/11/2016 - VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: até R\$ 648.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil reais) - VALOR ATUAL DO CONTRATO: até R\$ 175.736,40 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais). FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II,

da Lei nº 8.666/93. PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: Nota AA-DEJUR-GEJUR nº 148/2016, de 24/08/2016 - AUTORIZAÇÃO: proferida no âmbito da IP AA/DEPAD-GDOC nº 088/2016, de 23/08/2016, autorizada em 23/08/2016 (SAP - AC04172616) - RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3102200003 (SAP) - Guarda de documentos (armazenagem) e Unidade Orçamentária nº BN00003000 - DATA DA ASSINATURA: 24/08/2016.

### AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO AA Nº 32/2016 - BNDES

Contratação de serviços de cartongem, guarda, transporte e armazenagem de documentos em papel de propriedade do BNDES, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

O BNDES comunica aos Licitantes que o certame em referência, com Aviso de Licitação publicado no DOU do dia 29/07/2016, seção 3, página 145, com Aviso de Adjudicação publicado no DOU do dia 03/08/2016, seção 3, página 148, foi homologado pelo Sr. Chefe do AA/DEPAD, em 26/07/2016, tendo sido adjudicado seu objeto ao Licitante lupo,art Organização de Documentos LTDA - EPP, pelo valor global de R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2016.  
RAPHAEL DOMINGUES DE MORAES ZYNGIER  
Gerente da Gerência de Licitações 3 do  
DELIC/AA

### CONCORRÊNCIA AA Nº 1/2016 - BNDES

Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma e prestação de serviços de engenharia para adaptação de leilões das instalações de escritórios do BNDES na Área da Diretoria Executiva e Presidência, do Edifício de Serviços do BNDES - Edserv, situado à Av. República do Chile, 190, Centro da cidade do Rio de Janeiro - RJ, em regime de Empreitada por Preço Global, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

O BNDES comunica aos Licitantes que o certame em referência, com Aviso de Licitação publicado no DOU do dia 18/07/2016, seção 3, página 193, foi homologado pelo Sr. Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos, em 25/08/2016, tendo sido adjudicado seu objeto ao Licitante:MTF Construção e Manutenção Ltda - Epp, pelo valor de R\$ 1.314.046,67 (Um milhão, trezentos e quatorze mil e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2016.  
PEDRO IVO PEIXOTO DA SILVA  
Gerente da Gerência de Licitações 4 do  
AARH/DELIC

### FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 67/2016 - UASG 114702

Nº Processo: 036020005235201655 - Objeto: Continuação de docente para ministrar aulas de capacitação sob medida Curso Gestão de Riscos, Controle de Acesso e Integridade no Setor Público, na Enap e na CGU, no período de 01/09/2016 e de 12 a 28/10/2016. Total de Lances Licitados: 00001. Valor Global: R\$ 12.200,00. Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, Juízo de Juízo: contratação de docente Declaração de Inexigibilidade em 08/08/2016. CAMILLI, SAHB MLS-QUITA, Diretora de Gestão Interna e RH, em 24/08/2016. PAULO MARQUES, Presidente - Superintendente Global R\$ 12.200,00. CPF CONTRATADA: 568.589.872-20. CNPJ: MARIA GUILHERTE GONCALVES.

(SIDEI - 25/08/2016) 114702-11401-2016NE00059

### FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2016 - UASG 114601

Nº Processo: 03602002828201504. PREGÃO SIISP Nº 21/2016. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 039517000100. Contrato nº W P SISTEMAS REPROGRÁFICOS E IMPRESSÃO LTDA - ME. Objeto: Contratação de serviços de locação de plotter com instalação, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de insumos, com exclusão de papel, para atender às ordenações da DGC, DI e CRM/GCFET Fundamento Legal Disposições da lei 8666/93, lei 10520/2002, decreto nº 2271/97 e da Instrução Normativa nº 2 de 30/04/2008 e alterações. Vigência: 24/08/2016 a 23/08/2018. Valor Total: R\$368.050,00. Fonte: 100000000 - 2016NE000969. Fonte: 100000000 - 2016NE000969. Fonte: 100000000 - 2016NE000969. Data de Assinatura: 24/08/2016.

(SICON - 25/08/2016) 114629-11301-2016NE00001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A SEDR.

LMR

Leonardo Margonato Ribeiro Lima  
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo  
Gabinete do Ministro/MMA

26.08.16

Bo DET,

pl ciência e acompanhamento do ACT.

Att, Rafael S. F. Gangana, 30/08/2016

Rafael S. F. Gangana  
Chefe de Gabinete/SEDR  
Substituto

Bo ZEE, para acompanhamento.  
Em, 30/08/16.

Al  
Aldenira Guimarães Queiroz  
Gestor Administrativo  
SIAPE nº 6452247

RECEBIMOS NA SEDR

em 20.08.16

às 17:25

Lucas Frange



MMA

## TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO



Processo nº 02000.002151/2015-12

Interessado: SEMA-MA

- Aos 4 dias do mês de julho de 2017, procedemos o encerramento deste Volume nº 1 do Processo nº 02000.002151/2015-12 contendo 138 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio de Almeida Abreu, Analista Ambiental**, em 04/07/2017, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.mma.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0001062** e o código CRC **5BAA7BE5**.

Referência: Processo nº 02000.002151/2015-12

SEI nº 0001062

Criado por 09109406735, versão 2 por 09109406735 em 04/07/2017 16:42:24.